

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura

COTIDIANO E ASSESSORIA TÉCNICA  
NA OCUPAÇÃO VICENTÃO



Isabela Resende Barreto

Belo Horizonte  
2019

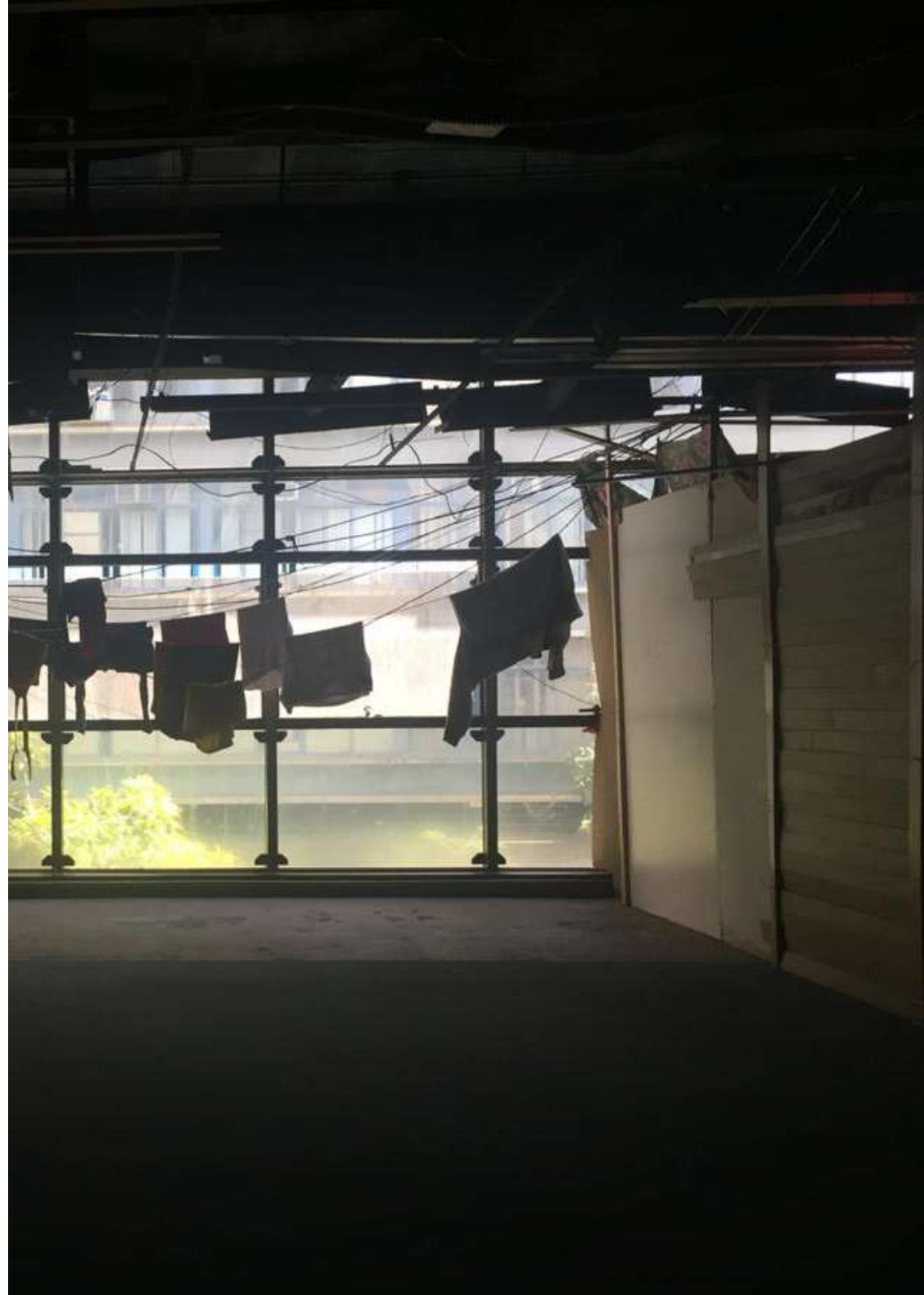


Isabela Resende Barreto

Trabalho apresentado como requisito para obtenção  
do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela  
Universidade Federal de Minas Gerais

Orientador: Tiago Castelo Branco Lourenço

Belo Horizonte  
2019



## RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão sobre as Ocupações urbanas verticais em Belo Horizonte, tendo como estudo de caso a Ocupação Vicentão, que teve início em janeiro de 2018 por meio da atuação e organização de quatro movimentos de luta por moradia, a saber: Brigadas Populares, Intersindical: Central da Classe Trabalhadora, Associação Morada de Minas e Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL). O desenvolvimento do trabalho se deu a partir de uma assessoria técnica que iniciou no primeiro semestre de 2018, promovida por professores e estudantes de arquitetura, na qual foram realizadas oficinas com os moradores dessa ocupação para discutir possibilidades de consolidar unidades habitacionais no edifício, localizado na região central da cidade, onde a ocupação está inserida. Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo principal dar continuidade a esse processo, por meio do acompanhamento dessas ações de assessoria técnica e da proposição de outros dispositivos para esta, buscando uma autonomia entre os moradores para a produção coletiva do espaço em que vivem. A Ocupação Vicentão teve um desfecho quando foi articulado um acordo de aluguel social temporário para as famílias, com a possibilidade de um assentamento em terrenos fruto de regularização fundiária do Estado. Tal acordo provocou a saída das famílias do edifício ocupado, rumo ao aluguel de casas individualmente. Com isso, foi construído este relato crítico com o intuito de discutir algumas questões que envolveram o cotidiano da ocupação e as ações da assessoria técnica, bem como as contradições deste processo, que conduziram a esse desfecho.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas. Assessoria técnica. Autonomia. Produção do espaço.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS E METODOLOGIAS	9
3. O LUGAR QUE OCUPO	11
4. O Edifício ocupado	15
5. Organizando as famílias para ocupar	18
6. Apropriação do edifício e resistência nos primeiros dias	22
7. COTIDIANO	25
27 Primeiros meses de ocupação: de janeiro à março	
29 Abril a julho	
34 Seis meses de ocupação	



## **8. ASSESSORIA TÉCNICA 40**

---

- 42 Levantamento Arquitetônico do edifício
- 43 Ações de microplanejamento
- 46 Desenvolvimento de propostas individuais
- 47 Oficinas para discussão das unidades habitacionais
- 57 Dispositivo para discussão dos andares
- 62 Os caminhos da assessoria
- 63 Elaborando um projeto de incêndio

### 65 As ações da disciplina no segundo semestre

- 65 Uma possibilidade: os apartamentos protótipos
- 69 Reunião com as famílias do segundo andar
- 71 Outras questões sobre a moradia
- 73 Desenvolvimento das propostas para o mutirão
- 77 Desenho e planejamento das ações
- 78 Apresentação das propostas na Vicentão
- 80 Reunião com as moradoras do quinto andar
- 83 Intervenções coletivas na Vicentão
- 87 Refletindo sobre o mutirão



## **9. OUTROS RUMOS PARA A VICENTÃO 88**

---

- 97 Mudança ou despejo?
- 99 Os caminhos dos moradores:  
da provisoriedade ao aluguel
- 104 Situação atual das famílias

## **10. O PROCESSO DA VICENTÃO: AS APRENDIZAGENS 106**

---

- 113 Desafios de uma ocupação vertical
- 117 Os discursos e contradições dos  
movimentos sociais
- 119 As motivações para ocupar o edifício
- 119 O edifício da Vicentão
- 120 Os desafios e contradições da  
assessoria técnica
- 121 A produção do espaço: entre o projeto  
e os processos

## **11. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 122**

---

## **12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124**

---

## 1. Introdução

A Região Metropolitana de Belo Horizonte abriga atualmente cerca de 20 ocupações urbanas, onde residem 15 mil famílias (NASCIMENTO; LIBÂNIO, 2016). As ocupações se inserem no contexto de luta pela moradia nas cidades brasileiras, e são estruturadas a partir de uma organização coletiva, vinculada a movimentos sociais de origens distintas. Segundo dados do relatório de 2015 da Fundação João Pinheiro, sobre o déficit habitacional no Brasil, Belo Horizonte apresentava um déficit de 160.400 domicílios, dos quais 53% se enquadrava na categoria de ônus excessivo com aluguel. Por outro lado, no relatório consta que existem aproximadamente 190.200 domicílios vagos na cidade com potencial para serem ocupados, ou seja, um número superior ao déficit habitacional. Portanto, se existem pessoas que moram em condições inadequadas e não têm condições de pagar aluguel ou não possuem casas e, existindo milhares de imóveis desocupados na cidade, que não cumprem sua função social, a ocupação desses se apresenta como uma solução viável para suprir parte do déficit habitacional, diante de uma política habitacional ineficiente.

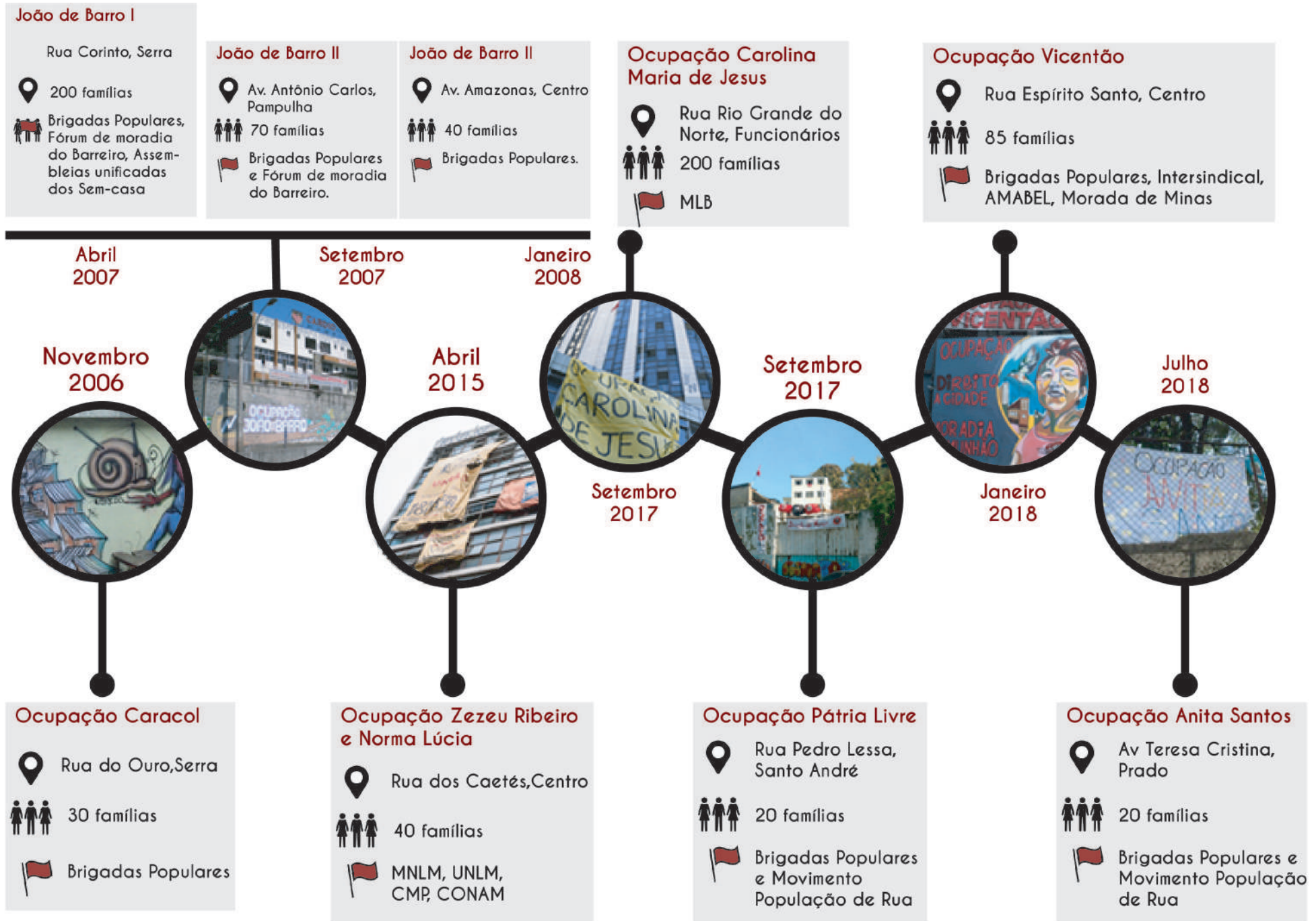
Uma das primeiras ocupações urbanas organizada por movimentos sociais em Belo Horizonte foi a Corumbiara, que ocorreu em 1996 em um terreno na região do Barreiro (LOURENÇO, 2016). Nos anos 2000, os movimentos de luta por moradia de Belo Horizonte se desvincularam da atuação das gestões municipais, o que provocou um embate com grupos consolidados há mais tempo, que se pautavam numa atuação aliada às instituições e que participaram do desenvolvimento da política habitacional da cidade.

A ocupação de edifícios começou a ocorrer nesse momento, com a atuação das Brigadas Populares junto a uma associação de moradores da Vila Cafezal, no Aglomerado da Serra, que levou à ocupação de um edifício abandonado no bairro Serra em 2006, denominada Caracol (BITTENCOURT, 2016). No ano seguinte, após o despejo da ocupação Caracol, as Brigadas se associaram a outros movimentos de luta por moradia para organizar uma nova ocupação no mesmo bairro: a ocupação João de Barro. A Ocupação João de Barro foi despejada e se desdobrou na ocupação de outros dois edifícios em 2007, que também sofreram despejos. A partir dessas duas experiências, os movimentos decidiram focar em estratégias para ocupar terrenos na periferia da cidade, a partir da autoconstrução de moradias (LOURENÇO, 2018).

A motivação para a mudança estava, por um lado, no fato de as famílias que participavam serem provenientes de bairros periféricos e terem pouco interesse em ocupar edifícios na região sul da cidade, fora de suas redes sociais e abrindo mão da habitual casa unifamiliar. Por outro lado, a ocupação horizontal se apresentava como uma estratégia de luta política com maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo, o que levou ao surgimento de várias ocupações com estas características entre 2008 e 2018 (LOURENÇO, 2014, p. 28).

As ocupações verticais foram retomadas recentemente, com a ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia em 2015, que está localizada em um edifício pertencente ao INSS, no centro da cidade. Hoje a ocupação Zezeu Ribeiro está regularizada e o prédio será reformado, a partir de um projeto aprovado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

# LINHA DO TEMPO: OCUPAÇÕES URBANAS CENTRAIS EM BELO HORIZONTE



Em setembro de 2017 ocorreu a Ocupação Pátria Livre, a partir da organização de moradores do bairro Pedreira Prado Lopes para ocupar um edifício e um galpão no bairro Lagoinha. No mesmo mês, nasceu a Ocupação Carolina Maria de Jesus em um edifício comercial no bairro Funcionários, que teve sua posse reintegrada durante uma negociação com o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, resultando no reassentamento dos moradores em outro edifício no centro da cidade, por meio de um acordo de aluguel social (LOURENÇO, 2018). Em julho de 2018, ocorreu a ocupação Anita Santos com a organização das Brigadas Populares, em um galpão abandonado na Avenida Tereza Cristina. A ocupação é composta em sua maioria por pessoas que estavam em situação de rua.

A Ocupação Vicentão nasceu no dia 12 de janeiro de 2018, quando cerca de 80 famílias, organizadas por quatro movimentos de luta pela moradia, ocuparam um edifício que estava abandonado há cinco anos na rua Espírito Santo, no hipercentro de Belo Horizonte. Os movimentos que organizaram a ocupação foram as Brigadas Populares, a Associação Morada de Minas Gerais, a AMABEL – Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte e a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. O prédio ocupado abrigava a sede do banco Hércules, cujo proprietário era o banqueiro Tasso Assunção, o primeiro a ser condenado por crime de colarinho branco no Brasil. Hoje o imóvel está sob propriedade da massa falida do banco, que apresenta uma dívida de mais de um milhão de reais de IPTU com a Prefeitura. O nome Vicentão é em homenagem a Vicente Gonçalves, que foi advogado popular e referência na luta pelos direitos dos trabalhadores e à moradia, falecido em 2016, aos 83 anos. A Vicentão é pautada por três principais objetivos: assegurar a moradia, o trabalho digno e a comunhão na divisão das tarefas comunitárias.



Figura 1: Edifício da Ocupação Vicentão. Fonte: Acervo da disciplina ARQ013.



Figura 2: Fachada lateral do edifício. Fonte: Acervo da disciplina ARQ013.



O Vicentão foi uma referência política para esses núcleos que estão lá. Foi meio que pai fundador, que pra nós é até um bom sinal também. [...] então ele é uma figura que estava no nosso imaginário, uma figura histórica na luta das ocupações, favelado, lutou 70 anos, começou a lutar com 13 anos de idade. E aí como era uma ocupação no centro de Belo Horizonte a gente pensou muito nisso, de repente era bom colocar o nome de alguém de BH, a ocupação vai ser no coração de Belo Horizonte. E aí meio que o Vicentão surgiu como um nome de consenso natural assim (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

Alguns dias após a ocupação do edifício, alguns militantes das Brigadas Populares entraram em contato com o Tiago Castelo Branco, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e da PUC Minas, para que pudesse acompanhar a situação da ocupação. Com isso, no primeiro semestre de 2018, um grupo de professores e estudantes de arquitetura iniciaram uma assessoria técnica na ocupação, buscando promover discussões e ações com os moradores para contribuir com a consolidação da moradia no centro da cidade. Essas ações aconteceram no âmbito de algumas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e trabalhos de conclusão de curso de estudantes da UFMG e da PUC Minas, que serão relatados ao longo desse texto.

## 2. Objetivos e metodologias

Esse trabalho começou no primeiro semestre de 2018, quando participei da disciplina Oficina Integrada de Arquitetura e Urbanismo - Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários, ministrada pela professora Margarete Maria de Araújo e pelo professor Tiago Castelo Branco. A disciplina foi dividida em três etapas, que serão detalhadas adiante. Dentre os trabalhos desenvolvidos, promovemos algumas oficinas com os moradores da Vicentão para discutir a adaptação do edifício para moradia. E como trabalho final produzi, em conjunto com a Gisele, outra aluna da disciplina, relatos com o intuito de registrar e refletir de forma crítica acerca dessas oficinas, apontando as contradições existentes em nossas ações, bem como os conflitos entre os moradores e movimentos sociais, protagonistas da Vicentão. Além disso, desenvolvemos uma maquete manipulável, com um andar tipo do edifício, para dar continuidade às oficinas e buscar maior participação dos moradores. A possibilidade de continuar esse processo na Vicentão me motivou a iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso no semestre seguinte, a partir da proposição de outros dispositivos para essa assessoria técnica e do acompanhamento das ações da disciplina.

Quando iniciei o TCC em agosto, pretendia retomar as oficinas que ocorreram no primeiro semestre, com o intuito de experimentar o uso da maquete com os moradores e avançar em algumas discussões que surgiram nas primeiras conversas. Para isso, tentei marcar reuniões com as famílias de cada andar, mas percebi que não estavam tão interessadas em prosseguir com a discussão naquele momento, uma vez que estavam lidando com outras demandas cotidianas.

Ao observar que o espaço da ocupação estava sendo transformado constantemente, decidi acompanhar essas transformações por meio de visitas semanais ao edifício.

Grande parte das visitas com o intuito de me aproximar do cotidiano da Vicentão foram feitas em conjunto com a Luna Lyra, doutoranda do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG, que está pesquisando a organização do trabalho de reprodução e cuidado nas ocupações urbanas. No mês de agosto, fizemos várias visitas ao edifício, durante a semana e nos finais de semana também, e participamos de algumas assembleias, com o intuito de nos aproximar mais dos moradores e iniciar algumas conversas informais. Ao fim de cada visita, escrevi relatos sobre as conversas, que foram importantes para a escrita desse texto.

A partir de setembro começamos a marcar algumas entrevistas com moradores, que foram conduzidas por mim e pela Luna, e em alguns momentos contaram com a participação de outras estudantes. No segundo semestre, entrevistamos 11 pessoas, dentre elas 7 mulheres e 4 homens, moradores da Vicentão e um dos coordenadores da ocupação, militante das Brigadas Populares. Durante as entrevistas utilizamos um gravador de áudio para registrá-las. Posteriormente, transcrevemos os áudios, parcial ou integralmente, uma vez que ainda não conseguimos terminar todas as transcrições.

Em novembro, logo após o encerramento das atividades da disciplina, foi divulgado um acordo de aluguel social temporário em troca da saída das famílias do edifício. Tal acordo estava sendo articulado entre dois dos núcleos de moradia, junto com a Companhia de Habitação do Estado Minas Gerais (COHAB) e a massa falida do edifício. Esse acordo foi discutido em assembleia com as famílias da Vicentão e assinado em dezembro pelo então presidente da COHAB, o que levou a um desfecho inesperado: a desocupação do edifício. Com isso, os movimentos que organizavam a ocupação se desvincularam e as famílias começaram a se mudar do prédio em janeiro, seguindo diferentes rumos, que serão descritos ao longo do trabalho. Essa situação levou à interrupção das atividades da assessoria e, com isso, em 2019 comecei a acompanhar os rumos de alguns moradores e prosseguir com as entrevistas, a fim de refletir o que significou esse ano para a Vicentão, os conflitos existentes e os fatores que conduziram a esse desfecho.

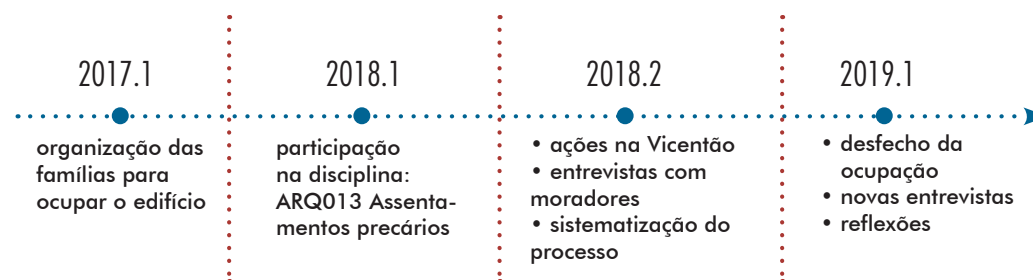


Figura 3: Esquema com as etapas de trabalho. Fonte: produzido pela autora.

### 3. O lugar que ocupo

Em 2019, entrevistei 5 moradores, dentre eles 4 mulheres e 1 homem, sendo que estes já haviam sido entrevistados em 2018. Com isso, foi possível aprofundar em alguns tópicos abordados durante as primeiras entrevistas e refletir sobre os aprendizados na Vicentão, bem como sobre os impactos da saída dos moradores do edifício para o aluguel individual de casas. No primeiro semestre, a Luna ministrou uma disciplina optativa na Escola de Arquitetura com o título “Mulheres em luta pelo território: Reflexões sobre métodos de pesquisa”, com o intuito de experimentar métodos de entrevista com movimentos e grupos sócio-espaciais<sup>1</sup>, com foco em mulheres que estavam em situação de moradia provisória. Com isso, duas das entrevistas foram feitas junto com estudantes que estavam cursando a disciplina.

Em busca de registrar as transformações ocorridas na ocupação e relacioná-las à assessoria técnica desenvolvida, construí este relato sobre essa experiência, mesclando reflexões críticas sobre o processo. Dessa forma, busquei construir uma narrativa a partir das visitas que fizemos na ocupação, conversas informais e entrevistas com moradores, apresentando diferentes pontos de vista sobre o processo de ocupação do edifício.

---

<sup>1</sup> O termo sócio-espacial, com hífen, é utilizado por Marcelo Lopes de Souza (2010) para enfatizar a concepção (lefebvriana) de que o espaço é, simultaneamente, produto e condicionador das relações sociais. Nesse sentido, grupos sócio-espaciais são “grupos para os quais o espaço é constitutivo e que, inversamente, constituem (produzem) espaço” (KAPP, 2018).

Antes de iniciar o relato, é importante dizer o lugar que ocupei durante esse processo. Dos diferentes atores que tiveram influência na ocupação Vicentão, me incluo entre os professores e estudantes de arquitetura, que participaram da assessoria técnica. Nesse sentido, apesar de ter participado e promovido algumas ações na Vicentão, não vivenciei esse espaço cotidianamente e tampouco participei das ações de militância dos movimentos de luta pela moradia ou das reuniões com a Mesa Estadual de Diálogo. Com isso, as reflexões e críticas que serão expostas aqui provêm de uma visão externa, apoiada na análise e interpretação das entrevistas que fizemos com os moradores da Vicentão.

Durante a escrita deste relato sempre questionava para quem estava escrevendo. Surgiu um incômodo de contar algumas histórias da Vicentão sem que eu fosse protagonista, ou de fazer algumas críticas sem participar diretamente no espaço da ocupação. No entanto, assumir que este trabalho tem certa relevância para a Universidade me motivou continuar escrevendo, com o intuito de apontar algumas contradições das práticas acadêmicas. Dessa forma, optei por fazer um registro cronológico para compreender como o espaço da Vicentão foi se transformando ao longo do tempo, a partir da influência de diferentes atores, e também refletir sobre a assessoria técnica com grupos sócio-espaciais, e seus impactos na ocupação.

Fazer arquitetura não significa fazer projeto necessariamente. No texto “Arquitetura como exercício crítico”, as autoras falam sobre a importância de fazer uma crítica focada na dominação e heteronomia, sem que seja necessário fornecer uma saída para essas contradições.

Penso que esse conceito se relaciona com esse trabalho, na medida em que propõe uma reflexão sobre o modo de organizar uma ocupação e a assessoria que promovemos, bem como as relações de dominação estabelecidas no espaço.

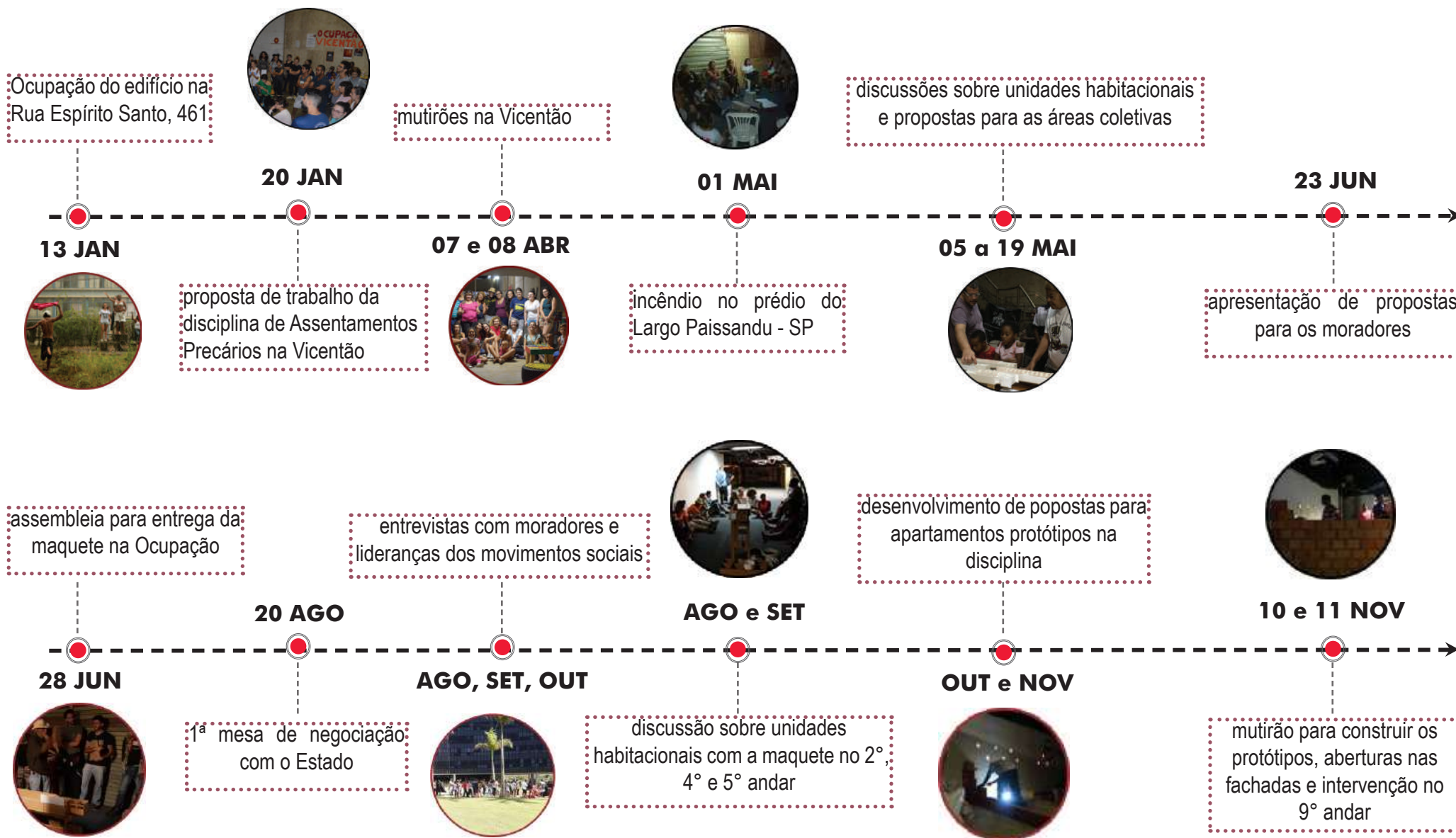
Mas quando se trata de questões sociais e práticas, justamente essa lógica é aplicada a todo momento, inibindo protestos, desqualificando oposições e suprimindo discussões. A inconsistência disso é evidente: se uma crítica focada na dominação e na heteronomia (e toda crítica séria é, em última análise, focada em dominação e heteronomia) fornecesse imediatamente uma nova “solução”, não estaria fazendo mais do que reproduzir o caráter prescritivo do próprio objeto da crítica. O preconceito contra a crítica serve apenas para manter as coisas como estão ( KAPP; BALTAZAR; MORADO. 2008, p. 4).

O termo assessoria técnica se refere a uma relação horizontal estabelecida com os indivíduos envolvidos na ocupação, que se baseia na troca de conhecimento, sem que haja uma sobreposição desses. Essa assessoria busca promover uma autonomia entre os moradores, de forma que possam se articular para atender às suas demandas (BALTAZAR; KAPP, 2016). As ações promovidas na Vicentão foram denominadas por nós como uma assessoria técnica, mas são passíveis de críticas, uma vez que nem sempre contribuíram para a autonomia dos moradores.

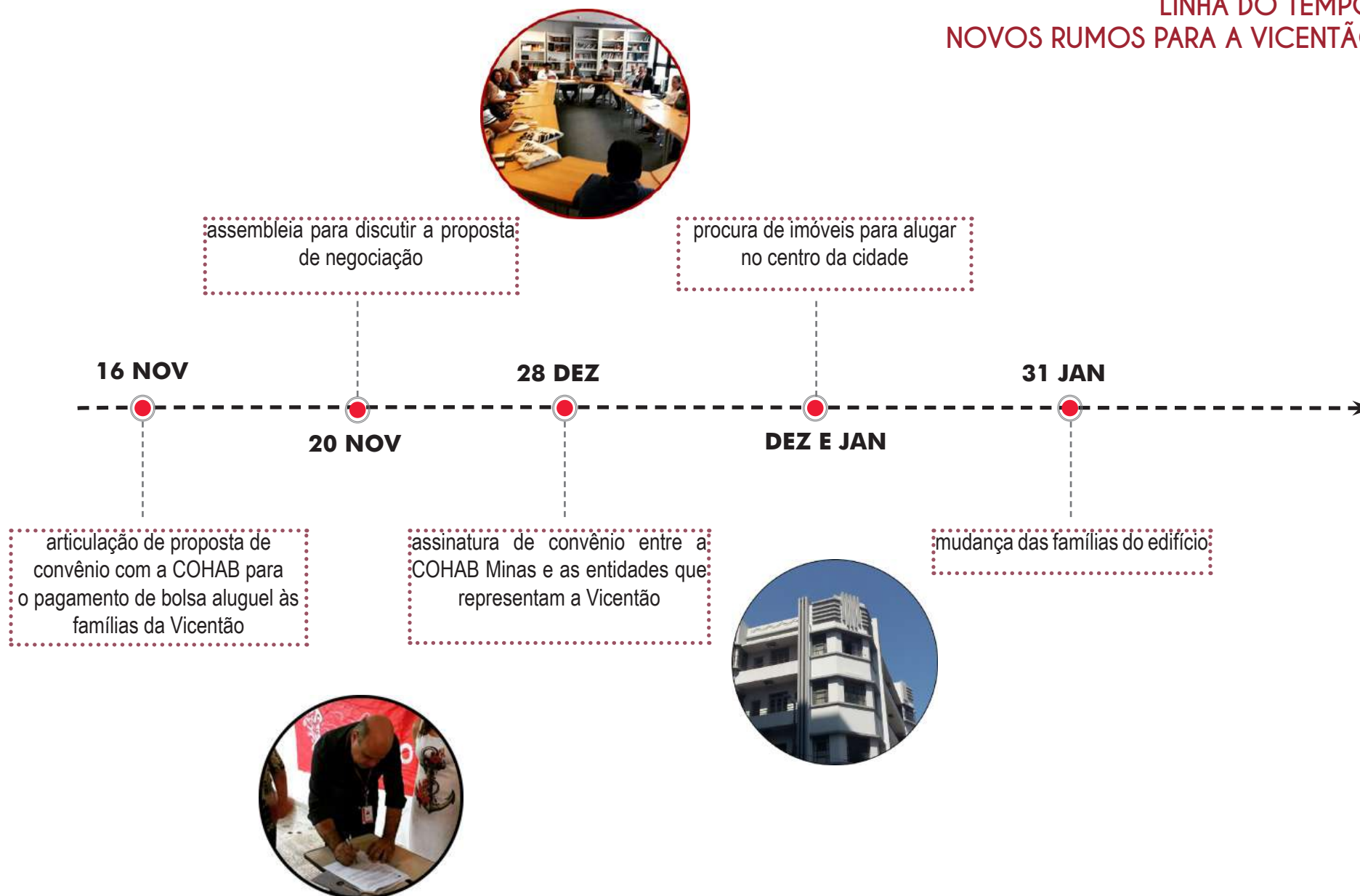
As pessoas que ocuparam o edifício durante o ano de 2018 podem ser consideradas como um grupo sócio-espacial, uma vez que se relacionaram com esse espaço, produzindo e transformando-o ao longo do tempo (KAPP, 2018).

Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo, terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja. A assessoria visa fortalecer essa autonomia, ao contrário da maioria dos programas públicos.

## LINHA DO TEMPO: AÇÕES NA VICENTÃO



## LINHA DO TEMPO: NOVOS RUMOS PARA A VICENTÃO



#### 4. O edifício ocupado

O edifício ocupado está localizado na rua Espírito Santo, no hipercentro de Belo Horizonte. Essa localização proporciona o acesso a serviços de saúde, educação e transporte, bem como a equipamentos de lazer e cultura. Nesse sentido, uma das motivações para ocupar um imóvel no Centro é a luta pelo direito à cidade também, diante de um contexto de segregação e exclusão. Quando perguntamos aos entrevistados sobre a experiência de morar no Centro, esses aspectos foram ressaltados, mas também foram apontados alguns pontos negativos, como o custo elevado de alimentos e uma diferença entre as relações de vizinhança também.

Eu não queria morar aqui no centro. Morar no centro não. Não é minha primeira opção não. Por mais que eu tenha acesso a muita coisa, eu acho que é complicado assim, quando vier esses trem, o prédio, IPTU, essas coisas, vai ficar muito alto o custo. Vai ficar alto o custo depois, condomínio, essas coisas assim [...] (Moradora 3, 12 de setembro de 2018).

Porque agora vai levar os meninos no parque, tem acesso à cultura, a lazer, educação de qualidade, né? Tá ali, rodeado ali no centro. Tem cinema, tem teatro, né? Aparece muita coisa assim de graça. O parque municipal tá ali né? De graça, agora pra gente que vive em comunidade. Antes eu falava assim, pra mim que vivia em comunidade, pra mim dava pra contar nos dedos quantas vezes eu levei meus meninos no parque antes da Vicentão. (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

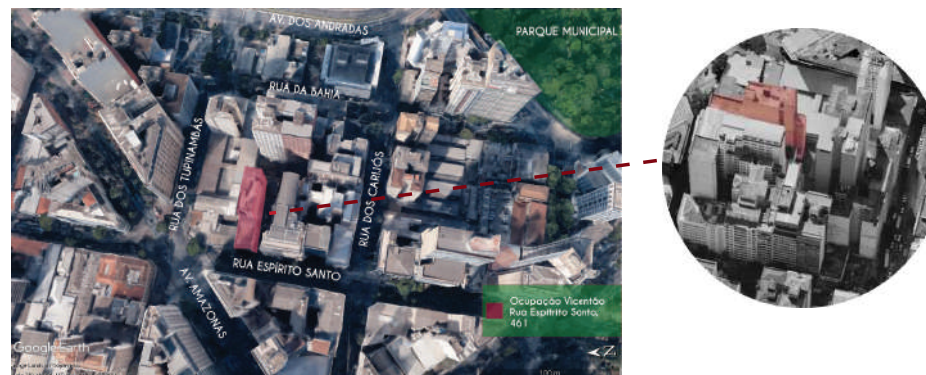


Figura 4: Eterno imediato. Fonte: produzido pela autora.

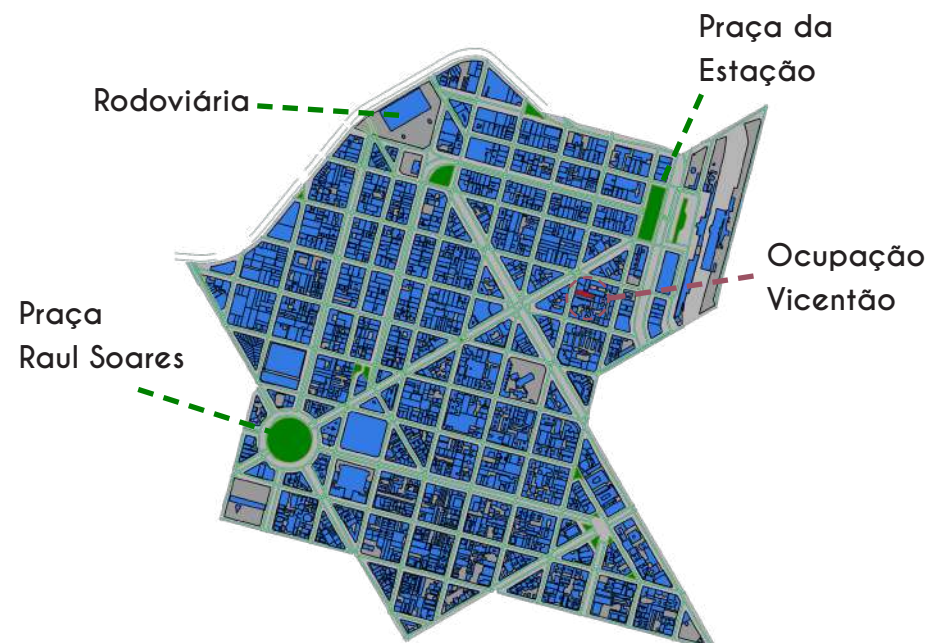


Figura 5: Inserção do edifício no Hipercentro da cidade. Fonte: produzido pela autora.

O edifício foi projetado na década de 80 pelo escritório do arquiteto István Farkasvölgyi, atendendo às especificações da Lei de uso e ocupação do solo de 1976. No entanto, o projeto aprovado na Prefeitura de Belo Horizonte não corresponde à construção atual, que apresenta alterações significativas em relação ao desenho original. Essas alterações foram analisadas durante o trabalho de conclusão de curso do Joviano Arruda, estudante de arquitetura e urbanismo da PUC Minas. O projeto de 1982 consiste em um prédio de 8 pavimentos, sendo os 3 primeiros intercalados por sobrelojas. A legislação da época permitia uma taxa de ocupação de 100% para os três primeiros pavimentos, não contabilizando o mezanino enquanto pavimento. Como a projeção do edifício ocupa todo o lote, o edifício não apresenta janelas nas fachadas laterais, uma vez que a legislação não permite a construção de aberturas na divisa com os lotes vizinhos. No entanto, foi projetada uma claraboia que percorre do sexto andar ao térreo, conferindo maior área para iluminação e ventilação no interior do prédio.

O edifício construído apresenta características diferentes das que foram descritas acima: é constituído por 10 pavimentos e um subsolo, sendo que apenas um dos pavimentos é uma sobreloja. Os seis primeiros andares possuem extensão de 60 metros, contendo aberturas na fachada frontal e posterior. A claraboia projetada possivelmente não foi construída, mas no local onde foi desenhada existe uma estrutura de vigas para esse tipo de abertura. As condições detalhadas acima implicam em andares extensos e confinados, o que compromete a ventilação e iluminação do edifício. Quando abrigava o Banco Hércules, havia um sistema de ar condicionado no prédio, que solucionava a ventilação nos andares, mas não funciona mais. Essa situação de confinamento dos pavimentos se tornou um dos maiores desafios para adaptá-lo à moradia, bem como as condições das instalações hidráulicas e elétricas.

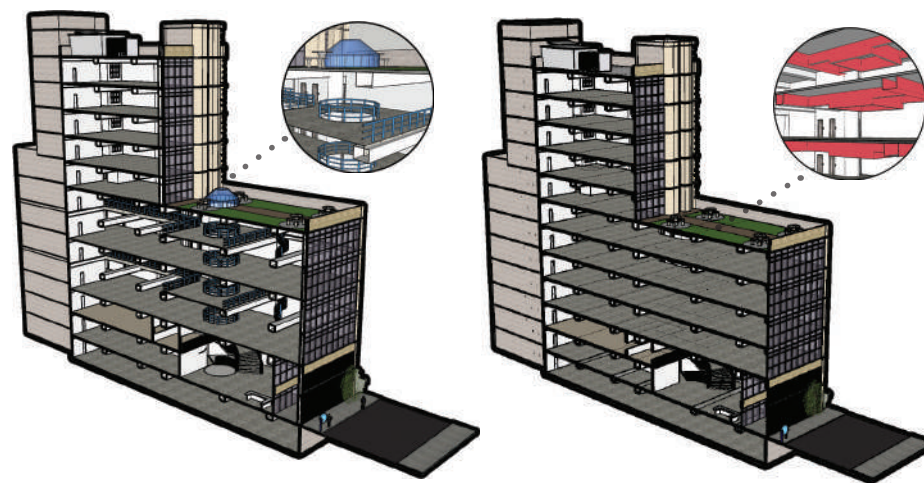


Figura 6: Modelos comparativos: o projeto e o edifício construído. Fonte: Acervo da disciplina.

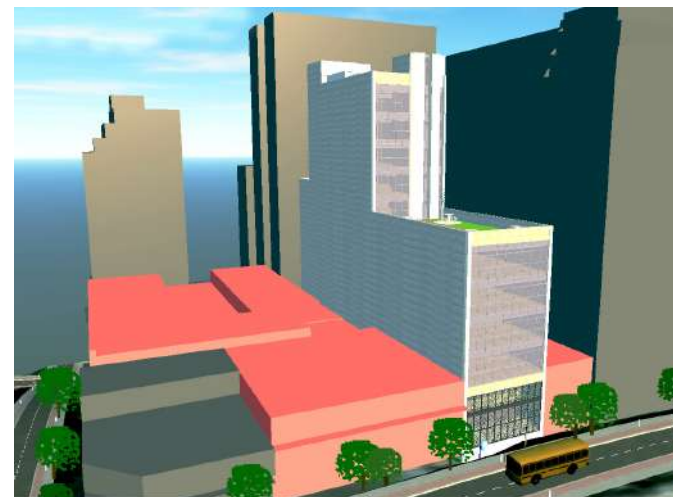


Figura 7: Modelos comparativos: o projeto e o edifício construído. Fonte: Acervo da disciplina.



## COMPARAÇÃO ENTRE O PROJETO APROVADO E A CONSTRUÇÃO

### Planta do primeiro pavimento

1- Balcão de mármore e hall de entrada

2- Entrada do edifício

3- Caixa dos elevadores

4- Divisórias de drywall

5- Divisórias de drywall

6- Área externa

### Planta do mezanino

1- Vazios x mezanino  
Projeção de claraboia

2- Fosso

3- Vazio x divisórias

4- Entrada do banheiro

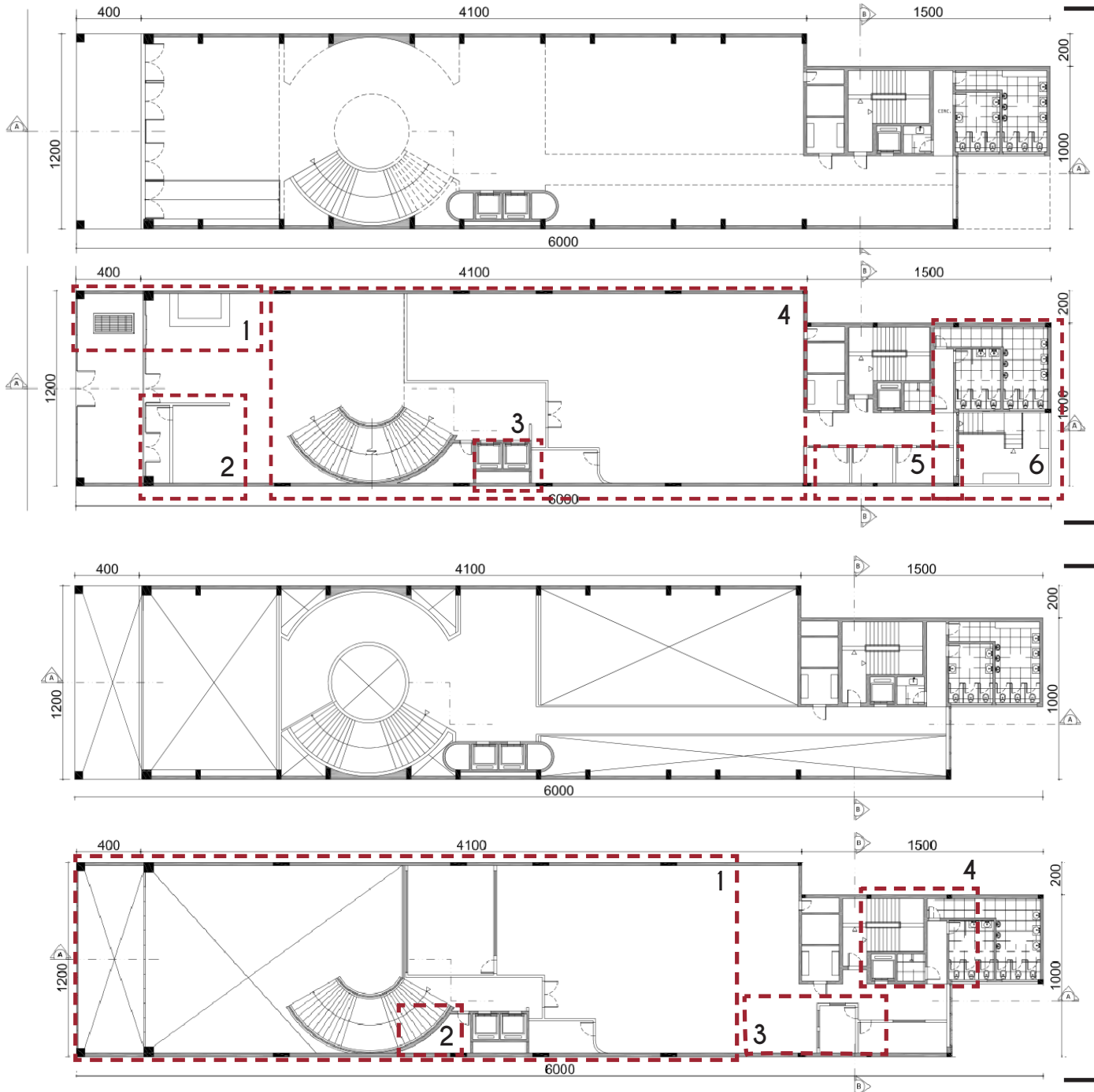
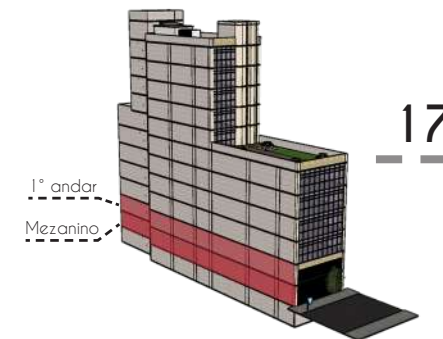


Figura 8: Plantas comparativas entre o projeto e a construção do edifício.

Fonte: Elaborado a partir do material do Joviano Arruda



## 5. Organizando as famílias para ocupar

No final de 2018, entrevistei uma das lideranças da Vicentão, que é militante das Brigadas Populares. A partir dessa entrevista, foi possível compreender parte do processo que levou à ocupação do edifício, os atores envolvidos, bem como algumas divergências que foram surgindo ao longo dos meses. A Vicentão foi construída a partir da vinculação de quatro movimentos sociais: a Associação Morada de Minas, a AMABEL, as Brigadas Populares e a Intersindical - Central da classe trabalhadora. A Morada de Minas e a AMABEL são núcleos de moradia que atuam em Belo Horizonte há cerca de 30 anos. A AMABEL foi fundada em 1986, atuando na organização da população de baixa renda, moradores de aluguel ou de favor, a partir da produção associativa de loteamentos populares<sup>2</sup>, sem fins lucrativos (SOUZA, 2013). As Brigadas Populares surgiram enquanto movimento social a partir de um grupo de estudos marxistas em 2005 e, desde então, têm atuado na organização de grupos de sem-teto para a ocupação de terrenos e edifícios no país (LOURENÇO, 2014). A Intersindical se difere dos três movimentos, uma vez que não se constitui como um movimento de luta pela moradia, atuando na organização dos trabalhadores, dentre eles os que trabalham nas ruas. A associação desses movimentos para organizar a ocupação Vicentão ocorreu por meio de uma combinação de fatores, que serão relatados a seguir.

As famílias da Vicentão foram organizadas pelos quatro movimentos ao longo de 2017. As Brigadas Populares atuaram na organização de um núcleo de famílias no Barreiro, que após serem despejadas de uma ocupação de um terreno na região, entraram em contato com alguns militantes do movimento, com o desejo de pensar uma nova ocupação. Com isso, durante o ano de 2017, foram realizadas reuniões mensais com as famílias, conduzidas por alguns militantes das Brigadas Populares (Militante 1, 2018).

Eu não conhecia as Brigadas não. Era um pessoal que tava reunindo, e eu morava perto, aí fiquei sabendo dessas reuniões e passei a ir. Aí eles iam ocupar esse terreno, era perto de onde eles tavam reunindo. Tinha como dar certo? Não tinha. Porque era um bairro mais nobre aqui, entendeu? Só tinha casarão, aí perto ali os vizinhos tudo sabendo... Não tinha como, mas nós tentamos. Chegamos lá e tinha muita polícia, e tipo um breu! E nós subimos por terreno assim, e a polícia já tava lá em cima lá, montando no carro gente! [...] E muito daqueles pessoal eu tentei mobilizar, chegamos a ter reuniões pra ir pra Vicentão. Aí, acho que por causa disso, eles tavam tão desacreditados que não foram pra Vicentão (Moradora 6, 02 de abril 2019).

Nas primeiras reuniões havia poucas famílias e, com o tempo, foram se reorganizando até que o número crescesse (Morador 2, 2018). Um dos moradores entrevistados relatou sobre as reuniões prévias, organizadas pelas Brigadas Populares:

---

2 O trabalho de conclusão de curso: “O Outro Loteador Popular: os loteamentos associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggj Bernareggi”, produzido por Rebekah Campos, busca reconstruir historicamente o processo de produção dos loteamentos associativos, dentre eles, os produzidos pela AMABEL.

Aí ele explicou no caso como funcionava o trem de ocupação essas coisas assim, e falou assim ó: “aí vocês convidam mais gente, que a gente precisa reunir um número de famílias para cooperar, que cada vez que você chegar num lugar pra ocupar num espaço que por exemplo vai suportar no caso aqui, 80 famílias. Se você chegar aqui com 10 famílias a coisa não ia fluir tão bem como tá fluindo até hoje.” Aí ele falou assim pra gente ir convidando de boca a boca, saber quem é que morava de favor, quem morava de aluguel ou área de risco e a gente ir convocando e falando: “ó dia tal vai ter outra reunião.” E aí foi feita algumas reuniões com o pessoal do Barreiro mesmo e outras foram feitas aqui no centro. E cada vez que a gente vinha tinha mais gente, e a gente ia conversando, procurando entender os pontos e eles mostrando pra gente as outras ocupações que eles fizeram, que tá dando certo e aí assim foi dando um pouco mais de entusiasmo na gente e muitas pessoas criando coragem pra enfrentar isso (Morador 2, 19 de setembro de 2018).

“[...] tá acontecendo uma reunião aqui no Barreiro, pra ganhar casa, cê não quer vir não?” Eu falei com ela: “vou, mas tem que pagar?” Aí ela: “não, tem que pagar nada não. A única coisa que você tem que ir é na reunião, você tem que frequentar, todo final de semana tem reunião [...]” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).



Figura 9: Moradoras no térreo. Fonte: Tiago Castelo Branco.



Figura 10: Fachadas laterais e frontal. Fonte: Acervo da disciplina.

Paralelo à organização das famílias no Barreiro, cresceu uma demanda dos trabalhadores ambulantes para iniciar uma ocupação também, dada a situação de repressão a que estavam submetidos. Durante o ano de 2017, ocorreram vários embates com a Prefeitura municipal, que resultaram na retirada desses vendedores do Centro da cidade, com o pretexto de que seriam realocados para shoppings populares. Essa situação foi acompanhada pelas Brigadas Populares e pela Intersindical, que começaram a organizar as famílias para uma possível ocupação, de forma a incorporar a pauta do direito ao centro e criar um centro de referência para os trabalhadores ambulantes (Militante 1, 2018).

E aí a gente começou a ver isso, que tinha um desejo de ocupação no centro dos ambulantes, e que estavam também numa situação de extrema precariedade material, e sofrendo uma situação de insegurança da posse das moradias, seja porque não conseguiam pagar o aluguel e outras condições. E indo trabalhar nas ruas e sofrendo repressão policial, da guarda municipal e da fiscalização da Prefeitura. Uma situação de extrema repressão, e aí em função disso eles projetaram de fato uma ocupação (Militante 1, 23 de novembro de 2018, militante das Brigadas Populares).

Além dos núcleos do Barreiro e dos trabalhadores ambulantes, o terceiro grupo que originou a Vicentão foi o de famílias despejadas de uma ocupação em um imóvel pertencente à fundação Navantino Alves, na região hospitalar. Ela era organizada pela Associação Morada de Minas e, quando foi despejada em março de 2017, o núcleo de moradia começou a preparar as famílias para uma futura ocupação. Parte das famílias dessa ocupação eram vendedores ambulantes.

A Morada de Minas também atuava num abrigo no bairro Granja de Freitas, que acolhia famílias temporariamente sem moradia. E com isso organizou parte dessas famílias para uma ocupação. Os grupos começaram a se organizar paralelamente, quando uma das lideranças da Morada de Minas convidou as Brigadas Populares e a AMABEL para planejar um possível ocupação de um edifício no Centro da cidade. O cenário era favorável à apropriação de imóveis no Centro, uma vez que as ocupações Carolina Maria de Jesus e Pátria Livre conseguiram romper com a política de tolerância zero às ocupações, promovida pelo Governador Fernando Pimentel. Com isso, os movimentos iniciaram uma pesquisa de imóveis vazios no Centro passíveis de serem ocupados (Militante 1, 2018).

A partir dessa pesquisa, alguns membros dos movimentos encontraram o edifício que abrigou o antigo Banco Hércules e observaram que ele se encontrava numa situação complexa: seu proprietário, o falecido Tasso Assunção, foi condenado por crime de colarinho branco em 1994, quando provocou um rombo de 47 milhões de reais, prejudicando centenas de clientes e o Estado. Hoje, estima-se que os proprietários da massa falida<sup>3</sup> possuam uma dívida de 1,2 milhão de reais em IPTU com a Prefeitura.

---

<sup>3</sup> A massa falida de uma empresa é formada no momento em que é decretada sua falência, e consiste no acervo de bens e interesses do falido, que passam a ser administrados e representados pelo síndico.

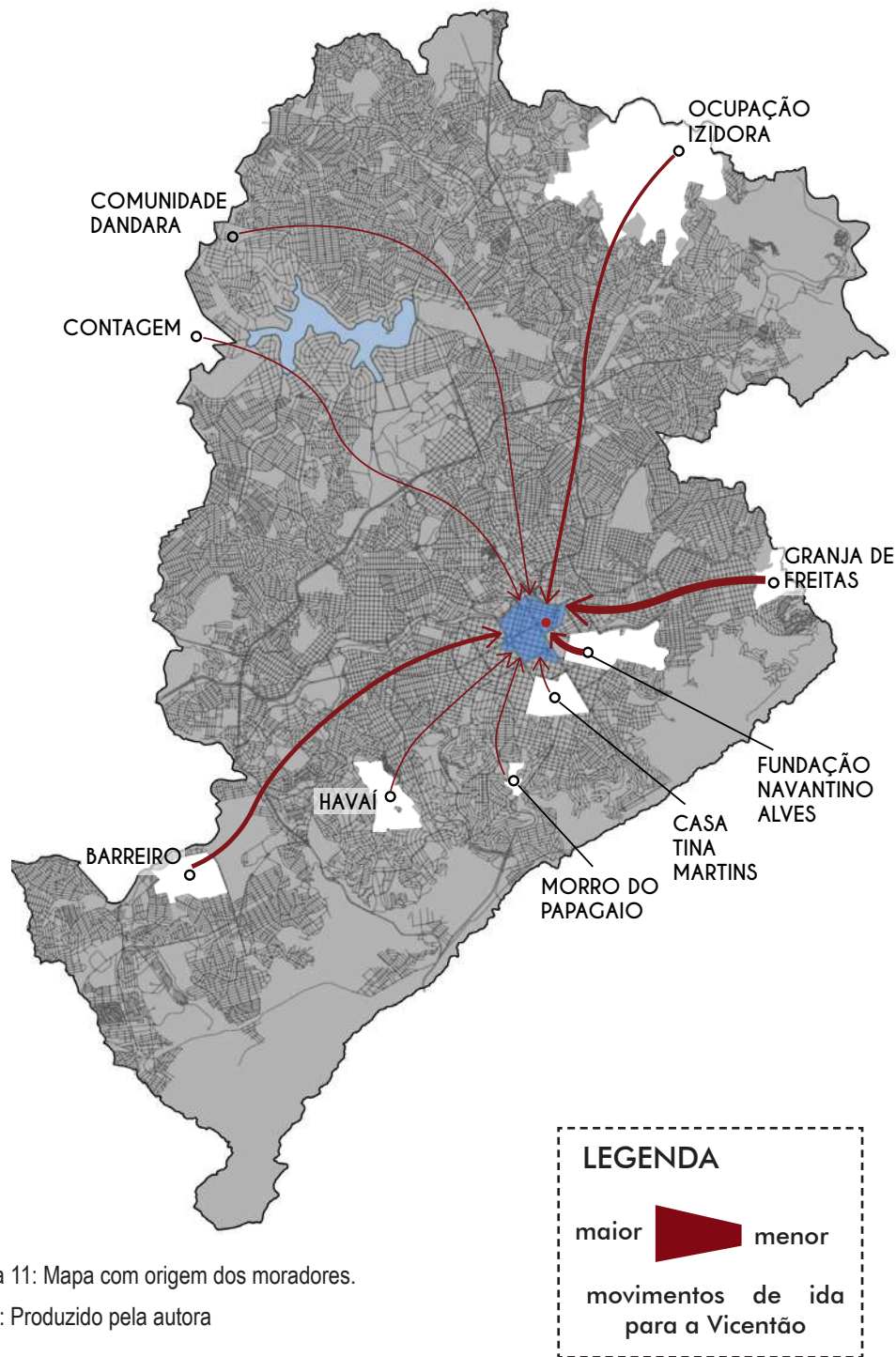


Figura 11: Mapa com origem dos moradores.  
 Fonte: Produzido pela autora

## ORIGEM DOS MORADORES DA VICENTÃO

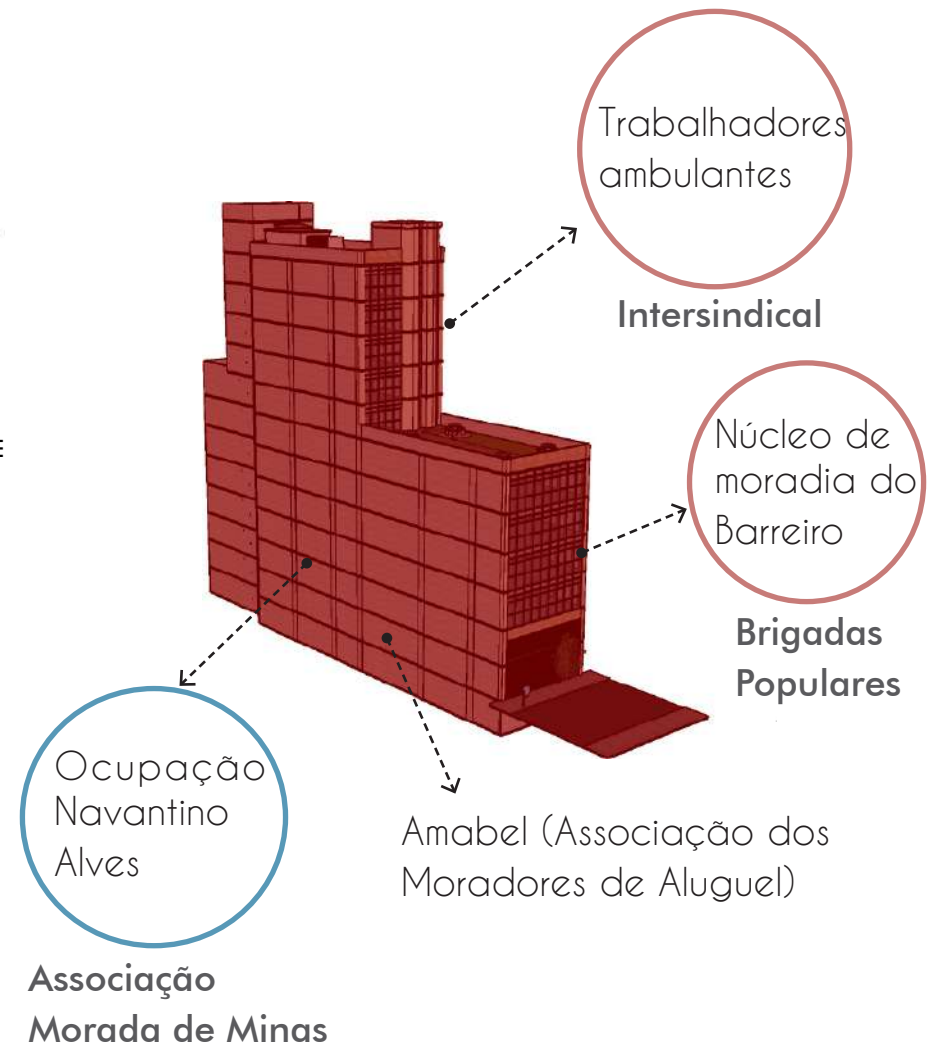


Figura 12: Os movimentos sociais da Vicentão.  
 Fonte: Produzido pela autora

## 6. A apropriação do edifício e resistência nos primeiros dias

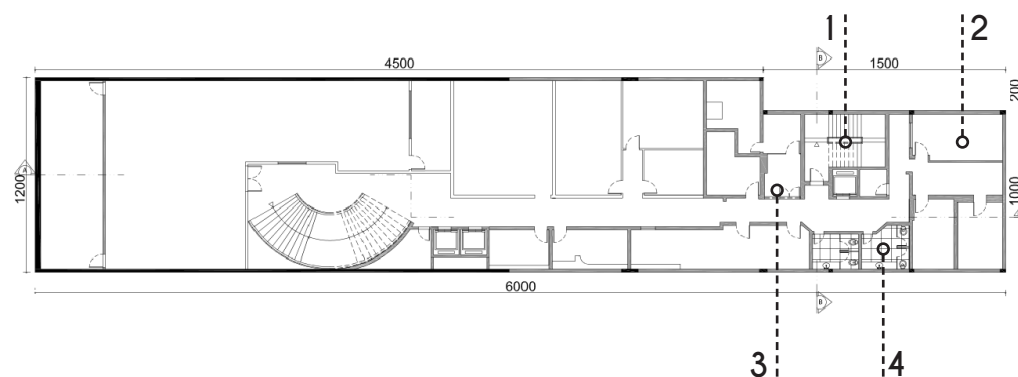
A organização das famílias ocorreu durante o segundo semestre de 2017 e, em janeiro, os movimentos sociais decidiram concretizar a ocupação: na noite anterior, as famílias se concentraram no Centro da cidade, e na madrugada do dia 12 de janeiro foram levadas por um ônibus até a entrada do edifício, quando cortaram as correntes e adentraram-no (Morador 2, 2018).

Ó no caso aqui da Ocupação, a gente veio pra cá foi no dia 12 de janeiro. A gente fez a concentração ali no, naquele trem ali, a gente chegou lá era umas 8, 9 horas da noite parece mais ou menos. A gente ficou lá mais ou menos até umas 4 horas da manhã, 3 e pouquinho, quando a gente veio com o ônibus, chegou aqui pra dentro do prédio e aí foi cortado as correntes e a gente entrou, todo mundo, no escuro. Não tinha luz, não tinha, só luz de celular mesmo e de algumas lanternas que as pessoas trouxeram, e aí todo mundo entrou, fecharam o portão, ficamos do lado de dentro e daí então esperamos o dia amanhecer e começamos a fazer aqueles mutirões pra começar a fazer a limpeza né, começar a tirar os entulhos, a varrer, jogar água, tirar os tetos que tavam quebrados ali na sobreloja (Morador 2, 19 de setembro de 2018).



Figura 13: Andar térreo nos primeiros dias.

Fonte: Joviano Arruda



Como o prédio estava abandonado havia cinco anos, ao longo desse tempo ocorreram algumas invasões e parte de seus elementos foram saqueados, como louças sanitárias e toda a sua instalação elétrica, o que comprometeu o estado de conservação do edifício. Com isso, nos primeiros dias, os moradores, militantes e apoiadores externos fizeram mutirões para a limpeza e retirada dos entulhos e elementos que estavam danificados, como forros, pias, eletrodutos etc. (Morador 2, 2018). Inicialmente as famílias se acomodaram no andar térreo e na sobreloja, ficando dois núcleos de moradia em cada andar. No processo de ocupação, a partir do entendimento das características e particularidades do edifício, foram tomadas decisões para uma conformação inicial na ocupação: o subsolo, o térreo, a sobreloja e o sexto pavimento seriam destinados ao uso comum, abrigando creche, cozinha e lavanderia comunitárias e um cursinho pré-vestibular, sendo que posteriormente houve uma tentativa de implantar aulas do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Essa decisão se deu devido à dificuldade em transformar esses pavimentos em moradia, uma vez que se encontravam confinados entre os demais edifícios do quarteirão, o que dificultaria a abertura de janelas nas fachadas laterais. O sexto andar foi destinado ao uso coletivo por apresentar um terraço aberto com áreas gramadas, no hipercentro de Belo Horizonte, caracterizado pela alta densidade construtiva e baixíssima permeabilidade.

Conjuntamente, iniciou-se uma organização interna para facilitar a gestão de assuntos de interesse coletivo e promover o engajamento dos moradores e a constituição de uma rede de apoio, envolvendo profissionais de vários campos do conhecimento (LOURENÇO, 2018). Com o intuito de criar essa rede de apoio foram realizados alguns eventos, como rodas de conversa, festas, entre outras atividades.

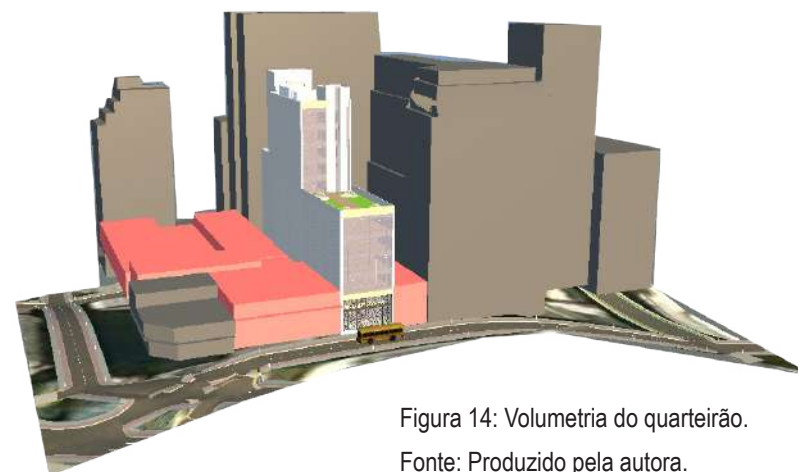


Figura 14: Volumetria do quarteirão.

Fonte: Produzido pela autora.



Figura 15: Grafite na entrada da ocupação.

Fonte: Acervo da disciplina ARQ013

Ao longo dos meses foram construídos junto com os os moradores 8 princípios para nortear a consolidação da ocupação: trabalho coletivo; direção coletiva; rejeição a qualquer tipo de violência; uma pauta pela resistência - resistir e organizar, pela solidariedade - construir as saídas de forma não individualista; valorização da luta por direitos amplos, que constitui na participação em manifestações; e proibição da comercialização de imóveis (Militante 1, 2018).

Aí juntou os quatro núcleos e separou: “ô gente, fulano vai cuidar da limpeza, cicrano vai cuidar da infraestrutura”, porque tinha que colocar a luz, água, esses trem tudo. Manter o prédio, vai separar um bucado de mulher pra limpeza, vai ficar um cado de gente responsável pela cozinha, porque lá era... o trabalho no começo era muito coletivo, né? (Moradora 5, 9 de abril de 2019).



Figura 15: Espaços e atividades coletivas no prédio. Fonte: Joviano Arruda.



## 7. COTIDIANO



A adaptação do prédio de uso comercial para moradia foi uma tarefa desafiadora desde o princípio e ocorreu a partir de negociações entre os moradores e as lideranças ao longo dos meses, sendo que as decisões foram tomadas a partir de acordos coletivos, que eram firmados nas assembleias. Com o passar dos meses, a ocupação foi se transformando, surgiram demandas urgentes e outras que poderiam ser resolvidas com o tempo e, assim, as famílias foram se apropriando aos poucos dos pavimentos, com a construção de moradias provisórias. A partir das entrevistas e das visitas que fizemos na ocupação, acompanhando parte de seu cotidiano, apresento aqui um breve relato sobre as transformações sócio-espaciais da Vicentão no decorrer dos meses, que aconteceram por diferentes fatores. Os motivos que levaram a essas mudanças serão melhor discutidos no capítulo sobre a assessoria técnica.

Hoje tem 8 meses que a gente tá aqui, ainda tá em fase de negociação lá na mesa pra ver se a gente vai ficar aqui mesmo ou se a gente vai pra um outro prédio. E aí tudo isso envolve uma certa paciência da pessoa e até testar o psicológico da pessoa, pra ver se ela é capaz de sobreviver ou viver num lugar em coletivo, essas coisas assim. (Morador 2, 19 de setembro de 2018).

Quando eu vim, a gente tava todo mundo no mezanino e lá embaixo no térreo. A gente colocava os colchões só e ficava todo mundo junto, só com colchão no chão. Depois a gente foi e dividiu por núcleo de moradia. Foi um sorteio. Aí a AMABEL ficou com o mezanino, as Brigadas ficaram com o segundo andar, a Moradas com o terceiro e a Intersindical com o quarto. Como a Brigadas tinha muita gente, depois de um tempo, tava meio complicado viver só no segundo andar. Aí a gente subiu pro quinto andar. Hoje já está quase tudo, acho que só o sétimo e o décimo que não tem moradores ainda. Mas a intenção é já ir ocupando tudo (Moradora 1, 26 de setembro 2018).

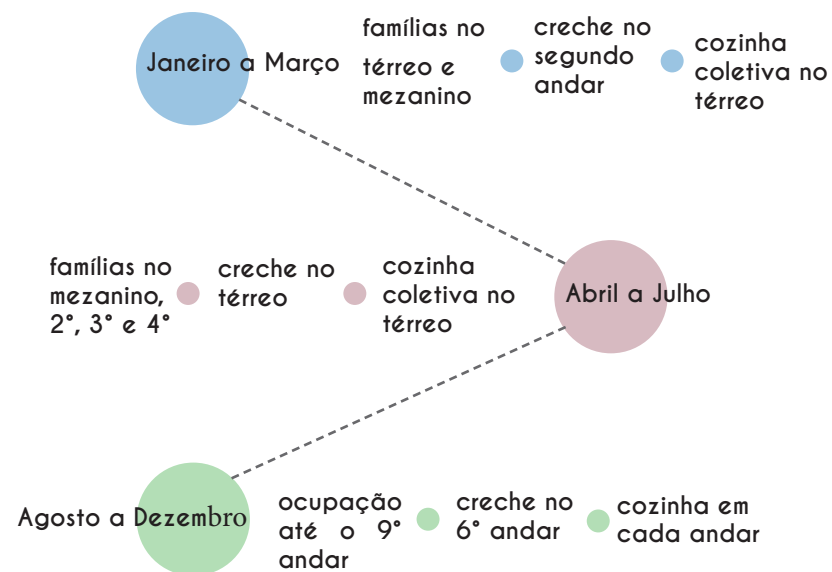


Figura 16: Esquema das transformações no edifício. Fonte: Produzido pela autora

## Primeiros meses de ocupação: de janeiro à março

Nos primeiros dias de ocupação, as famílias se concentraram no andar térreo, deixando parte dos móveis que trouxeram no subsolo. Com o passar das semanas, quando foram retirando os entulhos que estavam nos primeiros andares, parte dos moradores se acomodou na sobreloja, estabelecendo uma divisão por núcleo de moradia. Inicialmente não foram construídas divisórias e as famílias demarcavam os espaços com seus pertences.

E aí teve que aprender a conviver com pessoas com o hábito totalmente que a gente tinha costume. E no caso no início também, a gente não tinha aquelas divisórias que a gente fez lá pra gente ter mais um pouco de sei lá, de liberdade ou privacidade. E ter as coisas da gente mais guardada e reservada (Morador 2, 16 de maio de 2019).

Uma ocupação, seja em terreno ou edifício, é consolidada a partir de um trabalho coletivo e, para isso, são constituídos espaços considerados essenciais pelos movimentos sociais para manter seu caráter colaborativo, como uma cozinha comunitária, uma creche, espaços para assembleias e outros eventos. Na Vicentão, a cozinha coletiva instalou-se no térreo para prover as refeições dos moradores, sendo que eles próprios assumiram a sua condução. Assim, estabeleceu-se um regime de revezamento entre as famílias vinculadas a cada movimento social, que a cada semana ficavam responsáveis pela compra e preparo dos alimentos. A creche ficou no segundo andar inicialmente. Os banheiros e lavanderia também se tornaram coletivos.

O caráter coletivo da ocupação era reforçado pelas lideranças da ocupação nas assembleias, principalmente pelas Brigadas Populares. No início era importante concentrar um grande número de pessoas nos primeiros andares, para criar uma frente de resistência diante de uma possível ameaça de reintegração de posse. Uma das moradoras da Vicentão expressou isso na entrevista:

Desde o início, a partir do momento que a gente começou, que ele começou a explicar pra gente, como funciona a ocupação e tal. Foi posto pra gente que ocupação só funciona com o coletivo, todo mundo junto. Então, que todos os serviços da ocupação seriam coletivos, que é uma das regras para se estar na ocupação pra pessoa já ir ciente, olha a cozinha é coletiva, a limpeza é coletiva, a infraestrutura, tudo é coletivo. Então, você vai ter que ajudar. Se a gente quiser que dê certo mesmo é isso aí, se a gente não se ajudar pra dar certo, quem vai ajudar a gente? (Moradora 6, 04 de outubro de 2018).

Durante as entrevistas, algumas moradoras comentaram sobre o início da ocupação com uma certa nostalgia. Ainda que estivessem numa situação provisória, em que não havia água e luz em todos os andares, havia um senso de coletividade, que foi se perdendo com o tempo.

Mas no começo foi muito bonito! Todo mundo no carpete, sem água direito, sem luz direito. Aí cê me pegou, como é que foi melhor no começo, se no final você já tinha os banheiro, tinha água, tinha luz? No começo foi melhor. Não tinha água cara, não tinha luz! Ce dormia no carpete, todo mundo num breu de meu Deus. Foi muito melhor. Não sei porque cara, as quebras da corrente, aquela adrenalina, nossa! Foi muito bom, e disposto a tudo ali. Todo mundo, não gente, tem que limpar os... bora? Mutirão! Depois todo mundo se acomodou no seu pedaço, então, eu tô bem no meu pedaço. Aí tem mutirão pra limpar o sexto andar, a minha casa tá limpa, eu tô de boa. É tipo isso que aconteceu sabe? (Moradora 6, 02 de abril de 2019).



Figura 17: Apropriação dos andares pelos moradores. Fonte: Joviano Arruda

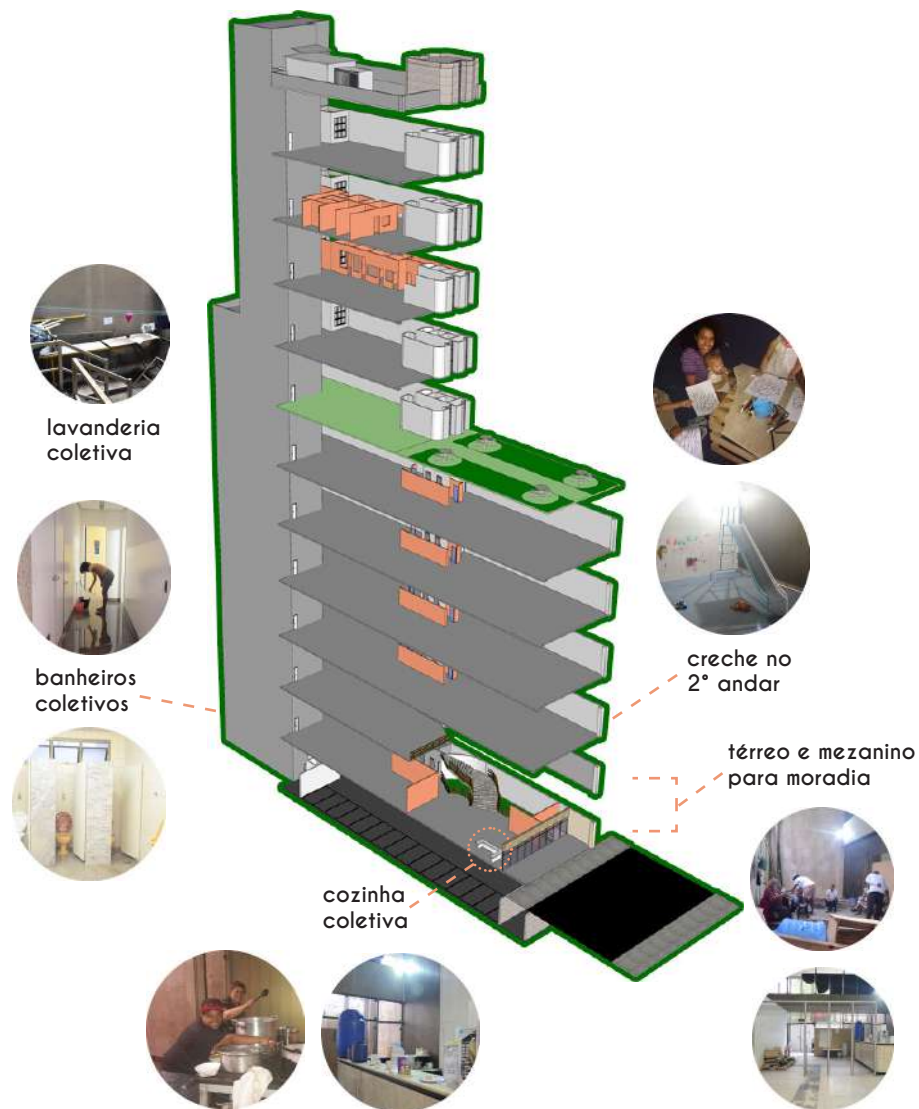


Figura 18: Organização dos andares nos primeiros meses.

Fonte: Produzido pela autora.

## Abril a julho

Nos primeiros três meses de ocupação não houve tentativas de reintegração de posse do edifício e tampouco ameaças de despejo ou presença da polícia. No mês de abril foi enviada uma ordem de reintegração de posse à Vicentão, que foi contestada em seguida pelos advogados populares por não apresentar fundamentação, sendo que seu recurso foi julgado em dezembro. Apesar de favorável à estabilidade da ocupação, essa situação contribuiu para uma desmobilização das famílias, que ficou explícita com o passar do tempo.

É o comodismo, diferente das outras ocupações, aqui a gente demorou foi três meses pra gente receber um oficial de justiça aqui na porta, nem polícia veio aqui na porta. Então as outras ocupações desde o princípio tem que ter aquele coletivo, tem que tá olha, um com o outro sabe? e lutar ali junto, eu acho que isso fortalece o coletivo. Acho que é consciência das pessoas, que até pra uma luta esse povo é desmotivado (Moradora 6, 04 de outubro de 2018).

As famílias começaram a apropriar o segundo, terceiro e quarto andares, que foram vinculados a cada movimento social. Foi necessário estender as ligações de água e luz até esses andares e, com o tempo, os moradores foram adaptando as áreas, instalando elementos como tomadas, torneiras e chuveiros, com o intuito de tornar a moradia menos provisória. Foi feito um sorteio para decidir qual andar ficaria com cada movimento: a Amabel ficou com a sobreloja, as Brigadas Populares com o segundo andar, a Morada de Minas com o terceiro e a Intersindical com o quarto. Em cada um ocorreu uma votação para eleger dois coordenadores para a organização do andar e das tarefas coletivas.

Cada movimento teve autonomia para estabelecer regras para os andares, que eram discutidas em reuniões semanais, além das assembleias com toda a ocupação. Além das reuniões por andar e das assembleias, os coordenadores e as lideranças dos núcleos de moradia se reuniam semanalmente para discutir assuntos ligados à ocupação, negociações com o poder público e possíveis ações de mobilização. As assembleias gerais nem sempre contavam com a participação da maioria das famílias, apesar de ser um dos requisitos para a permanência na ocupação.

Tudo na ocupação é no coletivo, todas as decisões são feitas no coletivo. Foi onde que a gente... foi posto que não tinha uma coordenação no andar e quem que queria votar em quem. As pessoas foram falando “eu acho melhor fulano, eu acho melhor...”. Quem ganhou mais pontos, ganhou a coordenação. E eu não minto que eu não queria ser não, mas assim acabou que a gente ficou coordenadora, eu e mais uma (Moradora 2, 18 de setembro de 2018).

A partir da apropriação dos quatro andares, os moradores foram se mobilizando para a divisão provisória dos espaços individuais. Como moravam cerca de 80 famílias no prédio, a divisão resultou em espaços pequenos, sendo que cada pavimento estabeleceu uma lógica de divisão diferente, com unidades de tamanhos variados. Quando perguntei a um dos moradores se haviam estipulado acordos para definir a área de cada cômodo, ele respondeu que demarcaram de acordo com os móveis que possuíam. Mas ao analisar as plantas atuais de cada andar é possível observar que em alguns andares essa divisão foi feita a partir da posição dos pilares.

Antes era melhor por conta que todo mundo ficava no coletivo. Assim, não era só a pessoa do andar. Era todos do prédio. A gente ficava mais próximo né? Dos moradores do prédio. Hoje em dia, depois que subiu, dividiu os andares, o pessoal pensa que assim, todo mundo é só no andar deles. O coletivo é só no andar sabe? (Moradora 4, 08 de setembro de 2019).

A divisão dos andares provocou alguns conflitos, uma vez que algumas famílias ocuparam espaços privilegiados, como a fachada frontal, ou com área maior. As divisórias foram sendo construídas aos poucos, com o emprego de materiais disponíveis no edifício, como os forros de teto metálico dos andares superiores e painéis de madeira do 7º andar. Outros materiais também foram utilizados, como painéis de compensado, lonas, persianas, entre outros.

A cozinha comunitária permaneceu no térreo, mas começou a emergir alguns conflitos entre as famílias e os movimentos sociais, o que levou ao não cumprimento das escalas para a função e, com isso, a condução da cozinha ficou a cargo de apenas alguns moradores. A organização coletiva, apesar de necessária, muitas vezes era desgastante no cotidiano da ocupação, e na cozinha não foi diferente: a maneira como as refeições eram preparadas não agradava a todos, cada um possuía individualidades e demandas e, com isso, as pessoas foram deixando de cozinhar juntas.

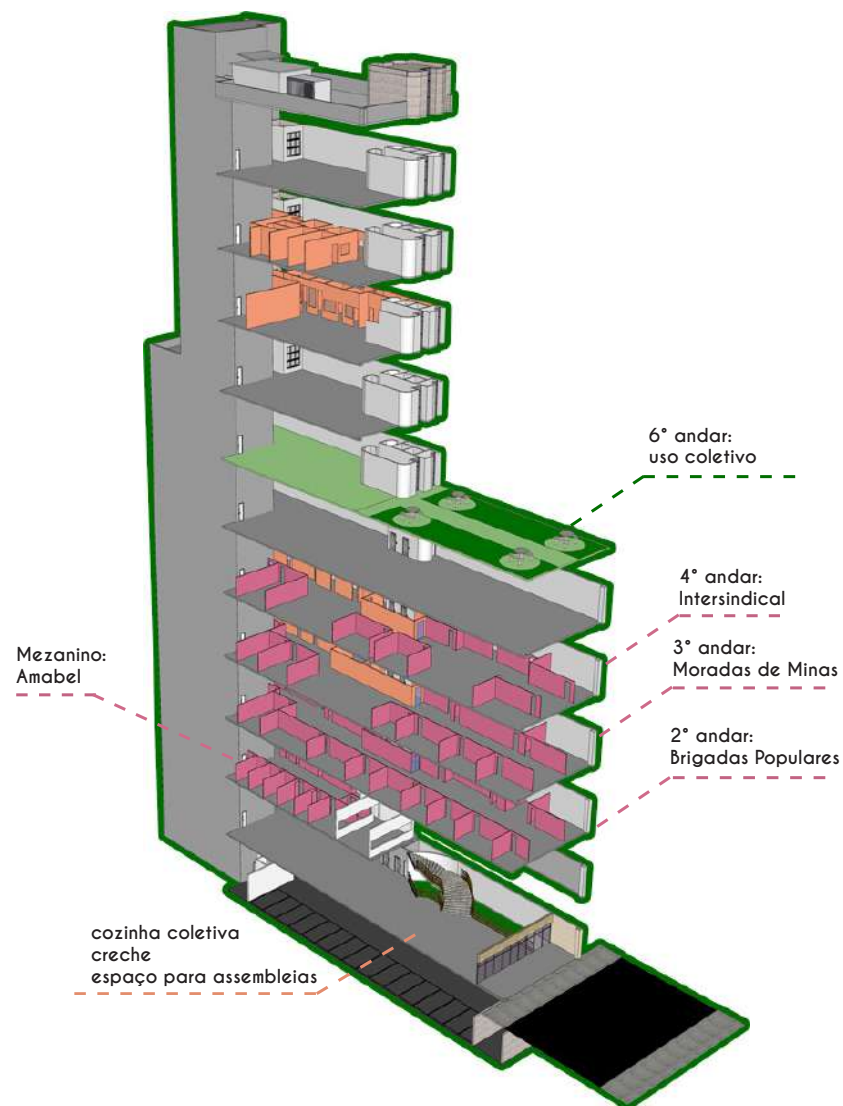


Figura 19: Organização dos andares - Abril a julho.

Fonte: Produzido pela autora.

No início da ocupação tava funcionando muito bem. Aí depois algum, até mesmo as pessoas dos próprios núcleos foram começando a desativar, a desmobilizar as pessoas dos núcleos deles a participar dos seus coletivos. [...] E começava a cada um fazer as suas coisas individuais, fazendo assim, mas por um bom tempo a gente tentou manter a cozinha coletiva (Morador 2, 16 de maio de 2019).

Aí, começou todo mundo: “não, se ela vai cozinhar, eu também vou. Eu tenho meu fogão, vai explodir o prédio? Problema. Vocês que se virem e arruma aí, ó! Porque eu vou ligar meu fogão, vou ligar meu botijão” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

Ah, a cozinha coletiva tinha que acabar com isso. Cada um tinha que fazer o seu rango. Porque às vezes você faz lá, tira sua escala, faz direitinho. Aí depois lá sempre tem uns engraçadinhos que não fazem no dia deles. Isso é um pouco cansativo. Acho que tinha que acabar a cozinha coletiva. Nem todo mundo respeita, nem todo mundo quer dar os mantimentos (Moradora 3, 12 de setembro de 2018).

A creche, que inicialmente ficava no segundo andar, mudou-se para o térreo e foi um dos espaços beneficiados nas intervenções promovidas pela disciplina de Assentamentos Precários, a partir da abertura de vãos nos painéis divisórios, da remoção do carpete e a construção de móveis para o espaço. Contudo, na semana seguinte ao mutirão, as moradoras responsáveis pela creche decidiram transferi-la para o sexto andar, por oferecer um espaço mais agradável às crianças, com um terraço gramado e também por não ficarem expostas ao movimento do dia a dia da ocupação, como acontecia no térreo.



Divisórias de madeirite



Divisórias metálicas



Divisórias de lona



Divisórias metálicas



Divisórias de madeirite



Divisórias com persiana

Figura 20: Divisórias utilizadas pelos moradores nos andares.

Fonte: Acervo da autora.

À medida que novas famílias chegavam e os espaços foram ficando apertados, os moradores começaram a pressionar para ocupar os demais andares e propiciar uma qualidade maior para a moradia. No entanto, os núcleos se mostraram resistentes a essa mudança, alegando que a concentração das famílias nos primeiros andares contribuía para a resistência e o trabalho coletivo na ocupação. Outro empecilho seria a condução de luz e água para os andares superiores, que inicialmente parecia complexa. Contudo, começou uma mobilização para a instalação de uma nova rede de energia elétrica no prédio, o que contribuiu para que os demais pavimentos fossem ocupados posteriormente. O abastecimento de energia se dava por meio de uma conexão provisória na rua Espírito Santo, que não era suficiente para a demanda do edifício, provocando quedas de energia frequentes. Os cabos foram trocados com o auxílio de um dos alunos da disciplina de Assentamentos Precários, e foi feita uma ligação do gerador do prédio ao transformador da CEMIG. Essas intervenções não foram finalizadas, mas o próximo passo seria promover uma distribuição adequada para os cômodos, a instalação de chuveiros, geladeiras, dentre outros elementos importantes para a moradia.

Aqui no andar eram 23 famílias, se eu não me engano. Aí subiram algumas e chegaram algumas, entendeu? E agora tem o 10º andar, que aí vai subir e vamos dividir. Os espaços que sobrarem a gente ainda vai trazer mais famílias, que eu acho que é a parte mais complicada. As pessoas que já estão aqui se adaptarem com as pessoas que estão chegando e as pessoas que estão chegando se adaptarem com as pessoas que já estão aqui (Moradora 2, 12 de setembro de 2018).

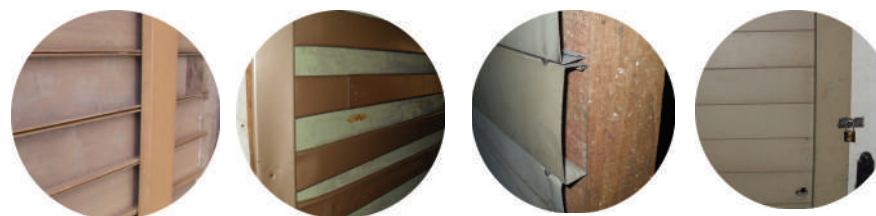


Figura 21: Divisórias utilizadas pelos moradores nos andares.

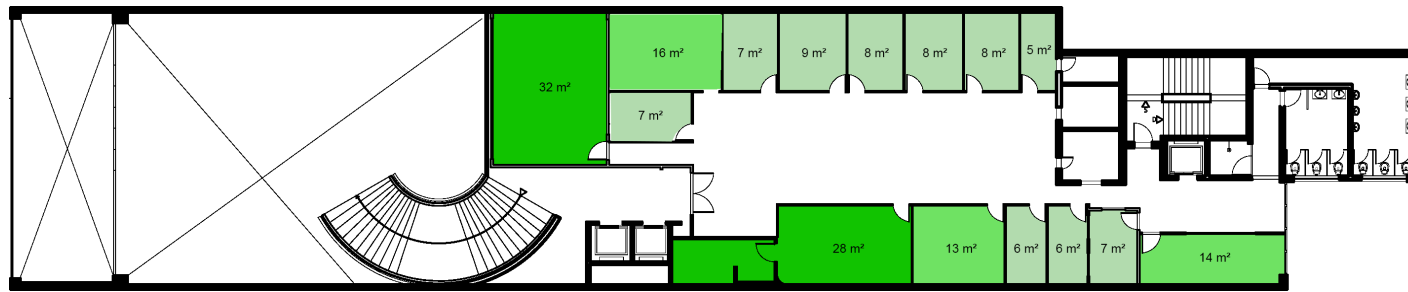
Fonte: Acervo da autora.



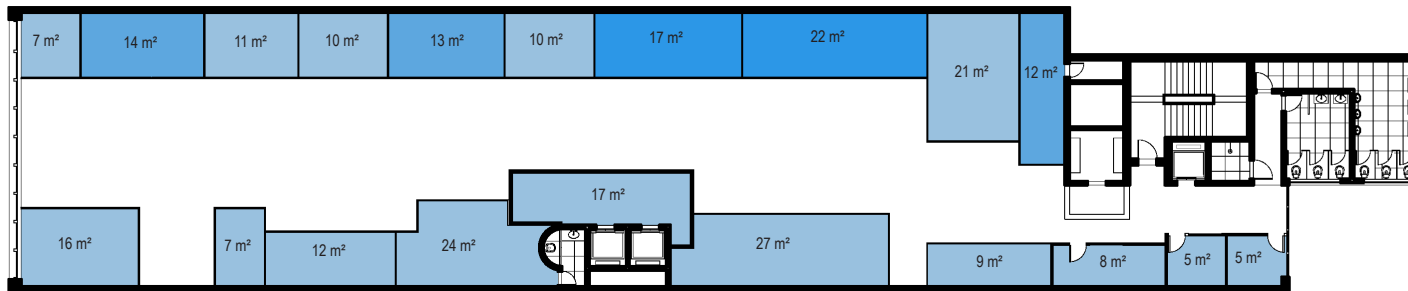
Figura 22: Sistema de aquecimento de água desenvolvido por um morador.

Fonte: Acervo da disciplina ARQ013.

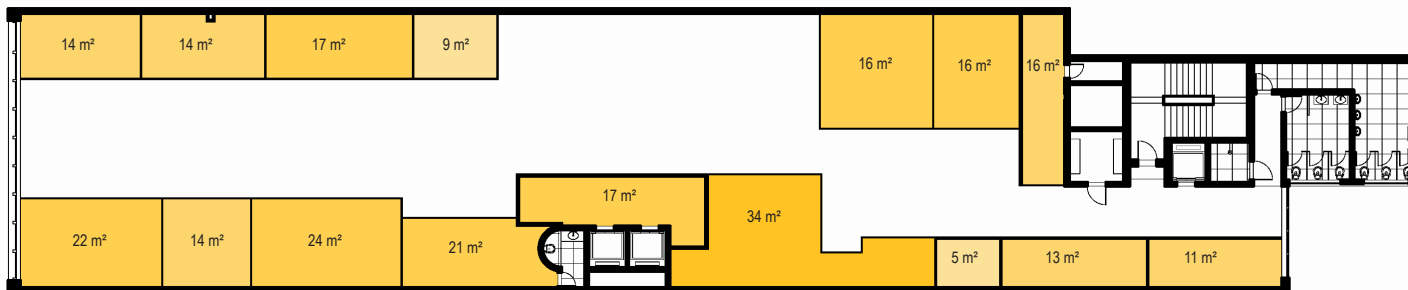




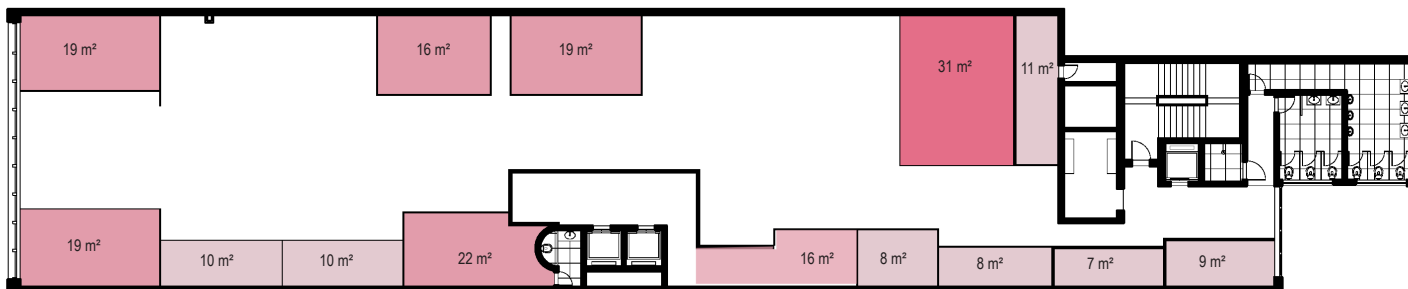
Planta Mezanino - 15 famílias



Planta 2º pavimento - 20 famílias



Planta 3º pavimento - 16 famílias



Planta 4º pavimento - 14 famílias

Figura 23: Divisões e divisórias nos andares.  
Fonte: Acervo da autora.



## Seis meses de ocupação

No segundo semestre ocorreram algumas transformações na ocupação e alguns espaços de uso coletivo deixaram de funcionar, fruto de uma desmobilização interna e de conflitos que foram surgindo. A creche era coordenada por uma das moradoras do 2º andar e, apesar da existência de uma escala entre os moradores, muitos não a cumpriram, o que deixou a coordenação sobrecarregada na função. A creche era um espaço necessário na ocupação, uma vez que entre os moradores predominavam as mulheres, muitas delas mães que deixavam os filhos com alguém para que pudessem trabalhar e prover suas casas. No entanto, apesar da sua importância, não houve uma mobilização dos demais moradores para a manutenção da creche, que deixou de funcionar.

Porque a creche não está acontecendo não. Por causa de interesses do povo mesmo. [...] la ter uma escala nova, que não está rolando. Não está funcionando e a gente vai ter que arrumar um jeito de colocar isso para funcionar (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

Depois a creche acabou. A creche acabou na verdade por tipo... Você foi tirado pra ficar na comissão da creche, mas você não quer ficar na creche, mas foi a comissão que sobrou. A comissão que colocaram você. Ou então até você decidia: “não, eu vou ficar na creche!” Mas você não ficava. Então na verdade a creche mesmo, não teve creche [...] (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

O mesmo problema ocorreu com a cozinha: a escala com as famílias de cada núcleo também não estava funcionando e a produção da comida ficou por conta de apenas alguns moradores, até que fosse questionada a sua manutenção. Mantê-la era desafiador e exigia a colaboração de todas as famílias, não só para o preparo das refeições, mas para a contribuição com os alimentos também. A maneira como a comida era preparada também não agradava a todos. A coordenação da Vicentão estabeleceu um valor fixo de contribuição para as despesas do prédio e para a cesta básica, mas nem todos colaboravam. Além disso, muitos moradores começaram a cozinhar dentro dos cômodos, utilizando panelas elétricas, fritando carne em sanduicheiras, situação que representava um risco de incêndio ao edifício, diante das condições da rede de energia elétrica. Essas questões comprometeram o funcionamento da cozinha no térreo e, com isso, parte dos moradores pressionaram os coordenadores para que ela passasse a funcionar coletivamente em cada andar, o que ocorreu algumas semanas depois. Acredita-se que essa pressão ocorreu com o apoio de dois dos núcleos: a Amabel e a Moradas de Minas. Na entrevista realizada com uma das lideranças da Vicentão essa questão foi exposta, mostrando que havia uma divergência entre os núcleos, o que refletiu na cozinha. As Brigadas Populares defendiam a manutenção da cozinha coletiva, uma vez que a considerava essencial para a consolidação da ocupação.

As Brigadas dentro desse nosso acordo de ocupação estabelece alguns princípios para a ocupação, junto com o povo. [...] E um dos princípios é o trabalho coletivo, e a questão de fato é essa, nós temos uma dimensão, e defendemos isso, que a cozinha é o coração de uma ocupação [...] (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

Muita tristeza das Brigadas Populares porque na verdade uma ocupação só se consolida com o coletivo. E ali na cozinha, com ou bem ou com o mal, com os atritos e tudo, era o momento onde todo mundo saía do seu individualismo pra trombar com um, conversar com outro (Moradora 6, 04 de outubro de 2018).

Aí eu... tinha que fazer a comida meio que escondido, né? Aí o pessoal descia: “ô gente, o almoço tá pronto”. E eu tô assim: “ah, os meninos não vão comer não!” Eu ia no sacolão comprar verdura, levava uma sacola preta, colocava a verdura dentro da sacola, pra ninguém ver que eu tava levando. Porque, senão, todo mundo ia querer, né? Aí, todo mundo ia querer cozinhar no quarto e não podia, não tinha luz pra aguentar tanta coisa. [...] Aí, eles foi e passou a comer direito. Aí a cozinha foi e foi acabando, pouco a pouco (Moradora 5, 09 de maio de 2019).

A implantação das cozinhas por andar proporcionou uma autonomia aos movimentos, para propor uma organização para o funcionamento do espaço. No segundo e terceiro andares, os moradores decidiram manter o caráter coletivo da cozinha, sendo que cada família deveria contribuir mensalmente com os gastos com alimentos. Foi proposta uma escala com os responsáveis de cada dia, que nem sempre funcionava. Já no quarto andar, cada família utilizava o espaço individualmente, de acordo com a demanda do momento.

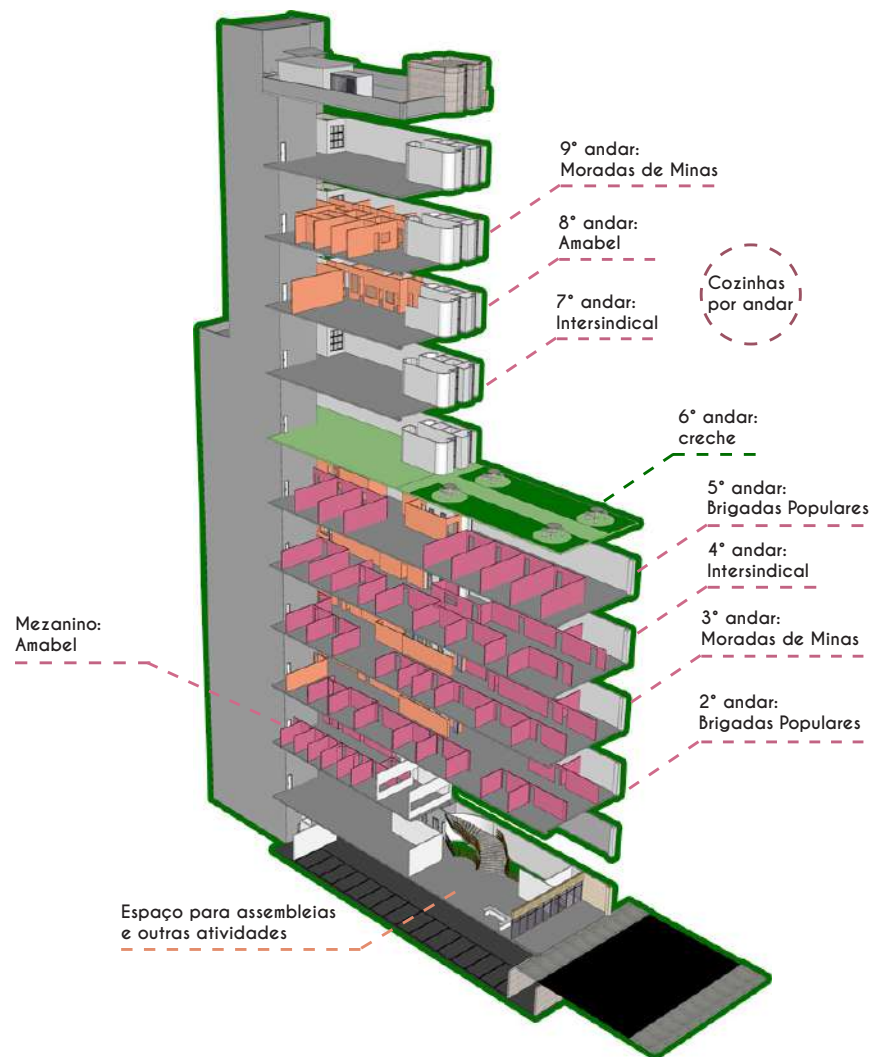


Figura 24: Organização dos andares: seis meses de ocupação

Fonte: Acervo da autora.

Nossa cozinha está maravilhosa. Graças a deus, nós não temos dor de cabeça. Depois que nós subimos, que eles resolveram fazer a cozinha por andar. Melhor coisa que aconteceu na nossa vida. No começo a gente ficou pensando se ia continuar fazendo comida para todo mundo junto e todo mundo dá os alimentos. Depois nós percebemos que tinha gente no nosso andar que era uma pessoa só, e vai dar um monte de comida, que eu acho que ia ficar mais pesado pra ela, que é uma pessoa só. Então nós decidimos que cada um ia comprar as suas coisas e cada um ia fazer a sua comida e a gente dividiria só o gás. E foi ótimo (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

A organização da cozinha no térreo era de fato trabalhosa, no entanto, os conflitos que existiam ali passaram a repercutir nos andares: algumas famílias não contribuíam para a cesta básica, as mesmas pessoas ficavam responsáveis pelo espaço etc. Com isso, foi reduzindo a possibilidade de organização coletiva entre os moradores e as demais comissões, como a de limpeza, creche e infraestrutura, também deixaram de funcionar, com exceção da de segurança, que se manteve diante da necessidade de controlar o acesso ao edifício. As portas de entrada de cada andar também passaram a ficar trancadas, sendo que antes havia uma livre circulação pelo prédio.

Essa desmobilização encadeou alguns desacordos nos andares, uma vez que uma parcela pequena dos moradores assumiu o trabalho coletivo na ocupação: participavam das assembleias, atividades e manifestações, conduziam a cozinha, a limpeza dos andares e dos banheiros, entre outras ações que eram importantes para construir a resistência no prédio. Esse grupo era composto em sua maioria por mulheres que, ao longo dos 12 meses, estiveram à frente da organização da ocupação.



Figura 25: Cozinha coletiva por andar e condução do esgoto do tanque.

Fonte: Acervo da disciplina ARQ013.



Figura 26: Condução de água aos andares.

Fonte: Acervo da disciplina ARQ013.

Um exemplo dessa mobilização feminina se deu no segundo andar, vinculado às Brigadas Populares: cerca de 25 famílias moravam ali convivendo de forma conflituosa e, com isso, um grupo de mulheres se mobilizou para mudar para o quinto andar, com o intuito de melhorar a convivência em espaços com área maior. Como mencionado anteriormente, os movimentos sociais estavam resistentes à apropriação dos demais andares, mas conversando com os coordenadores da ocupação, permitiram que fizessem a mudança. Assim, o grupo fez um mutirão para retirar os entulhos e o carpete do piso, e se mudaram antes mesmo de definir a divisão do andar.

Mas, uma turma tinha acabado de subir pro quinto andar e o quinto andar ainda não era habitado. A gente que fez a limpeza e tal e passamos pra lá. Aí foi dado, logo que nós subimos, ou um pouquinho antes da gente subir que foi dado essa coisa de cozinha por andar. E todos os andares tinham uma quantidade boa assim de famílias, entende? Então foi decidido que seria uma cozinha por andar e eles se organizaram lá e fizeram revezamento de cozinhar ali. E nós, como era, eu acho que era sete famílias no começo no quinto andar, a gente decidiu ter a cozinha, porque a cozinha tinha que ter a cozinha comunitária, mas cada um ir lá e cozinhar por si (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Essa mudança aconteceu no mesmo momento em que foi apresentada em assembleia a maquete manipulável que produzimos durante a disciplina para dar continuidade à discussão sobre as unidades habitacionais. Com isso, as moradoras se mobilizaram para manipular a maquete na primeira semana, a fim de discutir e definir o espaço de cada família, antes da construção com as divisórias.

Essa discussão ocorreu por meio de reuniões organizadas pelas mulheres, que após definirem a divisão do andar, construíram as divisórias utilizando os forros metálicos e chapas de madeirite.

Porque a gente queria fazer as nossas divisórias dentro desse definitivo provisório. Porque pra ficar um quatinho, e como esse andar tava livre a gente podia pensar. Até que rolou a maquete que o Tiago trouxe, falei não gente, sobe primeiro pro quinto, que a gente tá livre, a gente tá esperando isso pra fazer o nosso. Que aí a gente definiu, fomos brincando, brincando com a maquete e definimos esse espaço maravilhoso (Moradora 6, 04 de outubro de 2018).

No mês seguinte, algumas famílias da AMABEL e da Morada de Minas começaram a se mudar para o 8° e o 9° andares. No 9° andar aconteceu uma situação semelhante ao 5°, visto que uma moradora do 3° organizou algumas famílias para a mudança, em busca de evitar os conflitos existentes no andar. A sobreloja, vinculada à AMABEL, abrigava cerca de 15 famílias em espaços com área média de 10m<sup>2</sup>. Apesar de ter sido definido que o andar não seria destinado à moradia, devido às suas condições de ventilação e iluminação, poucos moradores demonstraram interesse em subir para o 8° andar e, com o tempo, foram chegando novos moradores do núcleo. Uma situação semelhante ocorreu no 4° andar, ligado à Intersindical: o 7° foi destinado aos moradores do movimento, mas grande parte optou em permanecer no 4° andar, que acomodava cerca de 18 famílias. A distância que deveria ser enfrentada com o uso das escadas foi um dos empecilhos apresentados para a não mudança para os andares superiores. O 10° andar ficou desocupado, mas algumas famílias do 2° pretendiam se mudar para lá.

A produção do espaço na ocupação Vicentão ocorreu no cotidiano, em alguns momentos alinhada às demandas dos movimentos sociais e em outros a partir da organização interna dos moradores. Os espaços individuais foram sendo consolidados, ainda que provisoriamente, ao passo que a possibilidade de mobilização coletiva foi se perdendo, provocando um desgaste nas relações entre os moradores. Essas transformações não foram fruto de ações isoladas, na medida em que outros sujeitos também contribuíram para que acontecessem. Uma das ações foi a assessoria técnica promovida por estudantes e professores de Arquitetura e Urbanismo, no âmbito de disciplinas, pesquisas e outras ações. A seguir, será relatado o trabalho desenvolvido com os moradores ao longo dos meses e proposta uma reflexão a partir desse processo.

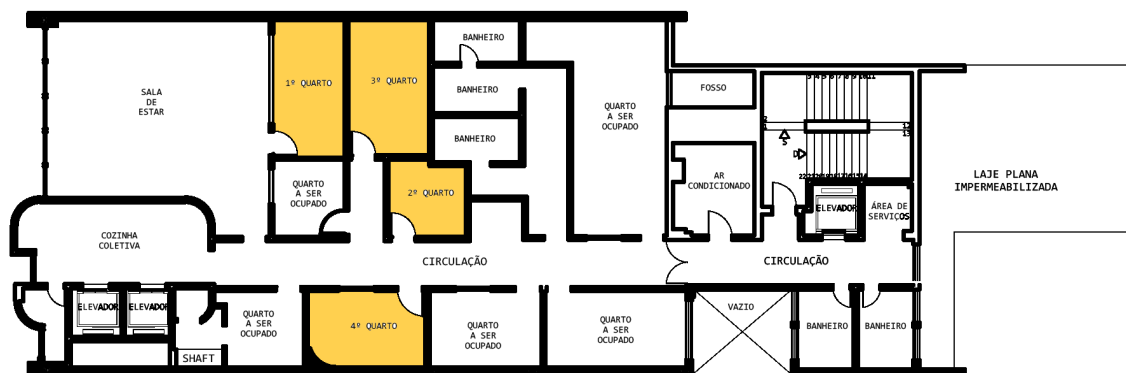


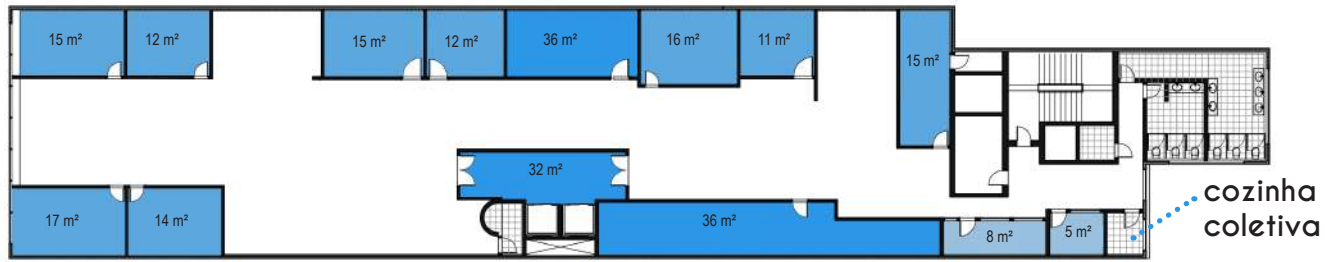
Figura 27: Planta do 9º andar ocupado.

Fonte: Produzido pela autora.

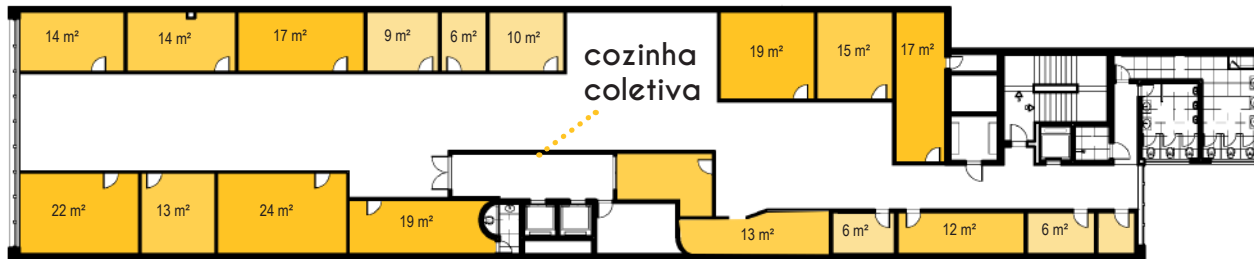


Figura 28: Espaços do 9º andar: cozinha e sala

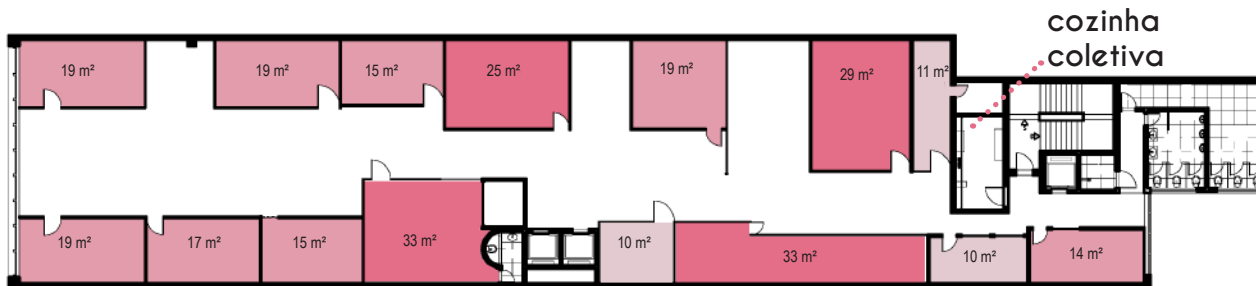
Fonte: Acervo da disciplina ARQ013



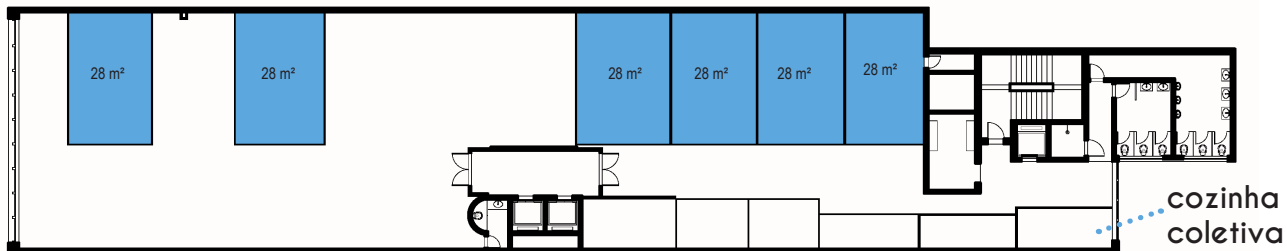
Planta 2º pavimento - 14 famílias



Planta 3º pavimento - 19 famílias



Planta 4º pavimento - 15 famílias



Planta 5º pavimento - 7 famílias

## 8. À ASSESSORIA TÉCNICA





Esse processo se iniciou no primeiro semestre de 2018, com a participação dos professores e alunos da disciplina de Assentamentos Precários, que ocorreu na Ocupação Vicentão. Outros estudantes também participaram, como o Joviano Arruda, da PUC Minas, que desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso na ocupação. Desse modo, podemos considerar que os trabalhos desenvolvidos, tanto coletivos como individuais, fizeram parte dessa assessoria técnica que será relatada a seguir.

A disciplina OFIAUP - Problemas de requalificação e urbanização de assentamentos precários, constituiu-se de 3 etapas no primeiro semestre de 2018: na primeira, foi feito um levantamento arquitetônico do edifício e de informações sobre seu entorno, a segunda consistiu em ações coletivas de microplanejamento e, por último, foram desenvolvidas propostas individuais para o edifício ocupado. Essas ações serão detalhadas a seguir.



Figura 30: Primeiro contato com a ocupação. Fonte: Tiago Castelo Branco.



Figura 31: Assembleia com os moradores. Fonte: Joviano Arruda.

## Levantamento Arquitetônico do edifício

Logo no começo da ocupação, antes do início das aulas da OFIAUP, um dos militantes das Brigadas Populares teve acesso, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano, aos microfilmes contendo o projeto do edifício, elaborado em 1982. A partir desse material, o Joviano, no âmbito do seu trabalho de conclusão de curso, redesenhou todo o projeto utilizando o software AutoCAD. A partir dos desenhos digitais, ele fez um primeiro levantamento do edifício, para conferir e comparar as informações contidas no projeto aprovado pela prefeitura e o que havia sido construído de fato. Para dar continuidade a esse levantamento, a turma de Assentamentos Precários se dividiu em grupos e cada um ficou responsável por levantar as informações de dois andares e fazer a comparação com as plantas técnicas produzidas pelo Joviano. A partir desse levantamento, os estudantes elaboraram plantas, cortes e modelos tridimensionais do edifício.

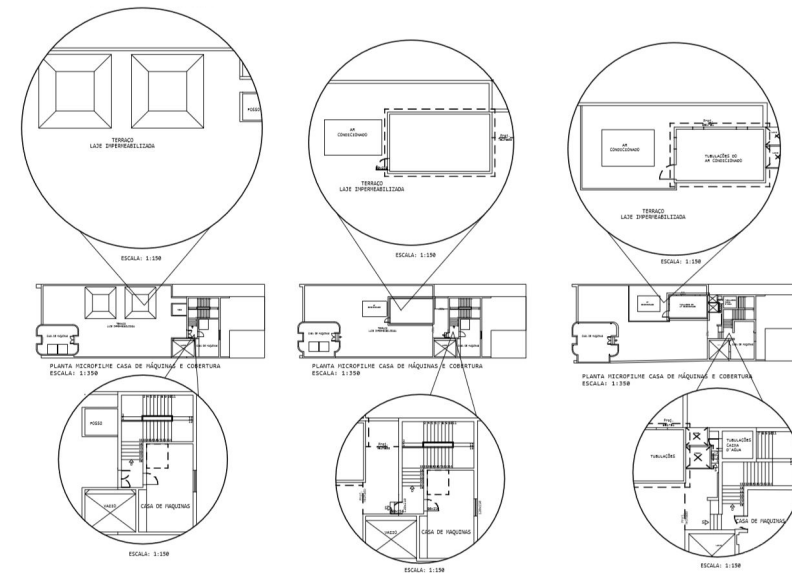


Figura 32: Plantas da casa de máquina: projeto da Prefeitura, levantamento do Joviano e o da turma. Fonte: Produzido pela autora.

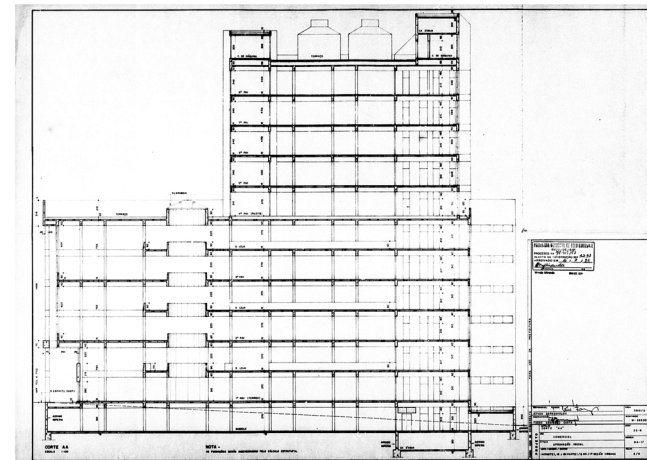


Figura 33: Corte longitudinal do edifício - Projeto aprovado pela Prefeitura  
Fonte: Joviano Arruda.

## Ações de microplanejamento

A segunda etapa da disciplina consistiu em ações de microplanejamento, ou seja, mutirões realizados durante um final de semana, de acordo com as demandas dos moradores da Vicentão. As demandas foram levantadas durante uma visita à ocupação, quando os estudantes e professores fizeram um planejamento junto aos moradores, que deu origem às seguintes frentes de trabalho:

1. Mobiliário para a creche e construção de uma biblioteca no térreo.
2. Retirada do carpete do andar térreo.
3. Retirada e organização dos eletrodutos e do forro do 5º andar
4. Instalação de pias na cozinha, extensão da rede de esgoto e caixa de gordura.
5. Bazar para arrecadar o dinheiro para as ações.

A partir da definição das frentes, a turma se dividiu em grupos, e planejamos as ações ao longo de duas semanas. Promovemos um bazar na Escola de Arquitetura e na ocupação para arrecadar a quantia necessária para as ações. O mutirão ocorreu durante um final de semana e contou com a participação dos estudantes, professores, moradores, integrantes dos movimentos sociais e alguns colaboradores também. Após essa ação foi possível refletir sobre a maneira como cada frente de trabalho foi conduzida e seus desdobramentos no cotidiano dos moradores.

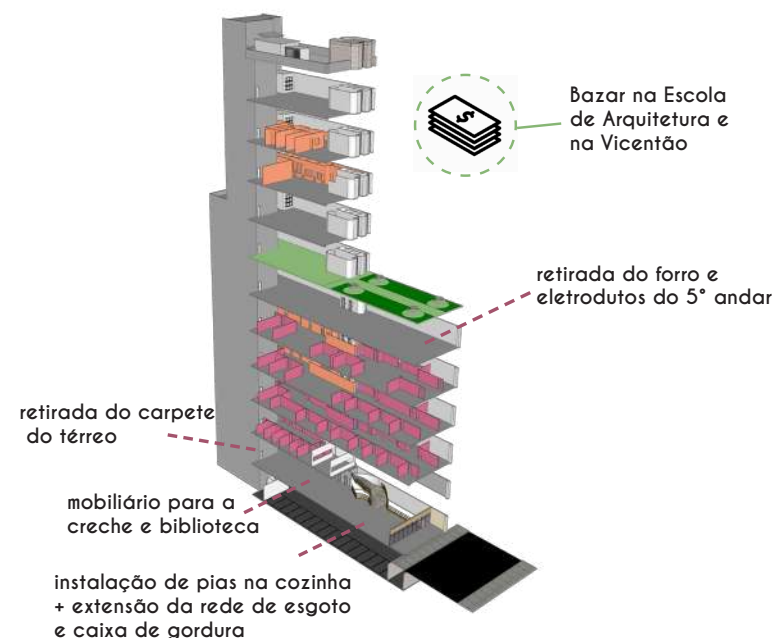


Figura 34: Esquema com as frentes de trabalho do mutirão.

Fonte: Produzido pela autora.

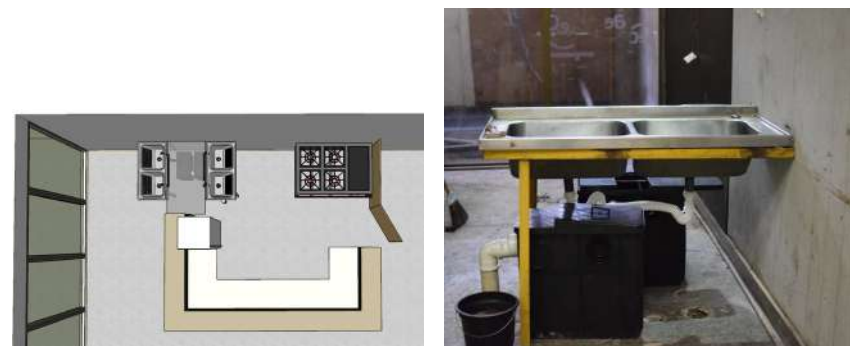


Figura 35: Instalação da pia, caixa de gordura e extensão da rede de esgoto.

Fonte: Acervo da autora.

O conceito de mutirão refere-se a mobilizações coletivas para alcançar determinado objetivo, baseando-se em uma colaboração mútua não remunerada. Nesse sentido, como as ações partiram de demandas dos moradores para o edifício, pensamos que haveria uma adesão maior deles, mas isso não ocorreu: uma parcela pequena das 80 famílias participou do mutirão. Por outro lado, alguns moradores foram essenciais para a concretização das ações e desempenharam um papel importante na ocupação, seja por terem um conhecimento prático relacionado a obras ou por terem estado à frente da organização dos andares e dos espaços coletivos, como a cozinha e a creche, entre outras funções. Durante o mutirão, algumas decisões foram tomadas pelos estudantes e professores. Um exemplo disso foi a localização da biblioteca: uma das moradoras responsável pela creche apontou que os livros poderiam ficar guardados numa pequena sala no térreo. Os alunos e os professores se opuseram e apontaram que seria melhor deixar os livros num espaço aberto, para o acesso de todos os moradores. A partir desse consenso, o grupo responsável pela construção da biblioteca definiu onde ela ficaria, contrariando a opinião exposta por essa moradora.

Essa situação expressa um confronto na relação entre a assessoria e os assessorados: em alguns momentos tomamos algumas decisões que julgamos adequadas para determinadas situações, de acordo com um ponto de vista. Naquele momento fazia sentido propor que os livros ficassem disponíveis para todos os moradores, estimulando o uso da biblioteca. No entanto, esse não era o desejo da moradora responsável pelo espaço, com o intuito de preservar os livros. Assim, ainda que propor o espaço aberto fizesse sentido, assumimos uma posição autoritária ao tomar essa decisão pelos moradores e nos colocamos como iguais, esquecendo de que existe uma assimetria nessa relação, que é expressa quando nos posicionamos.



Figura 36: Aberturas na parede de Drywall.

Figura 37: Construção de mobiliário para a creche.

Figura 38: Bazar na Vicentão. Fonte: Acervo da disciplina

Outro ponto interessante de observar foi o impacto dessas ações no espaço da Vicentão nos meses que se seguiram: mesmo com a construção do mobiliário da creche e da biblioteca no térreo, na semana seguinte esses espaços foram transferidos para o 6° andar, a partir de demandas dos moradores. A retirada do carpete no térreo levou à repetição da ação em outros andares também. Com a instalação da pia da cozinha coletiva, a extensão da rede de esgoto e a instalação da caixa de gordura de PVC, percebemos que essa poderia ser uma solução utilizada nas cozinhas e lavanderias de cada andar, eliminando a necessidade de se ter uma caixa de gordura para todo o edifício. Alguns meses depois, quando a cozinha coletiva passou a ser por andar, um dos moradores da Vicentão propôs uma nova saída para o esgoto das pias dessas cozinhas e contratou uma empresa para fazer os furos nas lajes. A frente de trabalho que retirou os forros metálicos do 5° andar também teve um desencadeamento: à medida em que os quatro andares foram sendo ocupados e divididos de acordo com a quantidade de famílias, os forros metálicos foram utilizados como divisórias para os cômodos provisórios.



Figura 39: Turma que participou do mutirão.

Figura 40: Retirada do carpete do andar térreo.

Figura 41: Livros para a biblioteca comum. Fonte: Acervo da disciplina

## Desenvolvimento de propostas individuais

Após a conclusão do mutirão, começou a etapa final, que consistiu no desenvolvimento de propostas individuais para o edifício. Houve uma diversidade de propostas, sendo que grande parte delas se referiram a espaços coletivos, como hortas comunitárias, banheiros e lavanderias coletivas, captação e utilização da água da chuva, estratégias para combate à incêndio, entre outros, como elencado na sequência. (Ver figura 42)

Esses trabalhos foram importantes para se pensar em alternativas para algumas questões de ordem coletiva na ocupação, mas no cotidiano dos moradores, havia uma demanda mais urgente: era necessário começar a discutir a adaptação do edifício para moradia, pensando na divisão dos andares em unidades habitacionais. Para isso, foram definidas reuniões com os moradores de cada andar, e por acreditar na importância dessa discussão, Gisele (aluna da disciplina) e eu decidimos acompanhar essas reuniões, buscando refletir de forma crítica sobre as nossas ações e propondo dispositivos que possibilitassem maior participação dos moradores. As reuniões foram conduzidas pelo professor Tiago e o Joviano, e contaram com a nossa presença e de outros alunos da disciplina também.

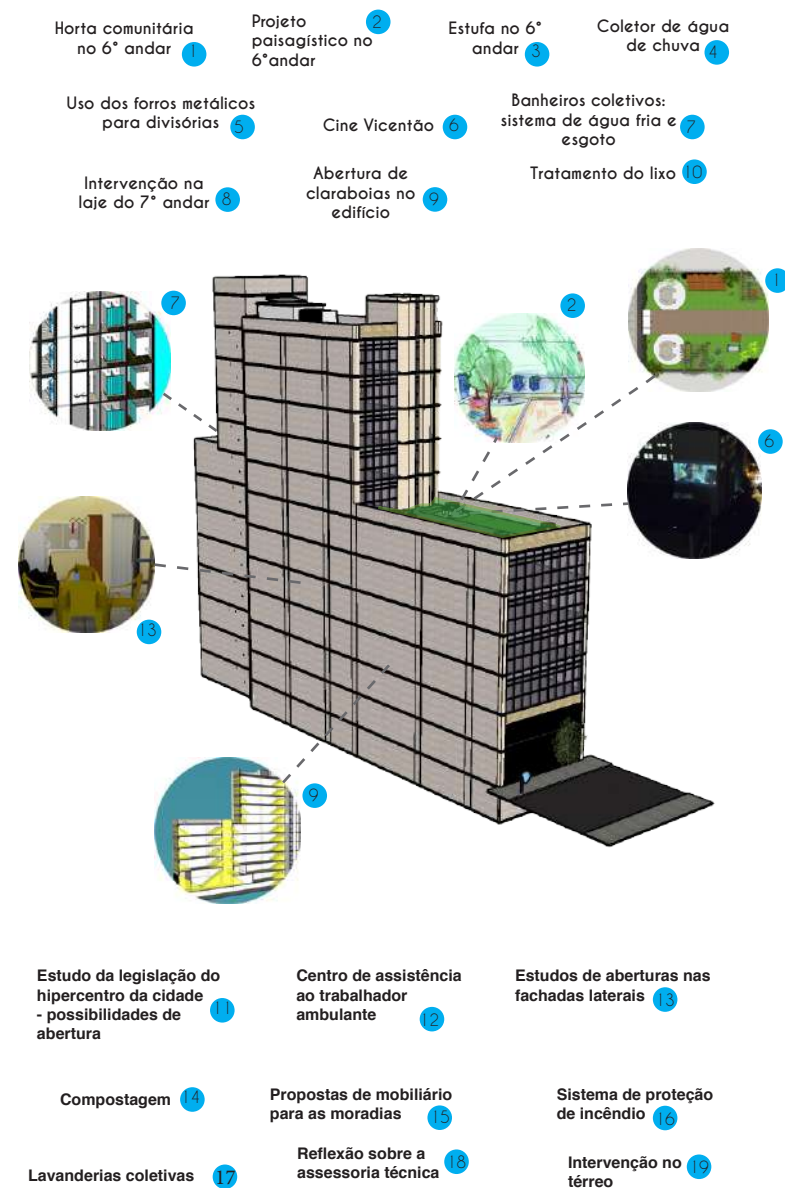


Figura 42: Propostas individuais localizadas no mapa.

Fonte: Produzido a partir do acervo da disciplina.

## Oficinas para discussão das unidades habitacionais

A discussão das unidades habitacionais ocorreu por meio de oficinas com os moradores dos andares ocupados (mezanino, segundo, terceiro e quarto andares) e aconteceram semanalmente. Como suporte a elas, foram utilizados desenhos, maquetes e uma marcação no piso com a área e o formato de cada unidade estudada com os participantes das oficinas. Foram abordadas diferentes questões para a definição dos apartamentos: quantas famílias iriam morar em cada andar, quais espaços seriam de uso coletivo, possibilidades de materiais para a construção das divisórias, entre outros assuntos, como as instalações elétricas e hidráulicas.

Antes de realizar as oficinas, conduzimos uma reunião com os moradores, propondo uma discussão geral sobre o edifício, seus espaços coletivos e individuais e, a partir disso, elaboramos um cronograma com as oficinas para cada pavimento. A decisão de fazer as discussões por andar foi tomada junto com os moradores, levando em consideração a diferença de atuação de cada movimento social. Apesar de ter sido breve, essa reunião explicitou a existência de uma hierarquia na ocupação. O Tiago, enquanto professor e arquiteto, falou na maior parte do tempo, expondo suas opiniões e ponderações sobre o projeto. As lideranças da ocupação também tiveram um poder de fala maior, enfatizando que as propostas geradas nas oficinas deveriam ser aprovadas pelas 4 entidades. Já os moradores ficaram em uma posição mais passiva, observando e escutando as falas.



A primeira reunião, marcada com os moradores do mezanino, teve uma participação pequena desses, sendo que as propostas partiram de uma das lideranças da AMABEL e dos arquitetos também. Inicialmente, o plano era ocupar o edifício com moradias até o 4º pavimento, uma vez que as condições de abastecimento de água, esgoto e luz ainda estavam precárias. Com isso, a distribuição das 80 famílias nos 4 andares resultaria em cerca de 20 famílias morando em cada um deles. O Tiago apontou uma linha de circulação longitudinal no andar, que serviu como ponto de partida para se pensar na organização dos espaços individuais e, com isso, a divisão de um pavimento tipo em 20 unidades gerou apartamentos com áreas de 17 m<sup>2</sup> e 20 m<sup>2</sup>. Também foi discutida uma possibilidade para ampliar os espaços, por meio da construção de um mezanino acima de cada apartamento, aproveitando o pé direito alto dos andares. Existia uma divergência quanto à construção dos mezaninos, que foi exposta por alguns moradores nas entrevistas:

[...] É igual a outra ideia que eles tinham dado, ah fazer o tal do mezanino, uma coisa que gente, não vai dar certo, algumas pessoas vão se empolgar com esse trem do mezanino e vão querer reduzir o tamanho do apartamento achando que vai crescer pra cima. Só que pra crescer pra cima tem que bater uma laje, ou fazer uma laje de madeira, tanto faz. Um forro pra poder suportar o peso, e aí é o seguinte, já era abafado, vai ficar mais abafado ainda. Eu sempre pensei por essa lógica, eu acho que assim, quanto mais alto você deixar o teto, mais circulação de ar vai ter (Morador 2, 19 de setembro de 2018).

[...] Ai eu não tô pensando em fazer mezanino não. Porque esse teto na minha cabeça, eu não consigo, quero espaço, prefiro ficar mais assim, porque meu marido é alto e eu também não sou muito baixinha, ai fica meio. Prefiro ele alto mesmo (Moradora 3, 08 de setembro de 2018).

Além do espaço ocupado pelo mezanino, que reduz o pé direito do primeiro piso, outro possível impasse seria a possibilidade de construir banheiros e cozinhas individuais futuramente, o que exigiria instalações de água fria e esgoto embaixo de cada laje, comprometendo a qualidade espacial do mezanino.

Ao lado do hall de elevadores havia um pequeno banheiro, que foi incorporado por duas moradoras nos andares, quando colocaram divisórias provisórias. A discussão em tornar esses banheiros coletivos foi polêmica e gerou insatisfação por parte dessas moradoras, que pretendiam manter o banheiro dentro dos cômodos. Essa questão foi abordada em outras reuniões também, sendo que os acordos foram diferentes em cada caso.

Com o intuito de mobilizar os moradores para as próximas reuniões, demarcamos no piso do térreo a unidade discutida na reunião, para que um número maior de pessoas pudessem avaliar a solução. Além disso, a proposta foi expressa na maquete do prédio e apresentada numa assembleia, evento que acontece semanalmente na ocupação. Muitos demonstraram insatisfação com o tamanho dos apartamentos, de 17 m<sup>2</sup> cada, pensando que não seria confortável morar nesse espaço, principalmente se fossem famílias maiores.



Ao pensar que esse já seria o projeto definitivo, começaram a contestar as decisões tomadas na primeira reunião. Apesar de ser uma solução provisória, era preciso levar em conta a qualidade de vida dessas famílias, uma vez que o processo para a consolidação da moradia no edifício se estenderia por muitos anos, considerando o exemplo de ocupações mais antigas em Belo Horizonte e outras cidades do país. A intenção de levar a maquete com as divisórias era incentivar as pessoas a se engajarem nas oficinas de discussão do projeto para os apartamentos.

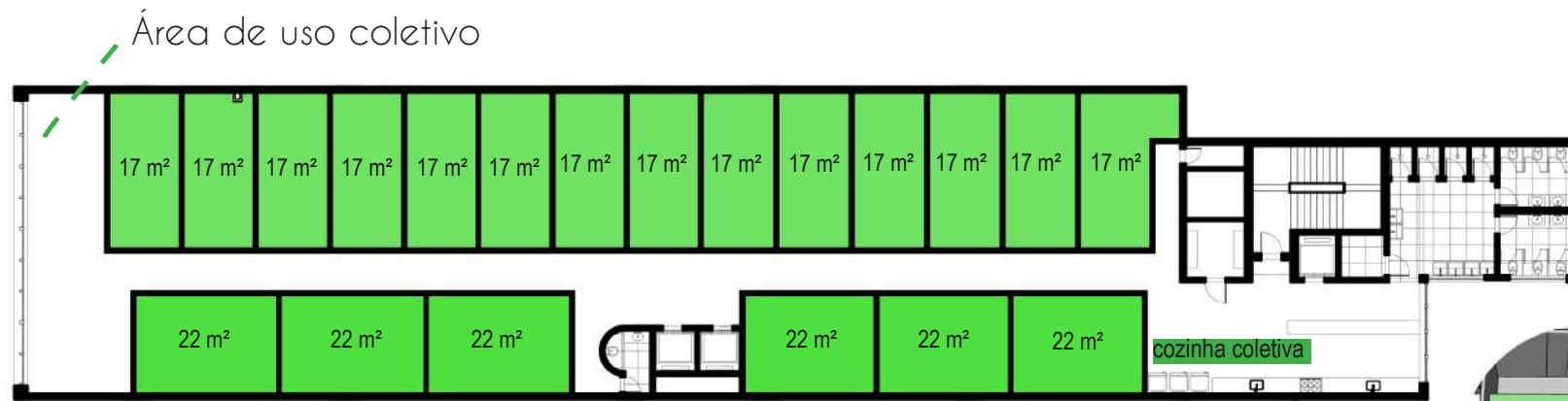
Se eu olhar 40m<sup>2</sup> desocupado é uma coisa, se você olhar 40m<sup>2</sup> ocupado com móvel, e área de circulação vai ficar do tamanho reduzido. Você não vai ter aquele espaço que as pessoas vê, se você fizer um quadrado livre de 17m<sup>2</sup> igual eles tinham falado, você vai: nossa é grande. Vai lá e põe uma cama, um sofá, uma geladeira e um fogão. Não vai ter área de circulação, você vai ficar totalmente num lugar que não vai ter nem área de passar. [...] se no caso for colocado 17m<sup>2</sup> e depois como que vai legalizar uma casa dessa com 17m<sup>2</sup>? Ou até mesmo quando vier direitos humanos ou pessoal que vier pra aprovar o trem, ô gente isso aqui é uma condição subumana de viver (Morador 2, 19 de setembro de 2018).



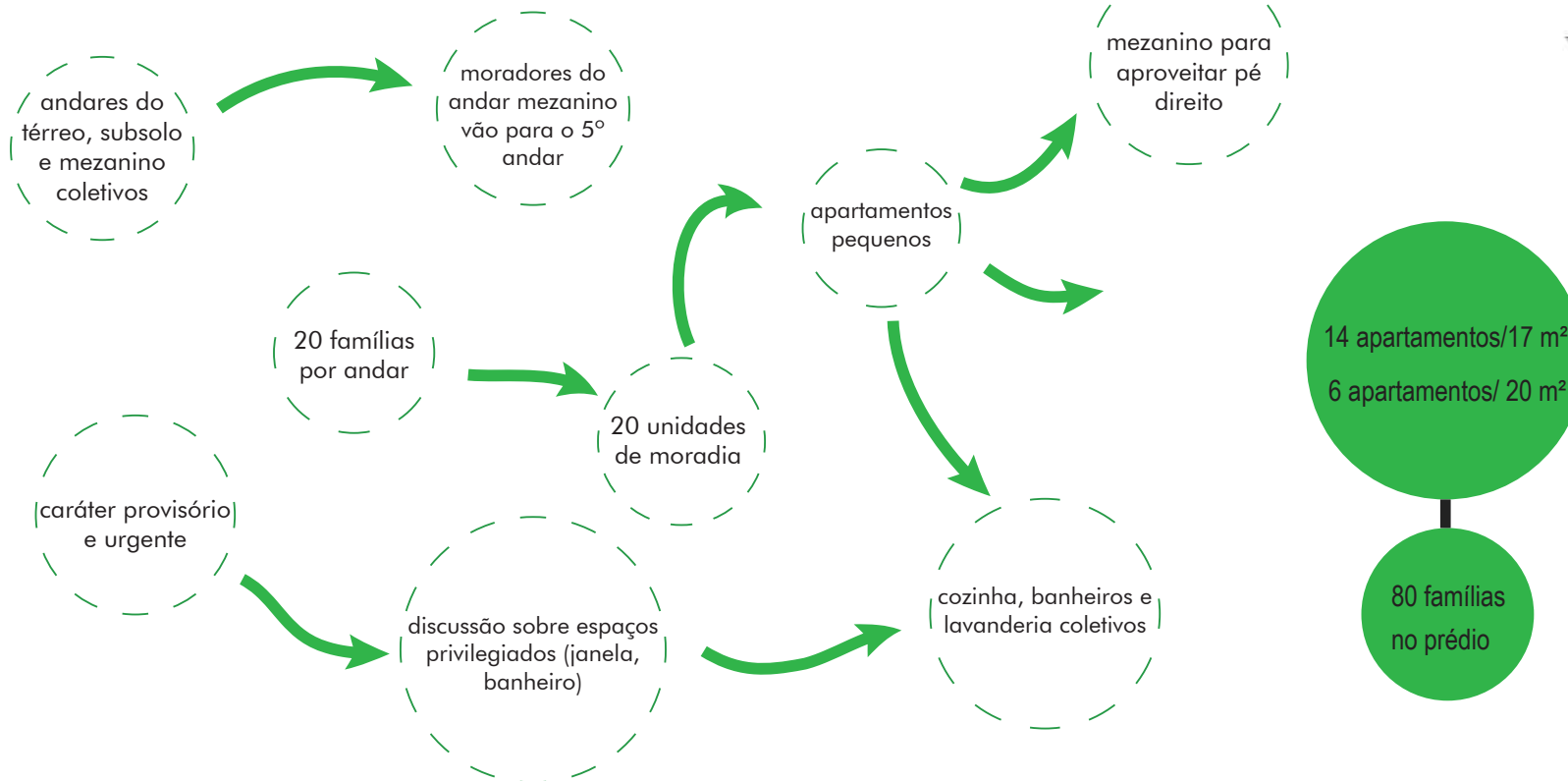
Figura 43: Assembleia para discutir a proposta do mezanino. Fonte: Acervo da disciplina

Figura 44: Oficina com os moradores. Fonte: Acervo da disciplina

# OFICINA COM OS MORADORES DO MEZANINO



Proposta primeira oficina: 20 famílias por andar



À medida em que as reuniões aconteciam, a discussão foi avançando em alguns aspectos e as propostas para a configuração de cada pavimento foram sendo alteradas, a partir da incorporação de novos elementos pelos moradores e pelos movimentos sociais. Como a proposta de ocupar apenas os quatro andares com 20 famílias não foi aprovada em assembleia, começou a ser discutida a possibilidade de ocupar os demais andares, o que fortaleceria a luta e resistência para permanecer no prédio. Com isso, foram propostas unidades com área maior, que variavam de 25 a 40 m<sup>2</sup>.

Como a transformação do edifício em moradia exigia mudanças significativas que, no momento, não eram viáveis economicamente, era necessário estabelecer uma lógica de organização dos andares, de forma a acomodar as famílias provisoriamente e viabilizar soluções para o abastecimento de água, esgoto, prevenção de incêndio e iluminação do edifício. O ponto de partida para se pensar as unidades habitacionais foi a quantidade de famílias que iriam morar em cada andar. Essa questão gerou um impasse: se, por um lado, ter muitas famílias significaria ter uma força maior para pressionar o Estado, por outro, não seria possível garantir qualidade de vida para todos os moradores. Isso só seria possível a partir da redução da quantidade de famílias e, por consequência, a ampliação da área de cada moradia.

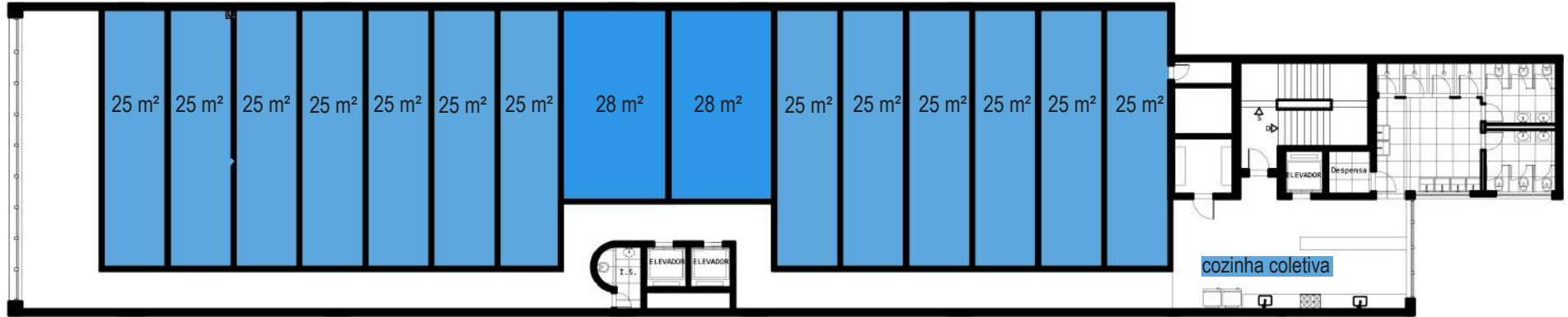
Quando perguntamos como os moradores imaginavam cada apartamento, o consenso foi um espaço com sala, cozinha e dois quartos. No entanto, como a expectativa era que morassem entre 15 a 20 famílias por andar, os moradores concordaram que uma solução viável durante os primeiros anos até a ocupação ser regularizada seria estabelecer uma cozinha coletiva para cada andar, o que evitaria também o uso de material inflamável dentro dos apartamentos.

Os banheiros, lavanderias e espaços para convivência também seriam de uso comum. Os espaços privilegiados de cada andar, ou seja, as áreas próximas às fachadas com janelas, foram destinados para uso coletivo também, podendo abrigar um espaço de convivência, de reuniões, eventos ou um local para secar as roupas, assim como ocorre na entrada do prédio, comumente utilizada por vários moradores como um espaço de encontro.

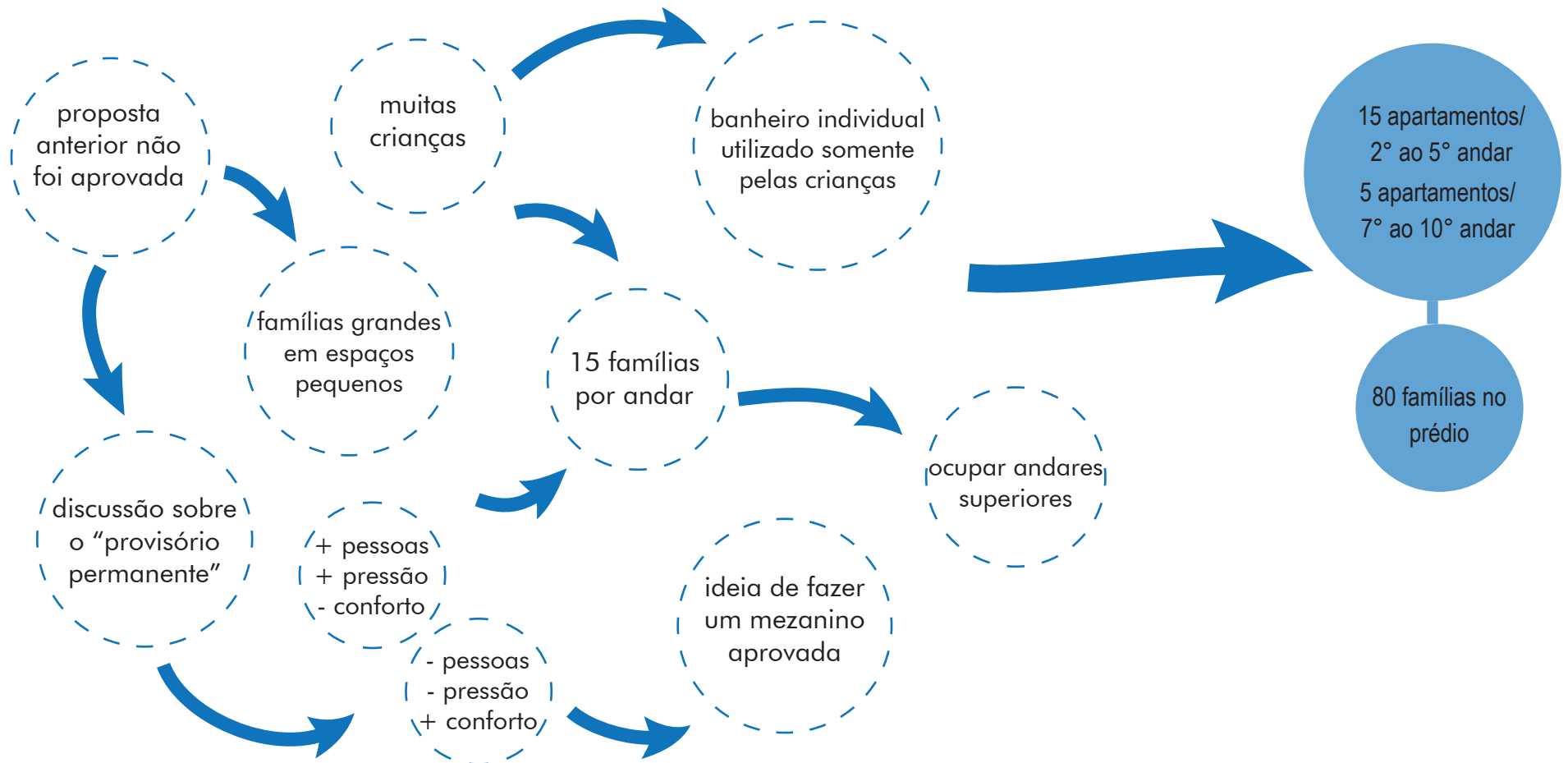
Também foi discutido quais andares do edifício seriam de uso comum, levando em consideração aqueles que apresentavam maior dificuldade de apropriação com moradias, sendo eles o subsolo, o térreo e a sobreloja. Estes pavimentos se encontram entre os demais edifícios do quarteirão, o que dificultaria a abertura de janelas e outros dispositivos para a ventilação e iluminação natural das moradias. Foram pensadas possibilidades para esses pavimentos, tais como o estabelecimento de áreas comerciais para os trabalhadores da economia informal como forma de gerar trabalho e renda. Além disso, também seriam destinados a outros usos coletivos, abrigando uma biblioteca, um cursinho pré-vestibular e um espaço para assembleias e reuniões.



## OFICINA COM OS MORADORES DO SEGUNDO ANDAR



Proposta oficina 2º pavimento: 15 famílias por andar



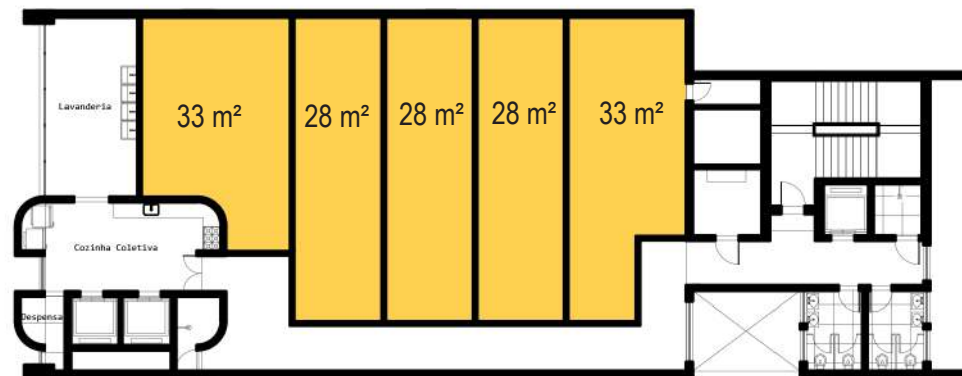
## OFICINA COM OS MORADORES DO TERCEIRO ANDAR



Proposta oficina 3° pavimento - 10 famílias por andar



2° proposta oficina 3° pavimento - 10 famílias por andar



Proposta para andares menores - 5 famílias por andar

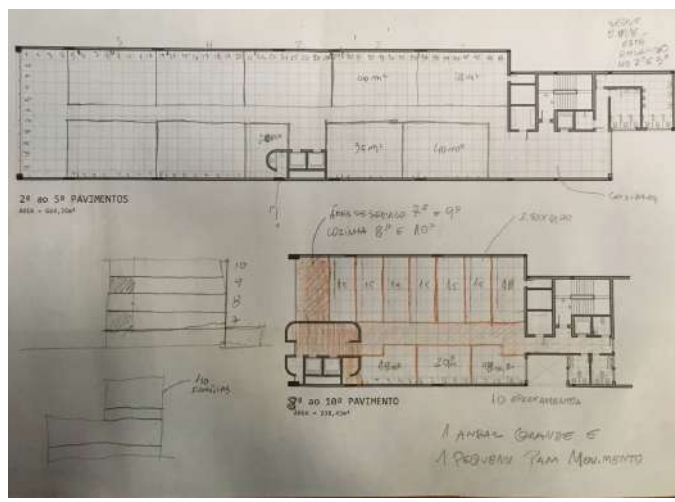
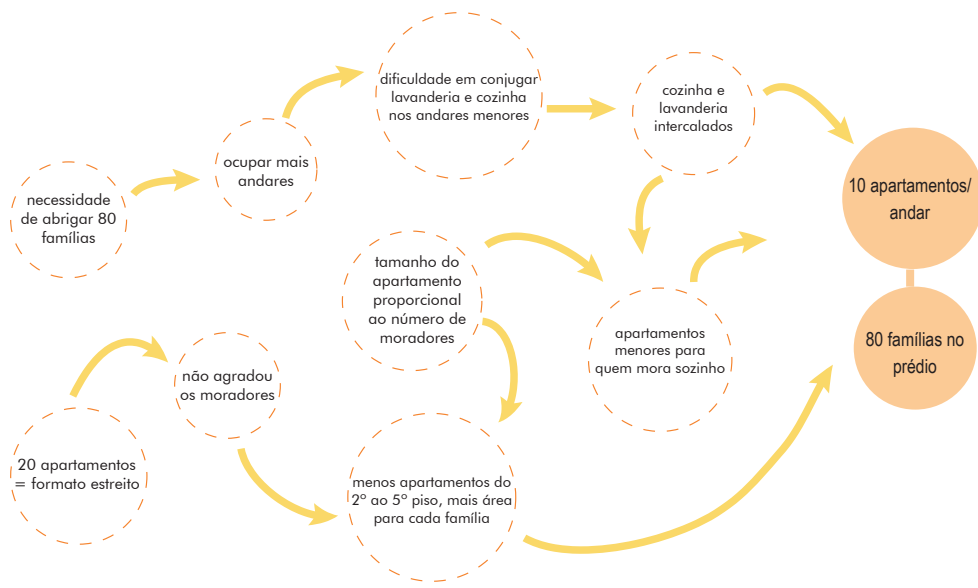


Figura 45: Desenho de propostas do 3º andar. Fonte: Joviano Arruda

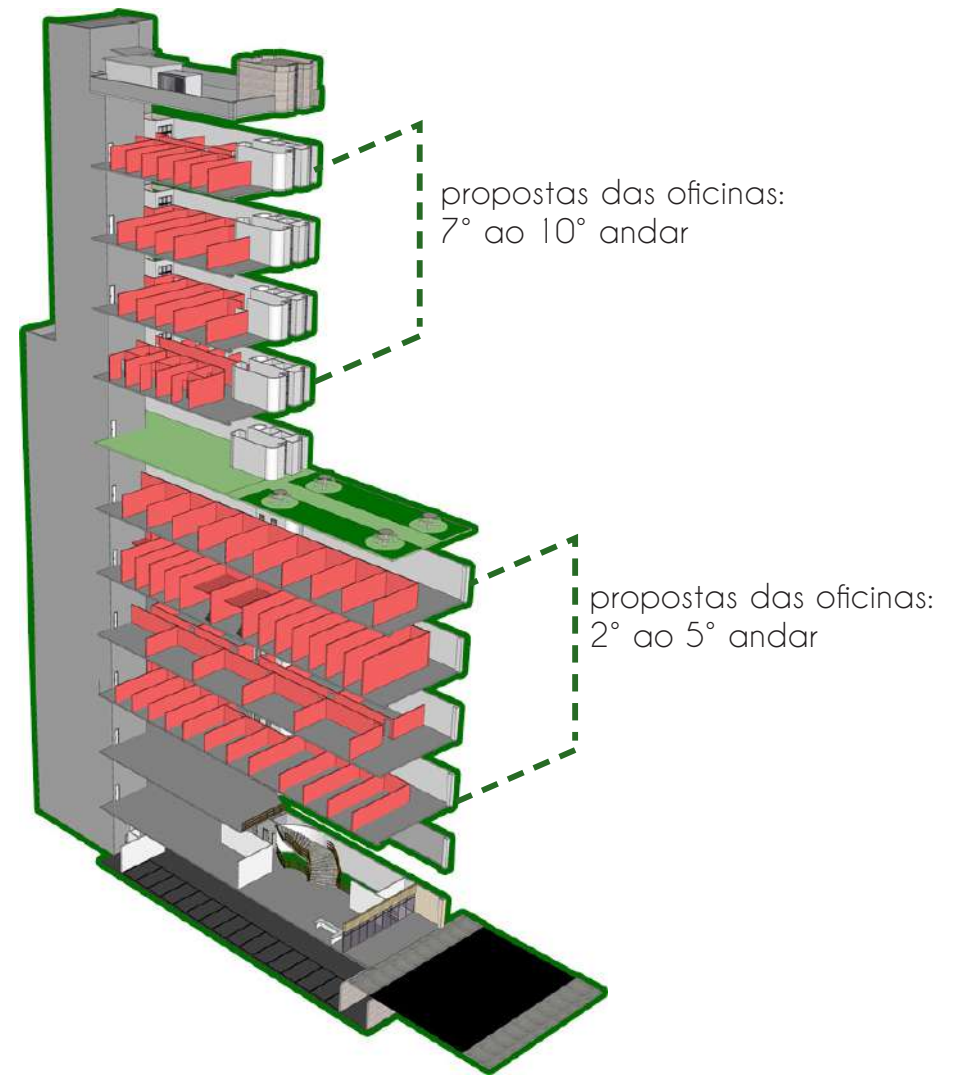


Figura 45: Representação das propostas das oficinas. Fonte: Produzido pela autora.

Essas considerações foram feitas a partir das oficinas realizadas com os moradores do mezanino, segundo e terceiro andares, respectivamente. No primeiro semestre não conseguimos conduzir a oficina com o quarto andar, devido a alguns conflitos internos que foram surgindo. Tínhamos o intuito de finalizar a primeira rodada de discussão com cada pavimento, para que pudessemos avaliar as propostas, discutir em assembleia e decidir os próximos passos do processo. No entanto, foi necessário compreender que o tempo da Universidade nem sempre é compatível com o cotidiano dos moradores. Imprevistos e conflitos poderiam acontecer a todo momento, além de outras questões que eram prioritárias nesse cotidiano, como o trabalho ou a procura por um emprego, a organização da família e a luta política no contexto da cidade, que comprometiam a disponibilidade para participação das atividades que propusemos.

As oficinas revelaram a existência de uma hierarquia entre os diferentes atores da ocupação: moradores, os movimentos sociais e a assessoria técnica. Os moradores, ao longo das oficinas, ficaram em uma posição mais passiva, escutando as colocações dos arquitetos e observando o que estava sendo proposto. Os arquitetos e estudantes adotaram uma posição ativa, falando na maior parte do tempo, expondo suas opiniões e ponderações sobre o projeto. Os movimentos sociais, por sua vez, tinham um poder maior de tomar as decisões, que muitas vezes prevaleciam sobre as demandas dos moradores. Nesse sentido, os movimentos sociais atuaram como interlocutores dos moradores, na medida em que estabeleciam condições para a organização dos andares e tomavam algumas decisões pelos moradores.



Figura 46: Demarcação da área das unidades no térreo. Fonte: Joviano Arruda

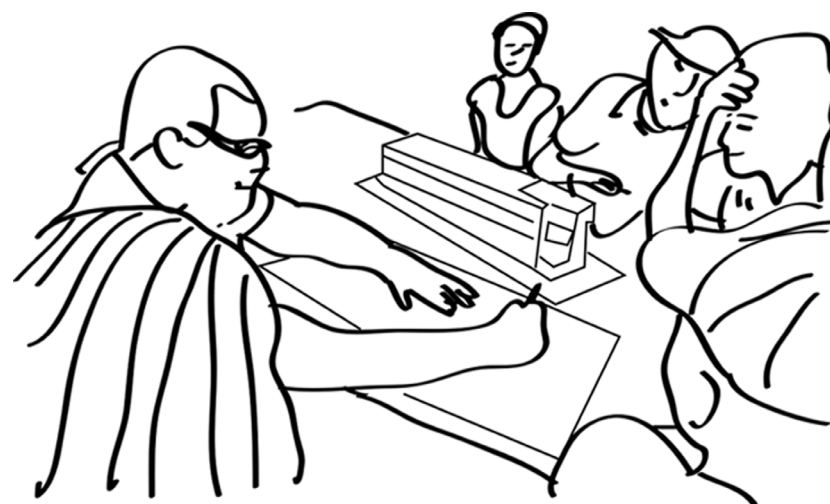


Figura 47: Oficina com moradores do mezanino. Fonte: Joviano Arruda

Em paralelo às oficinas, os moradores começaram a dividir os andares de forma espontânea, a partir de acordos constituídos junto com os núcleos de cada andar para delimitar o espaço que poderiam ocupar. Ao observar que as soluções propostas apontavam possibilidades de apropriação dos andares que não estavam sendo expressas nas oficinas, decidimos fazer um levantamento de como cada pavimento estavam sendo divididos pelos moradores para avaliar a qualidade dos espaços gerados. Nessa apropriação dos andares foram mantidos corredores largos entre os apartamentos, não sendo somente áreas de circulação, como indicavam as propostas nas oficinas, mas espaços de permanência e convívio entre os moradores. Por meio desse levantamento também observamos que foram aproveitados os forros metálicos ao longo dos andares para construir as divisórias, com soluções construtivas diversas: alguns foram encaixados de forma intercalada (macho-fêmea), outros estavam dispostos no mesmo sentido etc. Quanto à fixação, a maioria era fixado em sarrafos de madeira. O uso dos forros era vantajoso, por ser um material disponível no edifício, que seria retirado quando as divisórias definitivas fossem construídas, além de ser menos inflamável, quando comparado às divisórias de madeira. Durante a entrevista realizada com um morador, ele relatou sobre como foram apropriando os andares e construindo as divisórias com os forros metálicos:

Não, isso aí não foi definido assim por uma lógica de metro quadrado. Acho que as pessoas chegou e olhou assim: ah não, a minha cama é grande, eu vou por minha cama aqui, eu vou colocar meu guarda roupa ali, foi fazendo do tamanho que fez [...] (Morador 2, 19 de setembro de 2018).

[...] lá em cima no 7° tinha umas divisórias de fórmica, aí algumas pessoas como não tavam pra subir pra lá, desmancharam lá o que tinha e começaram a construir com divisórias ali no terceiro. Aí como foi acabando as divisórias, e logo em seguida veio a visita de vocês, no caso junto com o Tiago, aí falando a respeito desses forros, que você tirava pra fazer as divisórias dos cômodos, aí foram por essa lógica aí e tiraram os forros de todos os andares que tinha (Morador 2, 19 de setembro de 2018).





## Dispositivo para discussão dos andares

Durante as reuniões que fizemos em cada andar, observamos que os moradores não participaram plenamente expondo suas ideias, sendo que grande parte das propostas partiram dos professores e estudantes ou das lideranças dos movimentos. Nas oficinas levamos as plantas dos andares com uma malha quadriculada, para que os moradores pudessem desenhar as propostas, mas isso não ocorreu. Penso que o fato das plantas apresentarem uma linguagem codificada contribuiu para isso, uma vez que não são de fácil compreensão por todas as pessoas. O Joviano e o Tiago produziram uma maquete do edifício na escala de 1:100, na qual os pavimentos eram encaixados entre si. A maquete foi importante para a compreensão do edifício, mas sua escala dificultava a manipulação e a representação das propostas, além de ser pequena para o uso de outros elementos, como peças de mobiliário. Pensando nesses desafios, começamos a investigar alguns dispositivos que fossem fáceis de manipular e que pudessem despertar o interesse das pessoas para essa discussão.

No grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), um dos bolsistas, o Athos, e a professora Silke Kapp desenvolveram o “Jogo da maquete”, a partir de uma demanda para desenvolver um projeto técnico para algumas famílias de ciganos que moram em Nova Lima. O projeto seria aprovado posteriormente pela Prefeitura da cidade. Com a intenção de engajá-los na configuração da própria casa, desenvolveram o jogo, com elementos que pudessem ser manipulados para se pensar nos espaços da casa. (Ver figura 48).

Segundo a descrição no site do grupo, “o jogo<sup>4</sup> serve como uma interface para facilitar a concepção e discussão coletiva de projetos, especialmente na assessoria técnica a grupos sócio-espaciais”.

O jogo foi construído na escala de 1:25 e é constituído por quatro elementos: uma base, paredes encaixáveis, peças de mobiliário tridimensional e uma trena com marcações, que ficam guardados em uma caixa. A base representa o terreno onde a casa será implantada, e juntas formam um terreno de 12m x 36m. Ela contém sulcos espaçados onde são encaixadas as peças de parede. As peças de mobiliário são importantes para auxiliar na compreensão do tamanho dos espaços e a trena, por sua vez, serve como um dispositivo que relaciona a maquete com o espaço real.

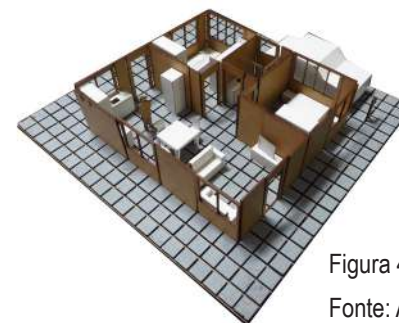


Figura 48: O Jogo da Maquete.

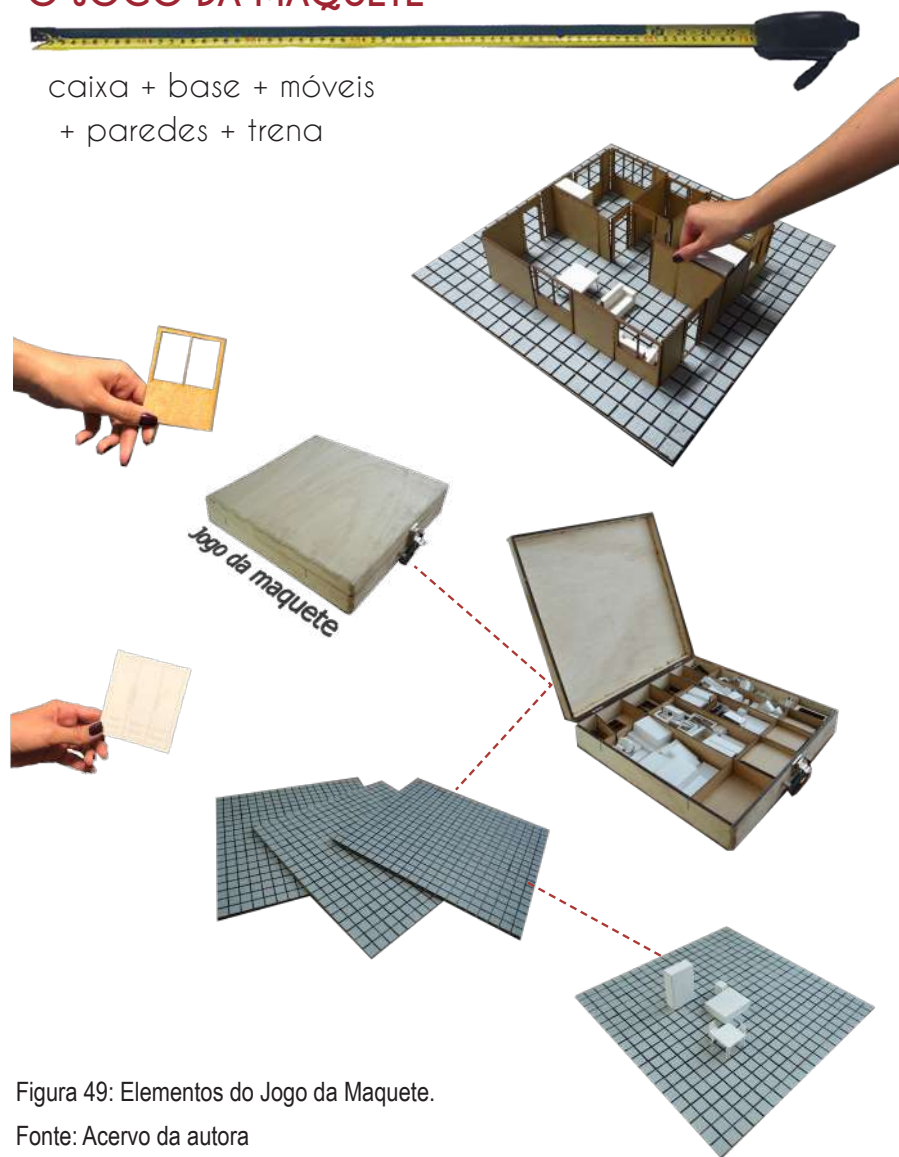
Fonte: Acervo da autora

---

<sup>5</sup> As informações sobre o funcionamento do Jogo da Maquete, as instruções necessárias para fabricá-lo e relatos das experiências com seu uso estão disponíveis no site: [www.mom.arq.ufmg.br](http://www.mom.arq.ufmg.br). Participaram também do desenvolvimento do jogo os estudantes e professores: Fabrício Frederico Goulart, Gisele Marques Carraro Machado, Roberta Prado Miranda e Tiago Castelo Branco Lourenço.

## O JOGO DA MAQUETE

caixa + base + móveis  
+ paredes + trena



Inspirados no jogo da maquete, desenvolvemos uma maquete com elementos semelhantes, para o contexto do edifício da Vicentão, de modo que pudesse ser manipulada pelos moradores. Para isso, a base da maquete representava um andar tipo do prédio na escala de 1:33 e foi dividida em 3 partes para facilitar o transporte. A base era composta por quadrados de papel EVA colados sobre uma chapa de MDF, com sulcos espaçados em módulos de 60cm, para o encaixe das paredes, feitas com tiras de papel EVA. Também disponibilizamos as peças de mobiliário tridimensional e uma trena de 50 metros, com marcações de 60cm e 60cm, equivalentes aos módulos da base da maquete. Construímos uma caixa para guardar os elementos da maquete, com um suporte desmontável para apoiá-la. (Ver figura 50)

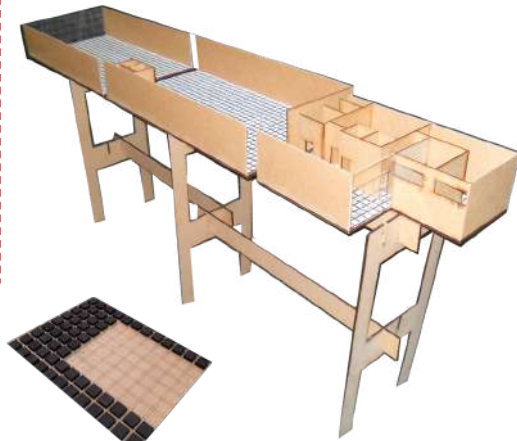
Levamos a maquete para a ocupação durante a apresentação dos trabalhos finais da disciplina e, na semana seguinte, explicamos o seu funcionamento durante uma das assembleias com os moradores. Nela, foi proposto que a maquete ficasse em cada andar durante uma semana, a fim de que as famílias discutissem propostas de divisão e as registrassem, para que pudéssemos avaliá-las posteriormente. A intenção era que, a partir desse dispositivo, os moradores tivessem maior autonomia para discutir o edifício sem a necessidade da nossa mediação.

Figura 49: Elementos do Jogo da Maquete.

Fonte: Acervo da autora

### Kit da maquete

- Escala 1:33
- Base: Paredes fixas + malha quadriculada em EVA com módulos de 60 cm
- Tiras de papel EVA
- Mobiliário tridimensional



Caixa para guardar e transportar a maquete



Tiras de papel EVA para paredes e lajes



Mobiliário tridimensional



Trena com marcações de 60cm em 60cm

Figura 50: Maquete da Vicentão  
Fonte: Acervo da autora



Figura 51: Assembleia para apresentar a maquete.  
Fonte: Acervo da autora



As oficinas que aconteceram durante o primeiro semestre promoveram discussões sobre as possíveis configurações dos andares para moradia, tendo em vista as condições do edifício, entre outras questões. A existência de conflitos internos, a alta concentração de famílias por andar e a necessidade de fortalecer a resistência na ocupação colocou em pauta a urgência em expandir as moradias para os andares superiores. Diante disso, um grupo de mulheres que morava no segundo andar se organizou e decidiu se mudar para o quinto, pensando na sua configuração de forma mais definitiva. Com isso, utilizaram a maquete manipulável para testar as possibilidades de divisão do andar, levando em conta as demandas das famílias. As discussões foram promovidas pelas moradoras, que registraram as propostas na maquete e nos enviaram fotos por redes sociais. A partir de alguns acordos, decidiram dividir o andar em 10 unidades com o mesmo tamanho e deixaram um espaço de circulação com maior largura, que era utilizado pelas crianças e tinha varais para estender roupas. (ver figura 52). A maquete ficou no andar até que ele fosse dividido efetivamente, a partir das divisórias com forro metálico.

Mas a gente foi fazendo as coisas com muita vontade, porque a gente tava precisando muito de sossego. De conseguir deitar e descansar. Porque no segundo andar a gente não estava conseguindo fazer isso, de tanta gente que tinha e estava dando muita confusão. Tinha vinte famílias. Estava muito cheio. Quando a gente veio pra limpar, nossa, foi ótimo. Foi bom demais, a gente trabalhou pra caramba mas foi muito bom (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

Proposta de divisão do 5° andar - 11 famílias

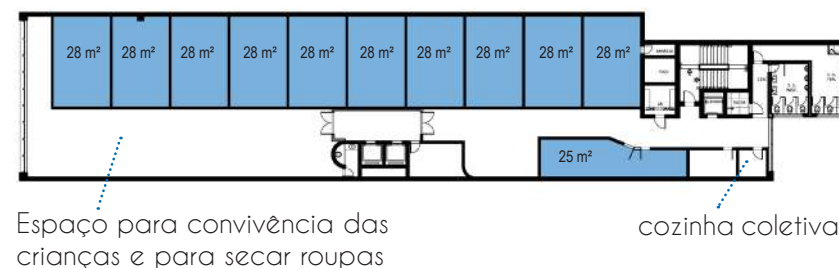


Figura 52: Planta com proposta do 5° pavimento.  
 Fonte: Produzido pela autora

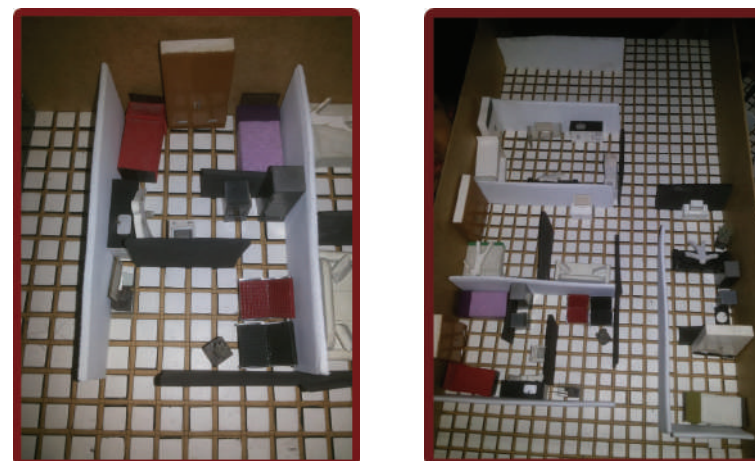


Figura 53: Proposta expressa na maquete.  
 Fonte: CRUZA.

A ocupação dos demais pavimentos ocorreu de forma espontânea, a partir de negociações entre os moradores e os movimentos sociais. A experiência no quinto andar, em que a divisão das unidades foi planejada na maquete antes de sua construção, se assemelhou à nossa prática enquanto arquitetos. Durante a entrevista com uma das moradoras, perguntei se a maquete havia sido útil para dividir o andar, e ela respondeu que sim, ressaltando a possibilidade de testar várias configurações, antes de construir as divisões. Outra observação foi o uso dos módulos da maquete para se referir às medidas dos espaços criados: em uma conversa informal com outra moradora, perguntei sobre o tamanho do espaço em que morava. Ela respondeu lembrando de quando tinham discutido a maquete, e não utilizou as unidades de medida convencionais, metros ou centímetros, mas falou: 7 quadrados de largura e 12 de comprimento.

Tava essa discussão quando trouxe a maquete para nós vermos qual que era o tamanho que a gente achava melhor. E nós discutimos isso no quinto andar e decidimos por aquele tamanho lá. Nós fomos fechando pelo tamanho que a gente decidiu. Mas era uma coisa provisória, que não sabia se ia ficar. E ainda não sei se já decidiu o tamanho que vai ser. [...] A gente mediu naqueles quadradinhos. Eu sei que era 12 quadradinhos assim de comprido e 7 assim. 60cm cada quadradinho. 30 metros quadrados (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

Eu acho que desse tamanho tá bom, porque a gente não vai poder mexer com cozinha né? Se pudesse fazer cozinha nos quartos aí ia tá pequeno, mas como não pode. O espaço que a gente tá dá dois quartos, tipo uma salinha pequena e uma cozinha, uma minicozinha. Se for pra ter banheiro e cozinha tem que ser maior. Pra mim, eu e mais 5 meninos não dá certo não (Moradora 5, 02 de outubro de 2018).

## Os caminhos da assessoria

A assessoria na ocupação prosseguiu dando continuidade à discussão sobre a adaptação do edifício para moradia, buscando dispositivos que possibilitassem maior engajamento dos moradores na tomada de decisões. Tínhamos a expectativa de que a maquete passasse por todos os andares, no entanto, isso não aconteceu. A maquete permaneceu no quinto andar até que as divisórias fossem construídas e depois não foi utilizada pelos demais andares. Uma hipótese para isso ter ocorrido foi a possível relação de cautela que os moradores estabeleceram com a maquete, que poderia ser vista como um dispositivo complexo. A intenção era que não houvesse reserva no uso da mesma, porém, o receio dos moradores em seu uso levou à sua ínfima utilização.

Outro fator que pode ter contribuído para isso é a própria desmobilização dos moradores que, ao pensar que após a primeira rodada de oficinas desenvolveríamos um projeto definitivo, não prosseguiram com as discussões por andar. Mas essa não era a intenção, já que nosso intuito era prosseguir e aprofundar as discussões, para que o projeto fosse desenvolvido coletivamente.

[...] certas pessoas que moram aqui, devia dar pra eles um terreno no meio do mato assim sabe? Pra eles fazer cerca de arame, barraca de lona, sabe? Cavar buraco, sabe? Aí os caras chegam aqui, vê isso aqui e tal mas não tão nem aí. Nós já ganhamos mesmo, ganhamos nada, ninguém ganhou nada ainda não (Morador 1, 13 de setembro de 2018).

É importante ressaltar que, apesar de nosso conhecimento técnico, não viveríamos no edifício. Portanto, era imprescindível que os moradores fossem predominantes na tomada de decisões. Nesse sentido, as primeiras oficinas serviram como ponto de partida para compreender o edifício, discutir as demandas das famílias e permitir que os conflitos surgissem, pois só assim seria possível aprofundar a discussão e desenvolver as propostas de forma coletiva. A partir delas, pretendíamos provocar o engajamento das pessoas, para que elas também pudessem entender seu papel insubstituível nas discussões de como continuar ocupando o prédio.

Eu estou super empolgada. Eu queria que todo mundo desse prédio juntasse e ficasse interessado em participar, em fazer as coisas. Tá construindo a casa deles. E eu fico chateada quando eu vejo que as pessoas não estão mostrando o interesse que deveriam mostrar. [...] Eu gosto de estar junto, eu gosto de ir pra rua, eu gosto de gritar. [...] Eu acho que tinha que ter um jeito de excluir essas pessoas. Gente que não quer lutar, vai pagar seu aluguel, vai ficar de boa lá, deixa as pessoas que realmente estão afim de lutar por aquilo que ela acredita que seja o certo que seja o justo (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

A partir da fala da entrevistada, moradora e militante das Brigadas Populares, e em conversas com outros moradores e lideranças da ocupação, é possível observar que essa desmobilização diz respeito não só às ações promovidas na assessoria técnica, mas ao trabalho coletivo como um todo.

## Elaborando um projeto de incêndio

Em maio de 2018, ocorreu um incêndio no Edifício Wilton Paes, ocupado há cerca de 8 anos por 146 famílias, na região do Largo do Paissandu, em São Paulo. O incêndio provocou o desabamento do prédio. Esse acontecimento foi noticiado nos jornais e ganhou visibilidade no país, aumentando a pressão do Estado sobre os edifícios ocupados para que o fato não se repetisse. Alguns meses após o ocorrido, foi enviado um mandado judicial para uma vistoria na Vicentão, que seria realizada pelo Corpo de Bombeiros. As lideranças, com o apoio de advogados populares, conseguiram impedir a vistoria, mas posteriormente foi necessário acatar o mandado. Nesse sentido, iniciou-se uma discussão na Vicentão sobre como evitar e prevenir a ocorrência de um incêndio nas dependências do edifício. Para isso, o Joviano desenvolveu um projeto de prevenção e combate à incêndio, no âmbito de seu trabalho de conclusão de curso.

No projeto foi feita uma análise da norma de combate à incêndio e da alteração do uso do edifício, de comercial para residencial. Ao avaliar as condições do edifício, foi proposta a instalação dos seguintes elementos: sinalização e iluminação de emergência, alarme de incêndio, extintores e hidrantes e a readequação da caixa de escadas. Além disso, começou a ser formada uma brigada de incêndio entre os moradores, com reuniões para discutir sobre como poderiam atuar no edifício.

Nós precisamos formar aqui oito pessoas incorporadas no corpo de bombeiros, vai ser um dos primeiros prédios a ter segurança total em Belo Horizonte. Um quartel do corpo de bombeiros aqui dentro, uma equipe com 4 à noite de plantão, e 4 de dia, com uniforme e tudo (Morador 1, 13 de setembro de 2018).

No mês de outubro, a ocupação recebeu novamente um mandado judicial, e os Bombeiros realizaram uma vistoria no edifício. Após a vistoria, constataram que o prédio não apresentava as exigências mínimas de segurança contra incêndio previstas na Lei estadual 14.130/2001 e ressaltaram a presença de fiações expostas nos pavimentos, além do emprego de divisórias com materiais combustíveis. Com isso, os responsáveis presentes no dia da vistoria foram advertidos e receberam um relatório constatando as irregularidades do edifício, no qual constava que estas deveriam ser corrigidas dentro de 60 dias, quando seria feita uma nova vistoria.

Dentre as irregularidades que contrariam as normas técnicas de combate a incêndio e pânico estão:

Quanto às saídas de emergência na edificação:

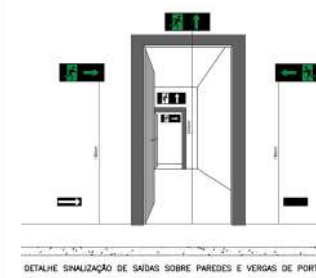
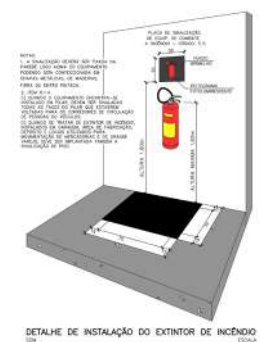
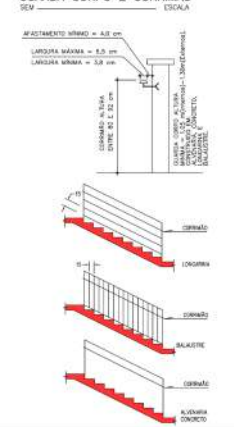
- acessos: trancado;
- escadas: falta de sinalização;
- porta corta-fogo: danificadas.

O prédio não apresenta iluminação de emergência, sistemas de detecção, alarme de incêndio e sinalização de emergência no geral. Os sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio estão inadequados, está faltando grande parte dos elementos necessários para seu funcionamento correto (bombas de incêndio, engates, esguichos, mangueiras, recalque, reservatório e reserva de incêndio).

Essa notificação exigindo que as irregularidades fossem corrigidas dentro de dois meses provocou, entre os moradores e as lideranças, um receio sobre os rumos da ocupação, uma vez que as intervenções necessárias teriam um custo elevado.

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA EM EDIFICAÇÕES	
Acessos	trancados
Escadas	falta sinalização
Porta corta fogo	danificadas
ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
Outros	não possui
SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO	
Outros	não possui
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
Sinalização complementar	não tem
Sinalização de alerta	não tem
Sinalização de equipamentos de combate a incêndio	não tem
Sinalização de proibição	não tem
SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES DE INCÊNDIO	
Instalação	não possui
SISTEMAS DE HIDRANTES E MANGOTINHOS PARA COMBATE A INCÊNDIO	
Bombas de incêndio	não funciona
Engates/ válvulas	não possui
Esguiços	não possui
Recalque	falta conexão
Reservatório e reserva de incêndio	vazio

DETALHE DE INSTALAÇÃO DO GUARDA CORPO E CORRIMÃO





## As ações da disciplina no segundo semestre

No segundo semestre de 2018, a disciplina de Assentamentos Precários continuou acontecendo na ocupação, com uma organização diferente da anterior, buscando dar maior ênfase à discussão dos espaços individuais no edifício. Na primeira parte da disciplina, os estudantes fizeram um novo levantamento para atualizar algumas informações, avaliar como os andares estavam sendo ocupados e investigar elementos importantes para a compreensão do prédio também, como os fossos existentes em alguns andares. A turma foi dividida em grupos para fazer as medições dos seguintes pavimentos: térreo, 2° ao 6°, 9° e uma investigação dos fossos existentes.

A apresentação dos trabalhos aconteceu na ocupação, para que os moradores também tivessem acesso às informações sobre o edifício e pudessem compreender seus aspectos. Cada grupo apresentou o pavimento levantado, informações gerais sobre a Vicentão e o contexto em que estava inserida. Foi interessante observar a maneira como as informações foram dispostas por cada grupo e a linguagem utilizada para comunicá-las aos moradores: alguns foram muito formais, utilizando termos técnicos, ou explicando detalhadamente sobre alguns conceitos que provavelmente as pessoas já sabiam. Penso que seria interessante repensar o modelo de apresentação dessas informações, a partir do uso de elementos gráficos e até outros meios de comunicação, de modo a torná-las mais acessíveis aos moradores. Outro ponto observado foi o fato de alguns grupos não terem dado a devida importância a elementos que eram essenciais para compreender a ocupação, como o tamanho das moradias em cada andar, que não foram expressos em algumas plantas, além das soluções desenvolvidas pelos moradores para o abastecimento de água e energia.

## Uma possibilidade: os apartamentos protótipos

Durante uma das assembleias semanais foi pontuada a necessidade de retomar a discussão sobre a consolidação das moradias no prédio, associadas à adaptação da sua infraestrutura: instalações elétricas, hidráulicas e a implantação do projeto de combate à incêndio. O desenvolvimento desses projetos seria importante para a negociação com o governo do Estado, considerando que estava em andamento a mesa de diálogo<sup>6</sup>. Com isso, em uma reunião dos coordenadores da Vicentão, um dos moradores propôs que fosse criado uma espécie de showroom no prédio, no qual seriam expostas três tipologias de apartamentos, de 25, 30 e 40 m<sup>2</sup>, tomando como base as propostas geradas nas oficinas. A partir da construção desses protótipos seria possível experimentar diferentes técnicas construtivas, possibilidades de aberturas nas fachadas para melhoria da iluminação e ventilação do prédio, tipos de mobiliário etc., o que permitiria avaliar a qualidade dos espaços gerados. Também seria interessante testar a construção de um mezanino como alternativa para ampliar a área dos apartamentos.

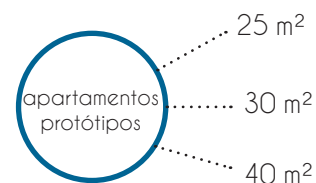
---

<sup>6</sup> A Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais foi criada em julho de 2015 com o intuito de promover debates e negociações, e mediar conflitos de ordem socioambiental e fundiária, contando com a participação de diferentes setores da sociedade civil e do Governo do Estado.

Aí eu tô querendo aqui que até nesse espaço nosso vazio no segundo andar aqui, daria pra fazer um modelo ali, com gesso ou placa cimentícia, ou até mesmo com madeirite e fazer o trem modelo lá e mobiliar, mesmo que não fossem os móveis mesmo. Mas assim a cama, o sofá, uma coisa que seja, pra eles terem noção do que vai ser. Fazer aqui no caso se desse pra fazer os 2, um de 25 e outro com 35 metros quadrados, sei lá, alguma coisa do tipo pras pessoas ter noção e depois fazer no caso um de 40m<sup>2</sup> que eu acho que é o que vai dar assim, mais ou menos certo, sei lá, convívio melhor pra pessoa (Morador 2, 19 de setembro de 2018).

A gente tinha que construir não é pra um ou pra outra família morar, a gente vai construir e deixar lá ele pronto, um apartamento modelo, pra todo mundo chegar lá e ver: é isso que você quer? Isso te atende? Isso não te atende? (Morador 2, 16 de maio de 2019).

Os professores da disciplina de Assentamentos Precários decidiram incorporar essa ideia ao cronograma da disciplina, pensando que seria interessante construir os apartamentos e testar algumas soluções construtivas. Com isso, as etapas de projeto e as ações de mutirão seriam referentes ao desenvolvimento desses protótipos e outras demandas que surgiram das famílias. Com isso, parte das aulas passaram a acontecer na ocupação, de forma a envolver os moradores no processo de projeto dos apartamentos. Com isso, os estudantes se dividiram em grupos, de acordo com o que queriam desenvolver, e surgiram as seguintes frentes de trabalho:



- Técnicas construtivas
- Aberturas na fachada
- Mobiliário
- Configurações de layout
- Mezanino

### Frentes de trabalho

Projeto e construção de uma cozinha coletiva no 9° andar

1

2 Desenvolvimento do protótipo maior, com área de 40 m<sup>2</sup>

2

Desenvolvimento do protótipo menor, com área de 17 m<sup>2</sup>

3

4 Aberturas nas fachadas laterais

4

Na primeira aula na Vicentão, questionamos se a ocupação seria consolidada, ou seja, se os movimentos sociais e as famílias pretendiam continuar resistindo para permanecer no edifício. Uma das coordenadoras do segundo andar e militante das Brigadas Populares foi enfática na resposta, ao dizer que uma vez que o edifício está ocupado, o trabalho dos movimentos sociais é desenvolvido no sentido de estabelecer uma coletividade para resistir e consolidar a moradia no local.

Porque nas Brigadas a gente sempre atuou com essa linha de ocupar, consolidar a ocupação e resistir. E a partir daí criar legitimidade, criar rede de assessoria e sempre foi a nossa linha. E inclusive seria a nossa linha aqui na Vicentão, que seria o planejamento arquitetônico e consolidar, lutar pelo direito ao centro (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

Essa fala representa o ponto de vista defendido pelas Brigadas Populares, que também se alinha com o da Intersindical. No entanto, existia um desacordo entre os demais núcleos que organizavam a ocupação, que não pareciam estar interessados na consolidação da moradia no prédio. Alguns indícios disso ficaram evidentes durante a nossa atuação, como a quantidade indefinida de famílias que iriam morar de fato no prédio e a desarticulação da cozinha coletiva no térreo. Também observei que muitas vezes a relação que os núcleos de moradia estabeleciam com as famílias parecia distante do cotidiano da ocupação. A construção dos apartamentos parecia uma opção favorável para se pensar na permanência das famílias no prédio, mas diante dessas contradições e de uma situação de desmobilização interna, não provocou os impactos que esperávamos, que serão descritos adiante.



Figura 52: Aula na ocupação.  
Fonte: Acervo da disciplina.



Uns tavam assim, com o objetivo de conseguir um lugar pra morar, uma casa ou uma coisa nesse sentido. Mas tinha muitos que tavam ali só mesmo pra dizer, ah não tinha nada pra fazer e eu vou tá lá no meio. [...] E nem sempre participava todo mundo assim, dando como se fala, entender que as pessoas tá interessado mesmo em no caso, aquele prédio mesmo, em efetivar ele como uma moradia. Porque eu acho que se todos tivesse com foco de: “Não, vamo engajar todo mundo junto, com o pessoal da UFMG, com os grupos de organização da ocupação e tudo. Não, vamo fazer essa prédio um prédio residencial. Eu acredito que as coisas teria dado certo (Morador 2, 16 de maio de 2019).

Um fator que influenciou na decisão de construir os apartamentos foi o contexto político no qual o país estava inserido. Em outubro aconteceram as eleições para presidente, governadores, deputados e senadores, que apresentou candidaturas da extrema direita que, caso fossem eleitas, representariam um retrocesso para o país, inclusive quanto às políticas habitacionais. Não cabe aqui aprofundar nesse assunto, mas a incerteza sobre o futuro do país fez com que os movimentos sociais tentassem acelerar o processo de negociação que estava ocorrendo com o governo do Estado. De acordo com essa estratégia, a construção dos apartamentos e das aberturas nas fachadas poderia ocasionar um conflito com os proprietários do edifício, não agilizando a negociação.

Foi um ano e pouco que a gente ficou ali dentro. Não ficou um apartamento construído. Ou seja, tinha divisão feita de madeira, de lata sei lá como fosse. Mas se ali dentro tivesse conseguido sei lá, feito pelo menos uns 30 apartamentos feito de alvenaria, ou seja, ia ter como o pessoal tanto da massa falida ou o pessoal do Estado chegasse lá dentro e olhar, gente pera aí, de fato as pessoas querem moradia, porque eles tão construindo (Morador 2, 16 de maio de 2019).

Mas o nosso primeiro momento é que a gente fique aqui, a gente quer, todo mundo quer morar aqui. Aqui mesmo e tal, até porque desde 2007 isso aqui tava dado pra ser uma moradia, então que a gente torne isso uma moradia pra gente aqui. [...] E se caso a gente chegar na mesa de negociação mostrando que a gente tá conseguindo fazer uma moradia, pra eles vai falar assim: igual esse negócio dos apartamentos e tal, então eles vão ver que é a nossa meta ficar aqui mesmo. A gente já tá fazendo tudo, já que eles não querem, a gente mesmo vai fazer. E eles vão ver que isso aqui é nosso, vai ficar com a gente (Moradora 2, 12 de setembro de 2018).

## Reunião com as famílias do segundo andar

Quando fizemos a primeira conversa sobre os protótipos dos apartamentos, os coordenadores das Brigadas Populares haviam marcado uma reunião no 2° andar para discutir sua configuração utilizando a maquete manipulável. Após ter ficado um tempo sem ser utilizada, essa foi uma oportunidade para retomar as discussões e avaliar o uso da maquete também. Com isso, decidimos acompanhar a reunião, que foi mediada por uma das coordenadoras da ocupação.

As pessoas começaram a discutir sobre o andar e como ele poderia ser transformado para abrigar as famílias com maior qualidade, mas, apesar da maquete ter ficado no centro da roda, os moradores não tomaram iniciativa para manipulá-la. Para isso, foi preciso que o Tiago começasse a cortar algumas paredes em EVA e encaixá-las no piso da maquete, exemplificando as unidades que estavam sendo discutidas. A configuração do 5° andar serviu de inspiração para se pensar na divisão do 2° e, a partir disso, a discussão foi conduzida pensando nos espaços coletivos e de circulação do andar, para que a área restante pudesse ser dividida entre as unidades. As lideranças definiram que morariam 12 famílias no andar e, pensando que no prédio havia pessoas solteiras, casais e pessoas com poucos ou muitos filhos, propuseram que as unidades tivessem áreas variadas para contemplar essa diversidade. Na configuração proposta, as unidades variavam de 25 a 43m<sup>2</sup>.

A discussão entre dividir um andar com apartamentos de tamanhos iguais ou distintos esteve presente nas reuniões e resultou em soluções diferentes para cada andar. Alguns moradores entrevistados comentaram sobre esse assunto e não houve um consenso sobre isso: enquanto para algumas pessoas seria justo conceder apartamentos de tamanho igual, pensando que a composição das famílias poderia mudar no futuro, para outras, a divisão deveria ser feita levando em conta essa diversidade.



Figura 53: Reunião com o segundo andar.

Fonte: Acervo da autora



Proposta de divisão do 2º andar - 12 famílias



Espaço coletivo



Figura 54: Reunião com o segundo andar com uso da maquete

Fonte: Acervo da autora



## Outras questões sobre a moradia

Não conseguimos aprofundar essa discussão com os moradores, mas acredito que seria importante retomá-la e apresentar exemplos de habitações que oferecem unidades com tamanhos variados para atender aos grupos familiares e propõem uma rotatividade entre eles, ou seja, se um casal passa a ter filhos, pode se mudar para uma unidade maior. Penso que no caso da Vicentão seria interessante propor unidades com diferentes tamanhos, que pudessem ser ampliadas posteriormente, dada a situação atual das famílias.

Porque esse negócio está em discussão ainda na verdade, porque vai apresentar o projeto aí um monte não concorda, eu acho que esse trem vai render muito ainda. Igual você estava falando de fazer maior para quem tem mais pessoas e um menor pra quem é solteiro. Eu não sei se isso é interessante. No meu ponto de vista eu acho que não, porque a pessoa vai ficar solteira pelo resto da vida dela? Se ela quiser arrumar uma mulher, casar, ter filhos e aí? Não sei, acho que também pode abrir uma possibilidade para quando isso acontecer. Sei lá, vai fazer o que? Trocar de apartamento a pessoa? (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

Não havia uma informação exata sobre a quantidade de famílias que viviam na ocupação, mas estima-se que eram 85. Ao longo dos meses, algumas pessoas foram expulsas por diferentes razões, como conflitos, casos de assédio, agressões, furtos de materiais do prédio, entre outros. Mas também chegaram novos moradores, vinculados a um dos quatro movimentos sociais.

A definição desse número era necessária para se pensar na consolidação da Vicentão enquanto moradia, levando em conta as limitações do edifício e as demandas para reformá-lo. Mas no decorrer da assessoria técnica lidamos com uma quantidade incerta, que oscilou com o tempo, e acredito que isso era fruto das ações dos movimentos sociais, que não estiveram alinhadas de forma a pensar na Vicentão como um todo. Os andares que se articularam para as novas reuniões definiram a quantidade de famílias que iriam morar neles, ao passo que em outros andares isso ainda não estava definido e, com o tempo, novos moradores chegavam, muitas vezes ocupando espaços que não seriam destinados para moradia, como a sobreloja.

Com isso, durante as discussões, vieram à tona algumas questões: se as unidades comesçassem a ser construídas, como todos os moradores seriam abrigados? Os apartamentos definitivos seriam semelhantes aos que já estavam sendo construídos de forma provisória, com tamanhos pequenos?

A ideia dos pessoal que queria os apartamentos menores era pôr mais famílias. Ou seja, se por exemplo um apartamento ou espaço de 17 m<sup>2</sup>, se você conseguisse fazer ali 100 unidade, eles ia por cem pessoas ali dentro, mas se com os apartamentos de tamanho de 30m<sup>2</sup> você fizesse 60 unidade. Só ia ter 60, ia subtrair 40 família. Então eles queria encher o trem de família. E aí era o que eu falava, se você constrói, sei lá, cem unidade ali dentro de 17 metros quadrado, põe as pessoas dentro para morar, vai ter a hora que até falar assim: chega o direitos humanos aqui, mas pera aí, aqui é uma condição subumana pra pessoa viver. É igual falar, vai virar quase que um cortiço, casa de abelha, um por cima do outro. E não tem lógica (Morador 2, 16 de maio de 2019).

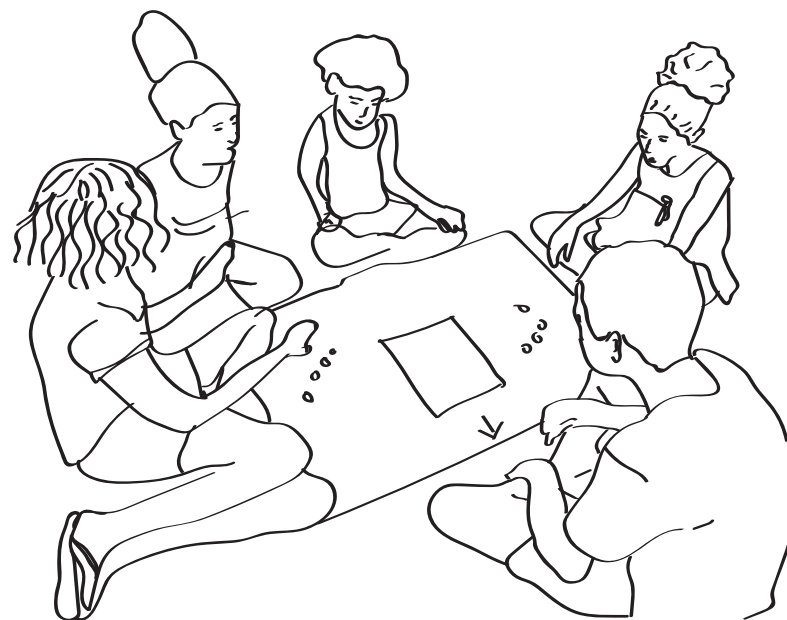
Essas questões surgiram no decorrer das reuniões e, a partir das entrevistas, da observação do cotidiano na Vicentão e da participação em algumas das assembleias, notamos que existia uma contradição na atuação dos núcleos de moradia, que ficou explícita com o tempo e que se repete em outras ocupações também. Essa contradição diz respeito à valorização da luta pela moradia a partir de negociações com o poder público, em detrimento de uma resistência que é construída no cotidiano, na vivência com o coletivo. A luta política não diz respeito apenas às negociações com o poder público para adquirir o edifício, mas ela deve estar presente nos acordos cotidianos também.

Numa entrevista concedida para o seminário Terra Comum<sup>7</sup>, organizado pelas professoras Ana Paula Baltazar e Louise Ganz em 2018, a Luciana Corrêa do Lago, professora e pesquisadora da UFRJ, discute sobre a organização coletiva nas ocupações, pautada em políticas para geração de trabalho e renda e na economia solidária. Dessa forma, as estratégias de resistência não devem se restringir à garantia da propriedade do edifício, mas priorizar a organização das pessoas e diminuir a precariedade do espaço da ocupação, para que permaneçam resistindo.

---

<sup>7</sup> O Seminário Internacional Terra Comum, propriedades coletivas e outras espacialidades: práticas e ideias, ocorreu em maio de 2018, e reuniu ativistas e pesquisadores que trabalham com outros modelos de propriedade e gestão da terra. “O projeto envolve a criação de trabalhos, pesquisa e debates, investigando outros modos de ocupar e usar a terra, o ar e o subsolo, para além do princípio estrutural da propriedade, seja ela pública ou privada”. Disponível em: <[www.mom.arq.ufmg.br/terraكوم/](http://www.mom.arq.ufmg.br/terraكوم/)>. Acesso em: 3 jun. 2019.

E na verdade, o mais importante é a capacidade desses movimentos organizarem de fato essas pessoas. É elas aderirem a um projeto de cidade outro. E esse que é o problema, porque os movimentos no Brasil não são capazes de fazer isso, porque a precariedade é imensa no trabalho. O que acaba contando é quanto eles tem de grana pra sobreviver, se tem escola perto pro filho, são várias coisas que decidem eles morarem ali de alguma forma. Então a propriedade acaba ganhando um outro lugar nessa discussão, ela não é tão a base nessa história, a base é a organização, é o trabalho coletivo (LAGO, 2018).





## Desenvolvimento das propostas para o mutirão

As aulas prosseguiram com o desenvolvimento das propostas junto com os moradores e, após avaliar os espaços vazios em cada andar, foi decidido que o protótipo maior seria construído no quinto andar e o menor no sétimo, sendo que o grupo responsável pelas aberturas produziria as propostas para esses apartamentos também. A ideia era que após a construção fosse feito um sorteio para destinar os apartamentos construídos aos moradores. Os grupos começaram a investigar possibilidades para os projetos, de acordo com a estrutura do edifício, buscando manter contato com os moradores de cada andar e as lideranças também.

## 9º andar

O grupo responsável pela reforma da cozinha do 9º andar manteve contato direto com os moradores vinculados à Associação Morada de Minas. Com isso, os estudantes desenvolveram uma proposta de maneira coletiva, propondo uma abertura na parede da cozinha para integrá-la com a sala de televisão. Com isso, seria instalado um balcão entre os dois espaços, aproveitando uma placa de mármore existente. O grupo trabalhou por etapas e registrou todo o processo em um caderno de bordo, relatando as tarefas executadas e as dificuldades que enfrentaram.

9º andar

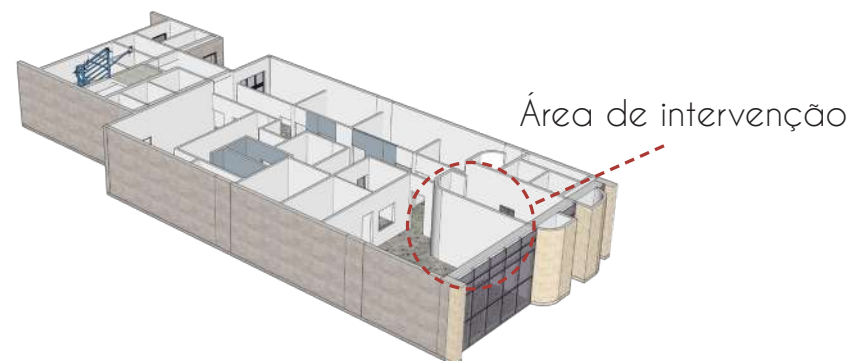


Figura 55: Intervenção no 9º andar - cozinha coletiva

Fonte: Acervo da disciplina

## 7° andar

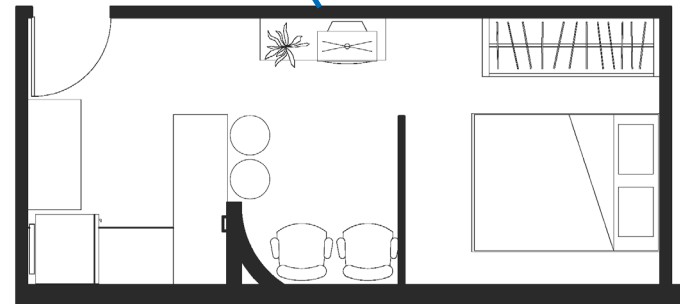
O 7° andar estava desocupado, mas seria vinculado à Intersindical, sendo que alguns moradores do 4° andar se mudariam para ele e chegariam novos moradores também. O grupo manteve contato com um dos coordenadores da Intersindical para discutir o projeto e, ao ressaltar que muitas das famílias do 4° andar eram pequenas, pensaram em desenvolver um protótipo com 17 m<sup>2</sup>, que poderia acomodar uma ou duas pessoas. Com isso, ao testar algumas possibilidades na maquete, pensaram em uma divisão para o 7° andar que acomodaria 5 famílias: com 3 apartamentos de 30 m<sup>2</sup> e 2 apartamentos de 17 m<sup>2</sup>. Para que os moradores pudessem avaliar essa solução, os estudantes demarcaram o protótipo de 17m<sup>2</sup> no piso do andar.



Figura 56: Proposta expressa na maquete.  
Fonte: Acervo da disciplina

## 7° andar

Proposta divisão do 7° andar - 5 famílias



Proposta protótipo para construção - 20m<sup>2</sup>

Figura 57: Proposta de divisão do 7° e do protótipo.  
Fonte: Acervo da disciplina

## 5° andar

O 5° andar apresentava um espaço vazio, que seria ocupado por alguns moradores do 2° andar ou por novos moradores. Inicialmente o grupo desenvolveu o desenho de um apartamento com 40 m<sup>2</sup>, contendo dois quartos, sala, banheiro, cozinha e lavanderia. A ideia era testar uma configuração em que fosse possível incorporar espaços que eram de uso coletivo no prédio, e a partir disso, propor alternativas para o esgoto e a condução da água. Como no momento estavam morando 7 famílias no andar, o grupo propôs uma divisão com 7 apartamentos de 40 m<sup>2</sup>, que resultaram numa planta em formato quadrado, diferente das unidades que já estavam construídas ali. Esse grupo também demarcou a proposta no piso do andar térreo.

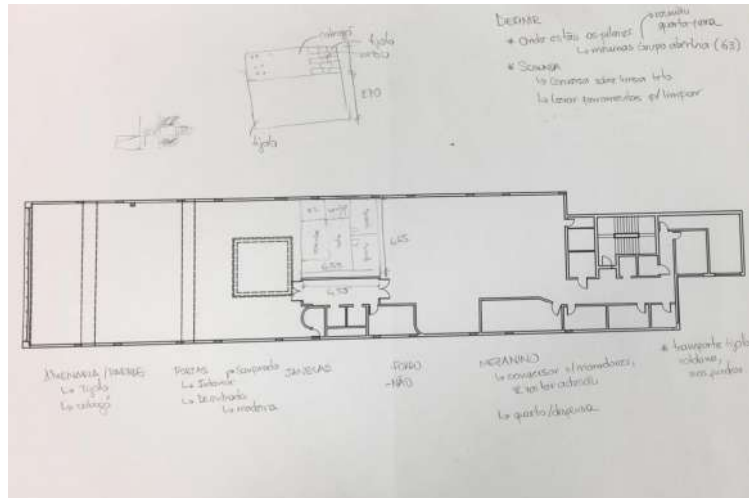
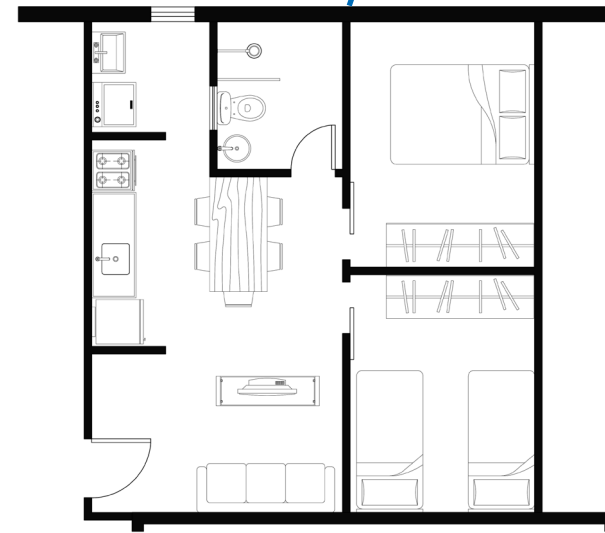
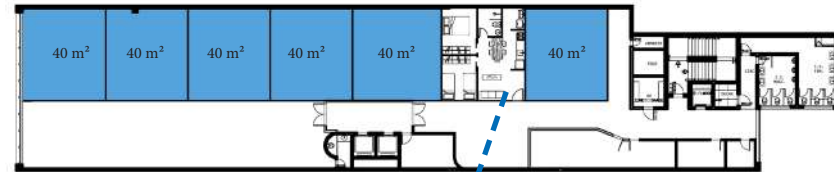


Figura 58: Desenho do protótipo no 5° andar

Fonte: Acervo da disciplina

Proposta divisão do 5° andar - 7 famílias

## 5° andar



Proposta protótipo para construção- 40 m<sup>2</sup>

Figura 59: Proposta de divisão e protótipo no

5° andar. Fonte: Acervo da disciplina

## Aberturas

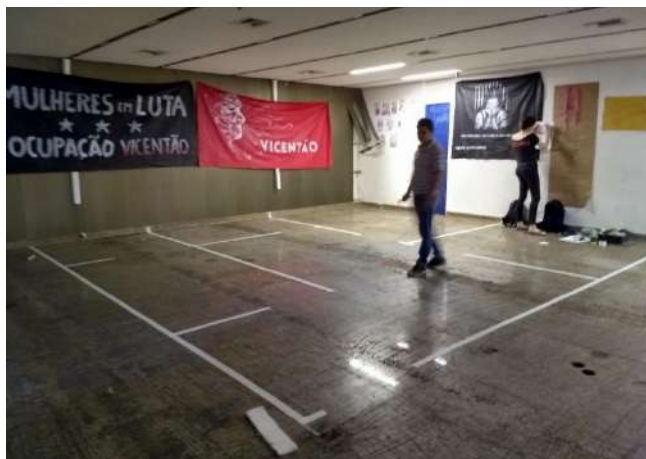


Figura 60: Demarcação da proposta no piso do térreo.

Fonte: Acervo da disciplina



Figura 61: Modelo tridimensional com a proposta.

Fonte: Acervo da disciplina

O grupo responsável pelas aberturas acompanhou o desenvolvimento dos protótipos, com o intuito de pensar as aberturas para esses apartamentos. Para isso, identificaram e mapearam a posição dos pilares no 5º andar para demarcar a área onde poderiam ser feitas as aberturas. No semestre passado, um dos alunos da disciplina desenvolveu uma proposta para as aberturas nas fachadas laterais, que consistia em fazer furos circulares com um determinado diâmetro. Essa proposta parecia um pouco mais segura, uma vez que a abertura de janelas com vãos maiores e retangulares poderia comprometer a estrutura do edifício, além de requisitar a construção de vergas e contra-vergas. Outro fator que levou a essa escolha foi a dúvida quanto ao impacto dessa ação após o mutirão, que poderia desencadear na abertura espontânea de janelas pelos moradores, por isso parecia seguro começar com os furos circulares. Com isso, o grupo optou por executar as aberturas circulares (cobogós) e utilizaram canos de PVC dentro dos furos, como pingadeira.

## Aberturas

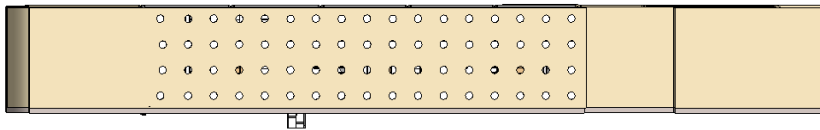
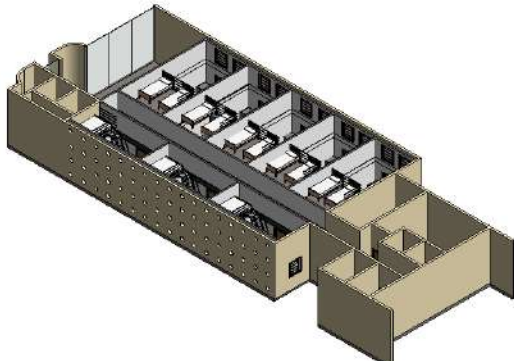


Figura 61: Proposta de aberturas na fachada, desenvolvida por um aluno no 1º semestre. Fonte: Acervo da disciplina



Figura 62: Mapeamento de pilares no 5º andar. Fonte: Acervo da disciplina

## Desenho e planejamento das ações

Durante essa etapa, em que os estudantes fizeram várias visitas no andares, os moradores participaram pouco e as decisões foram sendo tomadas por nós, estudantes e professores. Alguns alunos tentaram marcar uma conversa com os moradores do 4º andar para discutir a sua configuração e decidir quais famílias se mudariam para o 7º, mas os moradores e coordenadores não se articularam para que a conversa acontecesse. A proposta para o 5º andar também foi desenvolvida sem a participação das moradoras que, porventura, já estavam com os cômodos melhor definidos.

Não foi a primeira vez que isso aconteceu durante o processo da disciplina: ao longo dos meses buscamos reforçar a importância da participação de todos e, apesar de grande parte do trabalho ter sido desenvolvido no espaço da ocupação, uma parcela pequena se envolveu com ele, representada por um grupo que sempre participou das atividades. Quando decidimos focar na discussão sobre os espaços individuais do prédio, pensamos que haveria um envolvimento maior, mas isso não ocorreu e a participação foi se reduzindo ao longo dos meses.

## Apresentação das propostas na Vicentão

Quando os projetos estavam adiantados, marcamos uma reunião com todos os moradores para apresentar os encaminhamentos de cada proposta. Os grupos mostraram os projetos utilizando plantas e um modelo tridimensional e propuseram algumas possibilidades para viabilizar a construção, como o bazar na Escola de Arquitetura, parcerias com lojas de construção, entre outras. A falta de engajamento dos moradores ficou evidente nessa reunião, quando uma moradora do 4º andar questionou o tamanho do apartamento de 17 m², que havia sido definido a partir de uma demanda levada por um dos coordenadores do andar. Estavam poucos moradores presentes na reunião e essa fala provocou uma discussão entre os estudantes, professores, moradores e as lideranças dos movimentos sociais também.

Os moradores que compareceram relataram a dificuldade de engajar todos no processo, nas reuniões e nas decisões sobre o prédio, em geral. Os alunos, por sua vez, defenderam o caráter experimental das propostas, mencionando que sua construção serviria para avaliar melhor os espaços gerados e poderiam atender às demandas de algumas famílias. Os professores enfatizaram a importância desse engajamento diante da situação política atual, que exigiria uma força coletiva maior para construir a resistência diante de uma repressão às ocupações, que possivelmente ocorreria no ano seguinte. Os coordenadores das Brigadas reforçaram a fala dos professores sobre a mobilização da ocupação para impedir uma possível ordem judicial de reintegração de posse, mencionando que fariam uma convocação nos andares para verificar quais famílias permaneceriam na luta.

Ao final da apresentação ficou claro que apesar das aulas terem acontecido na Vicentão, tivemos dificuldades em estabelecer um diálogo com os moradores e incentivá-los a se envolver no processo. Enquanto o grupo que trabalhou com o 9º andar conseguiu estabelecer uma relação direta com as pessoas do andar, de acordo com as demandas para a cozinha, os demais grupos não desenvolveram as propostas a partir de um processo coletivo: o projeto para o 7º andar foi produzido por meio de uma demanda que partiu de uma liderança da Intersindical e o projeto para o 5º andar foi feito com a ideia de testar soluções para banheiro, cozinha e lavanderia individuais, mas resultou em uma planta com formato quadrado, que não se adequava à configuração do 5º andar, onde deveriam morar 12 famílias. Os conflitos que vieram à tona levaram à reflexão sobre o processo e os impactos das nossas ações na ocupação. Essa desmobilização interna era fruto de uma combinação de fatores, grande parte relacionados à divergência na atuação dos movimentos sociais, além da nossa atuação, na maioria das vezes heterônoma. Essas questões provocaram consequências nos dias dos mutirões, que serão relatadas a seguir.

Ao analisar os projetos de divisão do 5° e 7° andares e, percebendo que não estavam de acordo com as demandas dos moradores dos andares, pensamos que seria melhor repensar a planta. Em uma conversa com algumas das mulheres que moravam no 5°, mostrei o projeto e isso foi confirmado: quando mudaram para o andar, elas se reuniram e decidiram que todos os apartamentos teriam a mesma área. Na próxima semana, 3 famílias se mudariam para o andar e, com a proposta das unidades com 40 m<sup>2</sup>, não caberiam as 10 famílias. O projeto com o banheiro individual também não seria viável naquele momento, então seria melhor manter o banheiro coletivo. Com isso, as moradoras do 5° andar se articularam para pensar uma nova proposta que atendesse a essas demandas e, para isso, marcamos uma reunião para desenvolver a proposta e articular as ações do mutirão também. No mesmo dia também aconteceu uma conversa para pensar a configuração do 4° andar e articular as ações para a construção do apartamento modelo no 7°.

#### Protótipo 5° andar

- 7 unidades com 40 m<sup>2</sup>
- Banheiro e cozinha individuais

#### Demandas do 5° andar

- 11 unidades com tamanhos iguais
- Manter banheiro e cozinha coletivos
- Espaço de circulação para convivência das crianças



Figura 63: Assembleia para apresentar as propostas.

Fonte: Acervo da disciplina



Figura 64: Aulas no espaço da Ocupação.

Fonte: Acervo da disciplina

## Reunião com as moradoras do quinto andar

A discussão se deu a partir de alguns acordos estabelecidos entre as moradoras do andar: o espaço deveria abrigar 11 famílias com unidades de mesmo tamanho; a área próxima à fachada frontal seria destinada ao uso coletivo, bem como o espaço de circulação, que deveria ter uma largura generosa para a permanência das crianças. A princípio, as moradoras ficaram distantes na discussão e começamos a expor algumas possibilidades na maquete, que resultaram em uma configuração de unidades com 27 m<sup>2</sup> de área. Houve uma certa desconfiança quanto ao tamanho dessas unidades e, para isso, pedimos que testassem uma possível divisão a partir dos móveis das suas casas. De fato, o espaço ficaria apertado, mas com base nas demandas estabelecidas, não seria possível ampliar os apartamentos.

A partir da reunião, o grupo desenvolveu 4 propostas de layout para o protótipo, que ficaram expostas no 5° andar para votação. A proposta 1 foi a mais votada e, na visita que antecedeu o mutirão, os alunos incorporaram ao projeto um mezanino com estrutura de madeira, que seria construído acima de um dos quartos, e acessado por uma escada com prismas seccionados de madeira.



Figura 64: Propostas na maquete

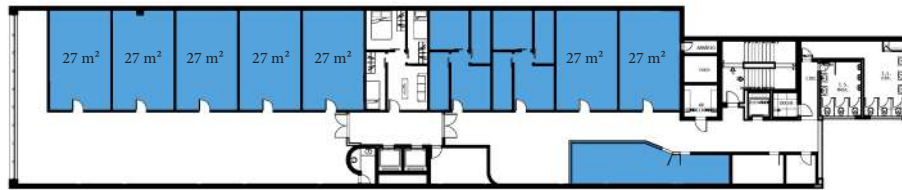
Fonte: Acervo da disciplina



Figura 65: Discussão com moradoras do

5° andar Fonte: Acervo da disciplina





Proposta de divisão 5° andar - 11 unidades



Opção 1

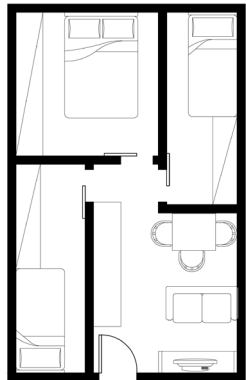


Figura 66: Opção 1 - Layout 5° andar  
Fonte: Acervo da disciplina

Opção 2



Figura 67: Opção 2 - Layout 5° andar

Fonte: Acervo da disciplina

Opção 3



Figura 68: Opção 2 - Layout 5° andar

Fonte: Acervo da disciplina

## Opção 4

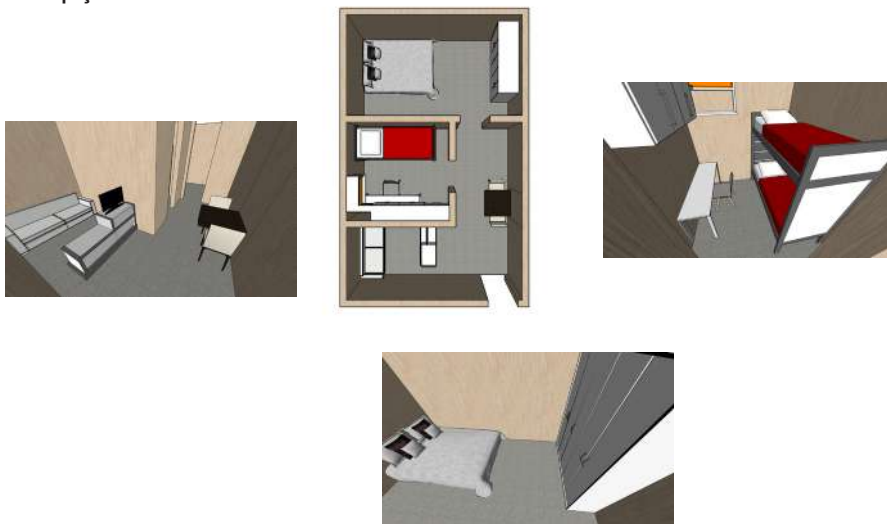


Figura 69: Opção 4 Layout do 5º andar  
Fonte: Acervo da disciplina

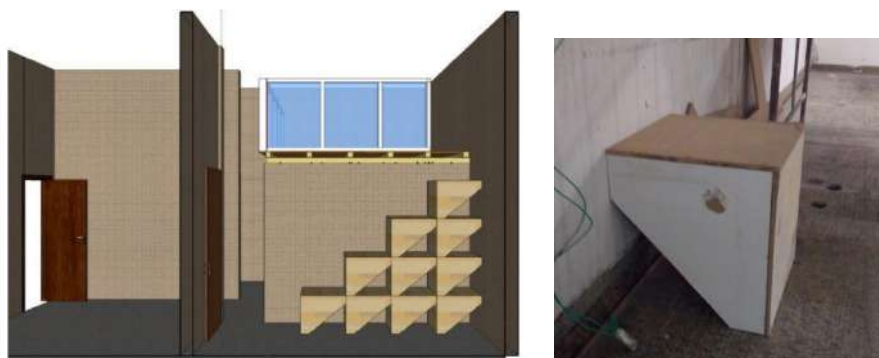


Figura 70: Proposta de mezanino no 5º andar  
Fonte: Acervo da disciplina

## Intervenções coletivas na Vicentão

Após a definição do projeto de cada apartamento e das demais intervenções, os grupos fizeram o orçamento das ações e conseguiram arrecadar o dinheiro por meio de dois bazares que fizeram na Escola de Arquitetura e pela venda de cachorros quentes numa festa da Escola também. Com isso, foi possível comprar os materiais para construir os dois protótipos e contratar a empresa para fazer os furos nas paredes. Os grupos optaram pelo uso de materiais e técnicas convencionais na construção civil: as paredes foram construídas com tijolos cerâmicos de oito furos e a argamassa de assentamento foi feita no local, utilizando cimento, cal e areia.

Na semana que antecedeu o mutirão, os alunos entregaram convites impressos aos moradores, integrantes dos movimentos sociais e colaboradores, convidando-os a participar da ação. Os materiais foram entregues na Vicentão durante a semana e uma parte dos moradores se mobilizaram para conduzir os tijolos até o 5º e o 7º andares. Os sacos de areia, cal e cimento foram carregados no fim de semana do mutirão.

É um trabalho árduo mas fica gostoso. A gente, eu mais o pessoal do quinto andar lá, mas eu acho que cinco mulheres, eu acho que foi cinco no total. Colocamos 3 mil tijolos pra dentro, eles colocou na calçada, nós colocou pra dentro do Vicentão. Cinco mulheres! (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

A empresa contratada executou os furos nas fachadas durante a semana e nos dias do mutirão alguns alunos fixaram os canos de PVC nos buracos. Com a finalização dos furos, observamos que contribuíram um pouco na melhoria da ventilação dos andares, mas não houve melhoria na iluminação. O experimento se mostrou válido, apesar de não ter provocado tanto efeito nos andares. No entanto, penso que poderiam ser pensadas outras possibilidades, com maior eficiência, como a construção de aberturas retangulares.

Quando as ações foram planejadas, esperávamos que haveria maior participação das famílias no mutirão, por ser um ponto de partida para concretizar os espaços planejados na maquete e nas oficinas realizadas ao longo do ano. No entanto, esse engajamento se deu apenas no momento em que os materiais foram conduzidos até os pavimentos, uma vez que no dia do mutirão apenas três moradores, que possuíam experiência com obra, estiveram à frente da construção dos protótipos. Essa situação, aliada ao nosso conhecimento limitado em obras, provocou uma lentidão no processo e fez com que as intervenções não fossem finalizadas no tempo previsto. Das ações propostas, apenas as aberturas nas fachadas foram concluídas e as demais intervenções, como a reforma da cozinha, a construção das paredes dos protótipos e da estrutura do mezanino ficaram inacabadas. Para isso, propusemos que os moradores as finalizassem. A disciplina foi concluída após as ações do mutirão e os alunos produziram relatórios coletivos e individuais sobre essa experiência.

É o mesmo caso aqui da ocupação da Vicentão, eu sempre falei: "gente, isso aqui pra que a gente pudesse resistir mais um pouco tinha que ter uns apartamentos já construídos de alvenaria pro pessoal chegar e quando fosse olhar e pera aí, o pessoal tão engajado pelo ato da moradia aqui. Tão construindo os apartamentos." Mas ali ficou assim dois apartamentos começado. E isso porque foi já no finalzinho a gente tentando fazer que as pessoas tivesse aqui assim, aquela força de vontade de ajudar e tudo (Morador 2, 16 de maio de 2019).



Figura 71: Divulgação e bazar na Escola de Arquitetura

Fonte: Acervo da disciplina



Figura 72: Moradores conduzindo os materiais até os andares.

Fonte: Acervo da disciplina



Figura 73: Sacos de cimento, cal e areia utilizados no mutirão.

Fonte: Acervo da disciplina

## Aberturas



Figura 74: Mutirão: aberturas circulares na fachada

Fonte: Acervo da disciplina

## Cozinha coletiva no 9° andar



Figura 75: Mutirão: Cozinha coletiva no 9° andar  
Fonte: Acervo da disciplina

## Protótipo no 5° andar

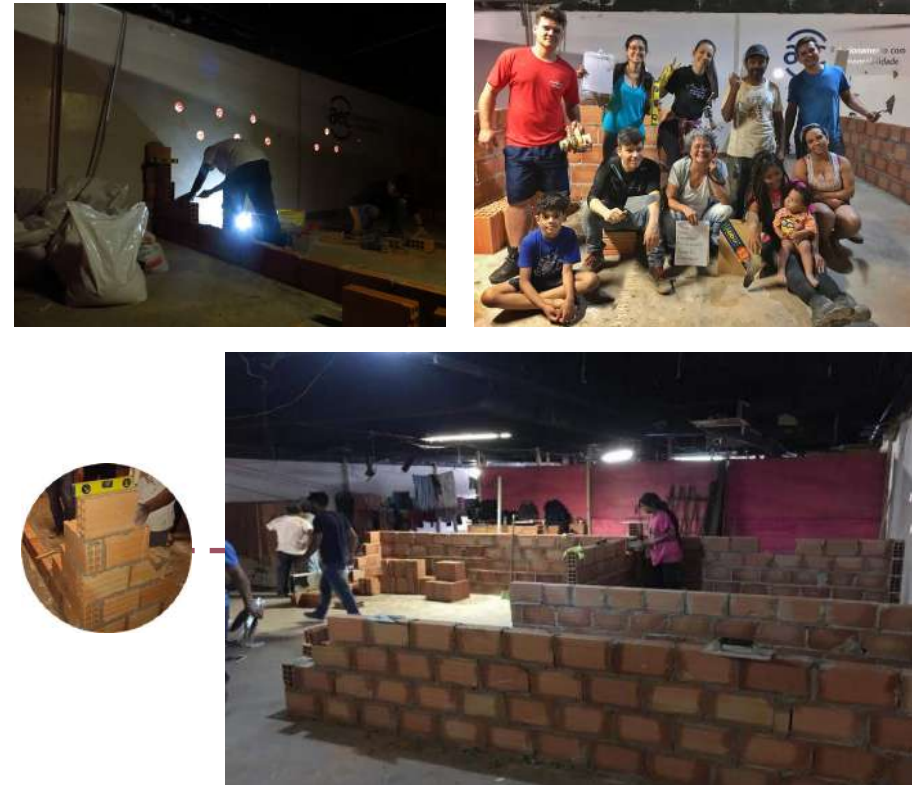


Figura 76: Mutirão: Protótipo no 5° andar  
Fonte: Acervo da disciplina

## Protótipo no 7º andar

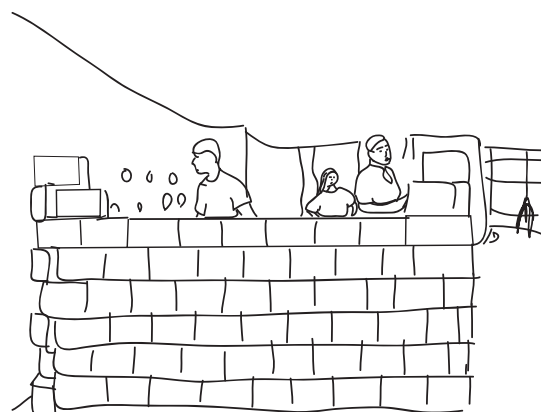
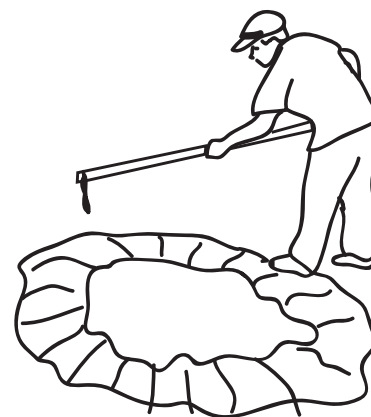
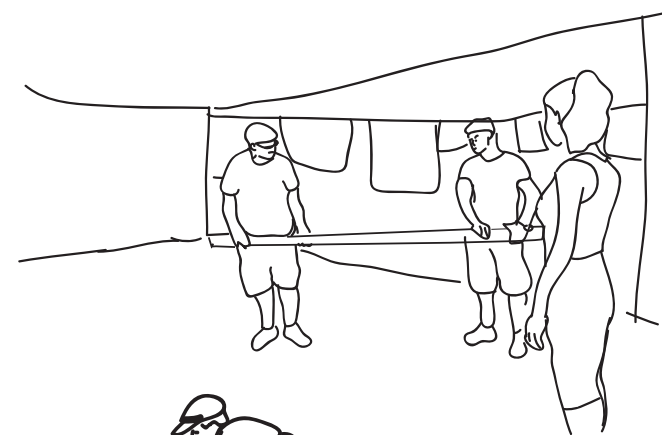
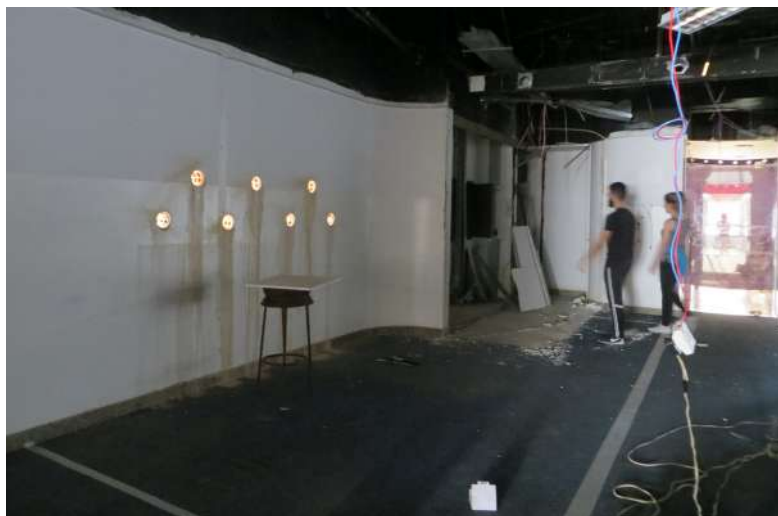


Figura 76: Mutirão: Protótipo no 7º andar

Fonte: Acervo da disciplina

## Refletindo sobre o mutirão

Esta foi a última ação promovida pela disciplina no semestre, mas a intenção era prosseguir com a assessoria, a partir da avaliação dos espaços construídos no mutirão. Para isso, era importante refletir sobre os impactos e problemas do mutirão, em busca de outras possibilidades para organização na ocupação.

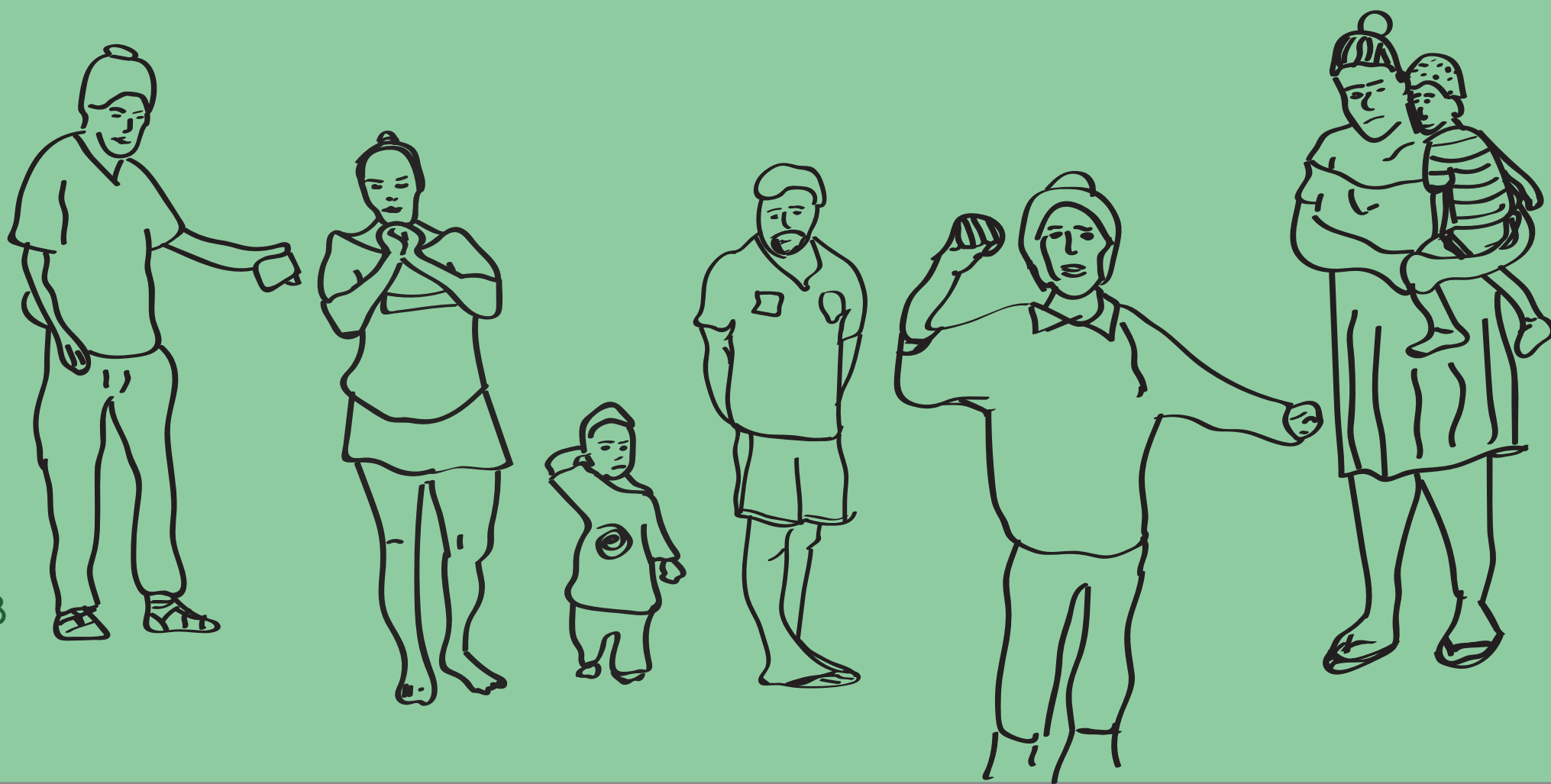
A ideia de construir os protótipos partiu de um dos moradores, que trabalhava na construção civil e fazia parte da comissão de infraestrutura do prédio. Dessa forma, essa proposta não representava uma demanda coletiva da ocupação e se aproximava mais de um ponto de vista técnico. A decisão de incorporar o desenvolvimento dos protótipos à disciplina foi interessante, mas penso que não se alinhou ao tempo da ocupação, levando em consideração a situação dos andares, com muitas famílias vivendo em espaços reduzidos e que possivelmente se estenderia por um tempo maior. Uma possível estratégia seria discutir os espaços individuais já existentes, pensando em artifícios para a melhoria das suas condições, como ventilação, iluminação e divisão dos espaços.

A experiência do mutirão foi produtiva para os estudantes e para alguns moradores também e possibilitou experimentar e avaliar algumas soluções para o edifício, como o uso dos tijolos cerâmicos para a construção das divisórias e as aberturas circulares nas fachadas. Seria interessante ampliar esse repertório de soluções a partir do uso de outros materiais e da construção do mezanino, mas isso não foi possível devido à disponibilidade de recursos e de tempo para a construção.

No decorrer do processo tínhamos um receio de que a discussão sobre a divisão dos andares se dissolvesse e que o desenho dos protótipos fosse replicado nos demais andares, sem uma discussão prévia. Mas isso não ocorreu, uma vez que os moradores não deram continuidade à construção das paredes e dos acabamentos. “Ocupação tem muito disso. Com o passar do tempo as pessoas vão ficando mais quietas. Querem ficar mais quietas no canto delas. Fica mais desmotivada” (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).



## 9. OUTROS RUMOS PARA A VICENTÃO





Após a conclusão das atividades da disciplina e a partir de conversas com os alunos, surgiu uma possibilidade para prosseguir com o trabalho, retomando as oficinas nos andares para a definição e construção das unidades. A proposta partiu do Tiago durante uma conversa com alguns moradores depois do mutirão e consistia em formar uma cooperativa de construtores e instrutores na ocupação, para construir as unidades habitacionais definidas em cada pavimento. A ideia era criar uma escola de construção entre os moradores que eram profissionais da construção civil e aqueles que gostariam de praticar outra atividade profissional, para que pudessem trabalhar na ocupação. A partir da estimativa dos custos para a construção dos protótipos, somado ao custo da mão de obra, seria possível calcular o valor da construção de cada moradia e, a partir daí, criar um fundo para contribuição mensal ou semanal das famílias. A organização dessa cooperativa surgiu como possibilidade para mobilizar os moradores na concretização dos espaços discutidos nas oficinas, além de propiciar alternativas de geração de renda para o edifício.

Tínhamos a intenção de discutir essa proposta com as famílias em assembleia, no entanto, isso não foi possível devido a um acontecimento que mudou os rumos da Vicentão: essa divergência de atuação entre os núcleos de moradia, relatada ao longo do texto, ficou explícita alguns dias após o mutirão, quando foi divulgada uma proposta de negociação com a COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais), articulada entre lideranças da Amabel e Morada de Minas nas mesas de diálogo do Estado. A proposta consistia em uma bolsa aluguel no valor mensal de R\$400,00, que seria paga às famílias da Vicentão no período de um ano pelo proprietário do edifício. Com isso, as famílias deveriam desocupar o edifício dentro de um determinado prazo e após um ano haveria a possibilidade de reassentamento em terrenos frutos da regularização fundiária no Estado.

Essa negociação não havia sido discutida com as demais lideranças e tampouco com os moradores, sendo que representava um possível desmembramento da ocupação a partir de um acordo com o Estado. A notícia foi se espalhando entre os andares, provocando conflitos entre os moradores e as lideranças. Foi marcada uma assembleia geral no final de novembro para discutir a proposta e os rumos da Vicentão.

Porque as Brigadas Populares na verdade elas nunca, o foco delas nunca foi o bolsa-aluguel. Bolsa-aluguel cê continua no aluguel, à mercê do governo. Então você não tem moradia própria. [...]. Mas, uma das forças começou a negociação. Uma das forças ali driblou e marcou reuniões com o Alexandre da mesa de negociação, do fórum, e já sondando esse negócio do bolsa-aluguel, já tipo pré-negociando. E por final, sabe? Aí quando as Brigadas ficou sabendo e se espalhou pros outros moradores ficou muito sem o que fazer, porque já tinham apresentado essa proposta e faltava só as Brigadas aceitar (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Porque nas reuniões de coordenação da ocupação é uma das coisas que tanto o pessoal das brigadas [...] sempre falavam: gente, o termo do aluguel social será a última questão a ser debatida. A nossa questão é o seguinte: pode até sair do prédio, mas que o prefeito ou o Estado venha a dar uma garantia de uma moradia num outro prédio que seja no centro, mas que a gente não quer sair do centro enquanto não decidir uma coisa de uma moradia num lugar fixo pras famílias ficar (Morador 2, 16 de maio de 2019).

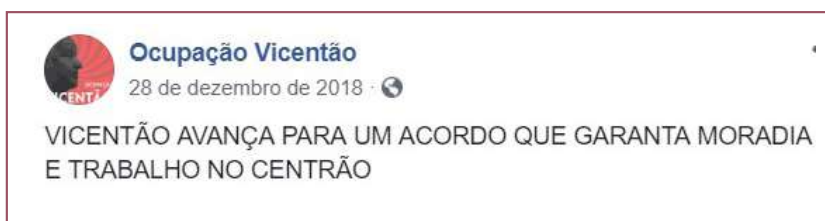


Figura 77: Esquema explicativo do acordo de aluguel social.

Fonte: Produzido pela autora.

Durante a assembleia, as lideranças de cada núcleo se posicionaram, afirmando que a decisão deveria ser tomada coletivamente, a partir de uma votação. Não havia um consenso entre os moradores, sendo que parte deles estavam convencidos de que a negociação representaria uma possibilidade de conquistar a moradia, diante de um cenário político incerto, no qual as ocupações poderiam ser alvo de repressão. Já outros, membros das Brigadas Populares e Intersindical, defendiam a permanência no edifício, a partir da construção de uma resistência coletiva para enfrentar os desafios futuros. Esse era o posicionamento dos dois movimentos mas, uma vez que não existia uma mobilização no espaço da Vicentão, seria desafiador construí-la no ano seguinte.

Foi passado assim que eles ofereceu, se a gente não pegasse essa negociação de bolsa-aluguel de um ano por quatrocentos reais que a gente ia sair de lá com uma mão na frente outra atrás, que era o que eles tavam oferecendo, que era melhor a gente pegar, que era melhor sair com aquilo do que sair com nada. Então os moradores pensou: “não, vou pegar” (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Ao final da discussão, os coordenadores propuseram uma votação para definir se a negociação prosseguiria, com a possibilidade de melhorar a proposta, ou seja, ampliar o valor e o período de pagamento do auxílio; ou se romperiam com o acordo, permanecendo no edifício e buscando construir uma resistência ali. Apesar das divergências entre os movimentos sociais e os moradores, grande parte optou por prosseguir com a negociação. Diante de uma situação complexa e incerta e do contexto político atual, essa opção parecia ser mais segura naquele momento.

Num cenário que ocupação pode ser atacada, não só pela polícia mas por setores civis. Uma ocupação central, que tá muito exposta. E se a gente tem uma possibilidade de fechar um acordo e estabelecer um novo padrão de atuação da luta, que é o nosso pensamento. Pode ser melhor do que manter uma ocupação ali, porque pode até não ter uma reintegração mas ela pode vir num governo em que a gente não vai ter possibilidade de acordo (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

Agora a questão central aí dessa discussão de fazer o acordo e tudo mais, o eventual reassentamento tá meio incerto. É na verdade estabelecer um novo ciclo de lutas assim também né, de discussões políticas porque há de fato uma divergência entre as forças que construíram a Ocupação. [...] Porque as Brigadas a gente sempre atuou com essa linha de ocupar, consolidar a ocupação e resistir (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

Os últimos acontecimentos na Vicentão foram inesperados, uma vez que pretendíamos prosseguir com a assessoria e experimentar a ideia de estabelecer a cooperativa para construir as unidades habitacionais no edifício. No entanto, essa situação refletiu o que foi observado ao longo dos 12 meses de ocupação: uma desarticulação entre os movimentos sociais e a desconsideração do espaço cotidiano como formação política dos indivíduos, o que reduziu a possibilidade de organização coletiva dos moradores para permanecer no edifício.

Agora tem certos movimentos que a gente tem que pensar duas vezes antes de colar. [...] Em vez de ajudar atrapalha sabe? Porque pensa diferente do outro, age diferente do outro. Dá mais conflito ainda, do que os moradores tem e ainda conflito entre a coordenação, aí é foda (Moradora 1, 27 de março de 2019).

O acordo entre a Vicentão, a COHAB e o proprietário do edifício foi divulgado aos moradores no final de novembro e confirmado no final de dezembro, a partir da assinatura de um convênio de “concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional” com a COHAB, pelo presidente da companhia, Alessandro Marques. A partir da negociação, foi possível ampliar o tempo de pagamento da bolsa aluguel às famílias para dois anos: no primeiro ano seriam pagos 500 reais mensalmente pela massa falida e, no segundo, pela COHAB. Quando o acordo foi assinado, a COHAB estabeleceu um prazo para que o edifício fosse desocupado. Após a assinatura do acordo, as Brigadas Populares publicou a seguinte nota na página do Facebook da Vicentão:



Figura 78: Famílias da Vicentão reunidas no dia do acordo.

Fonte: Brigadas Populares

## VICENTÃO AVANÇA PARA UM ACORDO QUE GARANTA MORADIA E TRABALHO NO CENTRÃO

A Luta pelo trabalho e pela ocupação de vazios urbanos no centrão deu mais um passo ontem, dia 26 de Dezembro de 2018. Foi assinado um convênio entre a Cohab Minas e as entidades que representam a Ocupação Vicentão para a garantia da locação de um imóvel na área central por 2 anos e posterior reassentamento definitivo das 90 famílias em terrenos objeto de regularização fundiária do Estado.

A Ocupação Vicentão completa um ano de resistência em 13 de Janeiro. A Luta das famílias junto às Brigadas Populares e à Intersindical conquistou o direito ao centro e fortaleceu a economia popular, com o início das atividades do Centro de Referência do Trabalhador Ambulante no prédio.

Com o acordo seguiremos em luta até que o direito ao centro não seja negado a população pobre, negra e periférica. Reivindicamos que os vazios urbanos na área na zona central, que totalizam quase 100 imóveis, sejam arrecadados e destinados à moradia, trabalho, cultura, dignidade do nosso povo.

Só a luta muda a vida!

Moradia é direito no Centrão!

Dignidade Ambulante!



Figura 79: Assinatura do acordo pelo presidente da COHAB Minas.

Fonte: Brigadas Populares

O convênio assinado se assemelha ao da Ocupação Carolina Maria de Jesus, coordenada pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), que optou por alugar um imóvel no Centro da cidade para manter as famílias reunidas. No início de dezembro, os quatro núcleos que organizavam a Vicentão decidiram se desvincular: as Brigadas Populares e a Intersindical permaneceram juntas e iniciaram uma busca por imóveis para alugar no Centro. Havia um desejo desses movimentos de construir um centro de referência dos trabalhadores ambulantes no edifício que seria alugado. A Moradas de Minas também optou pelo aluguel de um imóvel para todas as famílias e a AMABEL, por sua vez, permitiu que as famílias alugassem casas individualmente.

As Brigadas conseguiu que eles dessem dois anos de aluguel: um pela Massa Falida, um pelo Estado e pra além disso terras remanescentes do Estado. Ou seja, nós vamo pegar terrinha em nome de Jesus. Mas isso cabe à luta também de novo quando, daqui um ano e meio a gente continuar unido e mobilizar (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

O período para encontrar um imóvel que abrigasse as famílias era curto e as condições impostas pelos proprietários muitas vezes dificultavam o processo. O valor do aluguel era elevado, havia uma desconfiança da proposta e da situação das famílias que iriam para tais edifícios, eram exigidos alguns documentos sobre os movimentos sociais, que se intitularam como associações e, além disso, os proprietários demoravam para dar uma resposta sobre a proposta de aluguel.

Porque as Brigadas foi o último grupo que ficou pra sair do prédio, mas ó, foi quem abriu a porta e quem fechou. Aí ficou aquela coisa, as Brigadas correndo atrás de um prédio pra por as famílias das Brigadas e da Inter, e não tava achando o prédio. Quando achava o pessoal tava com receio de fazer a locação pras Brigadas e tudo mais (Morador 2, 16 de maio de 2019).

O primeiro edifício que as Brigadas tentou negociar foi um pertencente à Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais), localizado na rua dos Tupinambás. O edifício Piraquara, uma construção no estilo art-déco, abrigou o hotel Gontijo até o final de 2017 e apresentava 82 quartos com uma estrutura conservada, com as instalações elétricas e hidráulicas funcionando. Na reunião com os representantes da Fecomércio, as lideranças das Brigadas e da Intersindical apresentaram uma proposta para alugar o edifício, relatando que ali morariam famílias de baixa renda, subsidiadas por um convênio de aluguel social com a COHAB. Houve uma desconfiança se o pagamento do aluguel seria cumprido pelo Estado, uma vez que o governo estava em processo de transição. A Fecomércio demorou para dar uma resposta às Brigadas e, por fim, não aceitaram a proposta oferecida.

Uma segunda opção seria um edifício localizado na rua Vinte e Um de Abril, próximo à rodoviária da cidade. O imóvel também abrigou um hotel mas, ao contrário do primeiro, não estava bem conservado e exigiria uma reforma na sua estrutura e instalações, ou seja, inicialmente as famílias não teriam acesso à água e luz. A negociação com a família do proprietário ocorreu em janeiro e, por fim, não foi aceita também.

## Busca por edifícios para aluguel



Figura 80: Aspectos do edifício da FECOMÉRCIO.  
Fonte: Booking, e acervo próprio.

Figura 81: Aspectos do edifício da Rua 21 de abril.  
Fonte: Google Maps.

[...] não, cês num vai poder ficar no prédio, então tá. Quer um acordo, num quer? Então nós vamo dar um mês procês sair de lá. Depois que ocês sair, a gente deposita o dinheiro do aluguel. Se passar do dia, perdeu o acordo, e vai ter que sair do prédio à base de porrada” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

Durante esse período de transição, apesar do acordo ter sido feito com uma instituição do Estado, houve uma pressão para que as famílias desocupassem o edifício e, em janeiro, o proprietário do edifício contratou alguns seguranças para ficar lá. O prazo estabelecido pela COHAB não foi suficiente para os movimentos encontrarem um imóvel para alugar e, com isso, pediram para que se estendesse por mais algumas semanas. Uma das moradoras entrevistadas relatou sobre esse período em que os moradores ficaram de sobreaviso no prédio, como se fosse acontecer um despejo a qualquer momento:

Fizeram a assembleia e falou assim: “ô gente, a gente vai entrar num período de resistência.” Aí, quando eles falaram isso aí, chegou lá dentro, chegou muito fardo de arroz. [...] Então, chegou assim, aquele comprão que dava acho que quase pra um ano. [...] E aquilo, cada um chegava num jeito numa conversa, [...] e o pessoal das Brigadas, os outros movimento falava, porque ia ter resistência, mas num falava que que era resistência. Quem já sabia o que que era, ficava tranquilo. E quem num sabia? (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

“A resistência é porque a gente vai ser atacado de tudo quanto é lado, é assim, isso aqui que tá chegando, isso aqui é doação, mas não é só pra Vicentão. [...] então isso aqui é como se fosse uma prevenção porque na época de resistência a gente não pode receber ajuda, de lugar nenhum, então a ajuda vem tudo antes, então é pra acumular, pra ficar aqui, porque pra não faltar nada, e tem muitas famílias aqui que querendo ou não, não tem condição” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

Esse relato revela que se instaurou uma insegurança entre as famílias, de não saber o que poderia acontecer nos próximos dias, sendo que muitas sequer sabiam o que significava a palavra resistência, que era sempre mencionada no discurso dos militantes. No imaginário das pessoas e a partir de conversas, a polícia poderia fechar o quarteirão e impedir a entrada de pessoas no edifício, até que ele fosse desocupado. Penso que essa fala confirma que as pessoas não estavam organizadas e muitas vezes agiam de acordo com palavras de ordem dos militantes, sem compreender o que de fato significavam.

Aí ela disse: “se chegar a ter um momento crítico, você pode ter certeza, que morador nenhum vai bater de frente com polícia. Morador nenhum. Porque antes de morador bater de frente com polícia, tem advogado, tem apoiador, tem rede de televisão, tem tudo. Então, não corre risco nenhum de criança se machucar, nada disso, porque essas ocupação que acontece isso aí de embate com a polícia é ocupação desorganizada, ocupação de bairro, desses trem assim que o pessoal não tem organização. Aqui não, aqui é tudo organizado” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

O prazo final estipulado para que as famílias deixassem o edifício foi o dia 31 de janeiro. No início do mês, as Brigadas fizeram uma assembleia para apresentar duas opções de imóveis para alugar: a primeira seria o edifício próximo à rodoviária, cujo valor do aluguel seria um pouco inferior à quantia que tinham disponível, somando o auxílio das famílias. Já a segunda seria outro edifício no centro, com um valor de aluguel superior e que apresentava uma quantidade menor de quartos. Além dessas diferenças, o primeiro exigiria uma reforma nas instalações hidráulicas e elétricas. Nesta assembleia, percebi que as pessoas já estavam cansadas da situação e, apesar da primeira opção ter sido mais viável economicamente, poucos concordaram com a ideia de alugar um edifício sem água ou luz, ou seja, morar como se estivessem no início da ocupação. Contudo, ao final da assembleia, quando fizeram uma votação para escolher entre os dois edifícios, o mais votado foi o próximo à rodoviária.

Mas fala sério, [...] queria alugar um prédio sem água, sem luz? Pô vei, ah tá me tirando, é outra ocupação? [...] Não, é meio sem lógica, entendeu? A intenção deles foi boa, mas o lugar não ajudou. Você vai alugar, quando você vai fazer a ocupação você faz a reforma, faz melhoria, se não tem água, não tem luz você põe. Agora você vai pagar ainda (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Quem tá dentro da ocupação efetivamente que sente todo o drama do que tá acontecendo ali. Quem tá por fora acompanha: Ou, nó tô passando por isso e isso, isso tá acontecendo aqui, e isso e isso. Ah, você fica triste, é foda e tal. Mas você não sentiu... Não menosprezando, é, a pessoa entendeu o que você passou pra ela, mas você não sentiu aquele peso todo, aquele estresse todo sabe? (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Quem tá dentro da ocupação efetivamente que sente todo o drama do que tá acontecendo ali. Quem tá por fora acompanha: Ou, nó tô passando por isso e isso, isso tá acontecendo aqui, e isso e isso. Ah, você fica triste, é foda e tal. Mas você não sentiu... Não menosprezando, é, a pessoa entendeu o que você passou pra ela, mas você não sentiu aquele peso todo, aquele estresse todo sabe? (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Quando o prazo para as famílias deixarem o prédio foi se aproximando e ainda não havia resposta sobre os edifícios que as Brigadas e a Intersindical pretendiam alugar, uma solução para ganhar mais tempo no processo de aluguel foi fazer uma mudança temporária das famílias para a ocupação Anita Santos e mantê-las reunidas.

A ocupação Anita Santos ocorreu num terreno na Avenida Teresa Cristina, que foi ocupado principalmente por pessoas que estavam em situação de rua, que começaram a construir barracos no terreno. O terreno contém um galpão também. A ocupação é organizada pelas Brigadas Populares, o que facilitou a mudança das famílias da Vicentão para lá. Com isso, foi acordado com os moradores e lideranças da Anita que ficariam duas semanas na ocupação, até que conseguissem um prédio para alugar no centro.

Foi a pior parte que assim, que teve na ocupação. Aí começou a gerar aquele tanto de briga, tudo que a gente falava ali virava briga. Tipo, as pessoas tavam bem estressadas nesse finalzinho. Porque não sabiam pra onde ir, não sabia se ia ficar desalojada, outros iam ter que ir pra casa de parente de novo né? (Moradora 4, 29 de março de 2019).



## Mudança ou despejo?

Assim, no dia 30 de janeiro, as pessoas que ainda estavam no prédio começaram a se organizar para a mudança. As famílias voltaram a se concentrar nos primeiros andares, numa configuração semelhante ao início da ocupação. Na teoria, o processo de saída do edifício seria tranquilo, tendo em vista que existia um acordo firmado com o Estado. Mas na prática ocorreu o oposto: segundo relatos dos moradores, o dia da mudança foi bastante conturbado, o presidente da COHAB acompanhou o processo, pressionando as famílias de tal forma que parecia que estavam sendo despejadas. Apesar de ter sido acordado durante a negociação, não foi disponibilizado um caminhão para auxiliar na mudança e, além disso, foi proposto que as famílias deixassem seus pertences, móveis e eletrodomésticos no edifício, desocupassem o prédio e voltassem no dia seguinte para terminar de fazer a mudança. A logística para desocupar o edifício não era simples, uma vez que eram cerca de 40 famílias reunindo seus pertences e ainda sem saber para onde iriam.

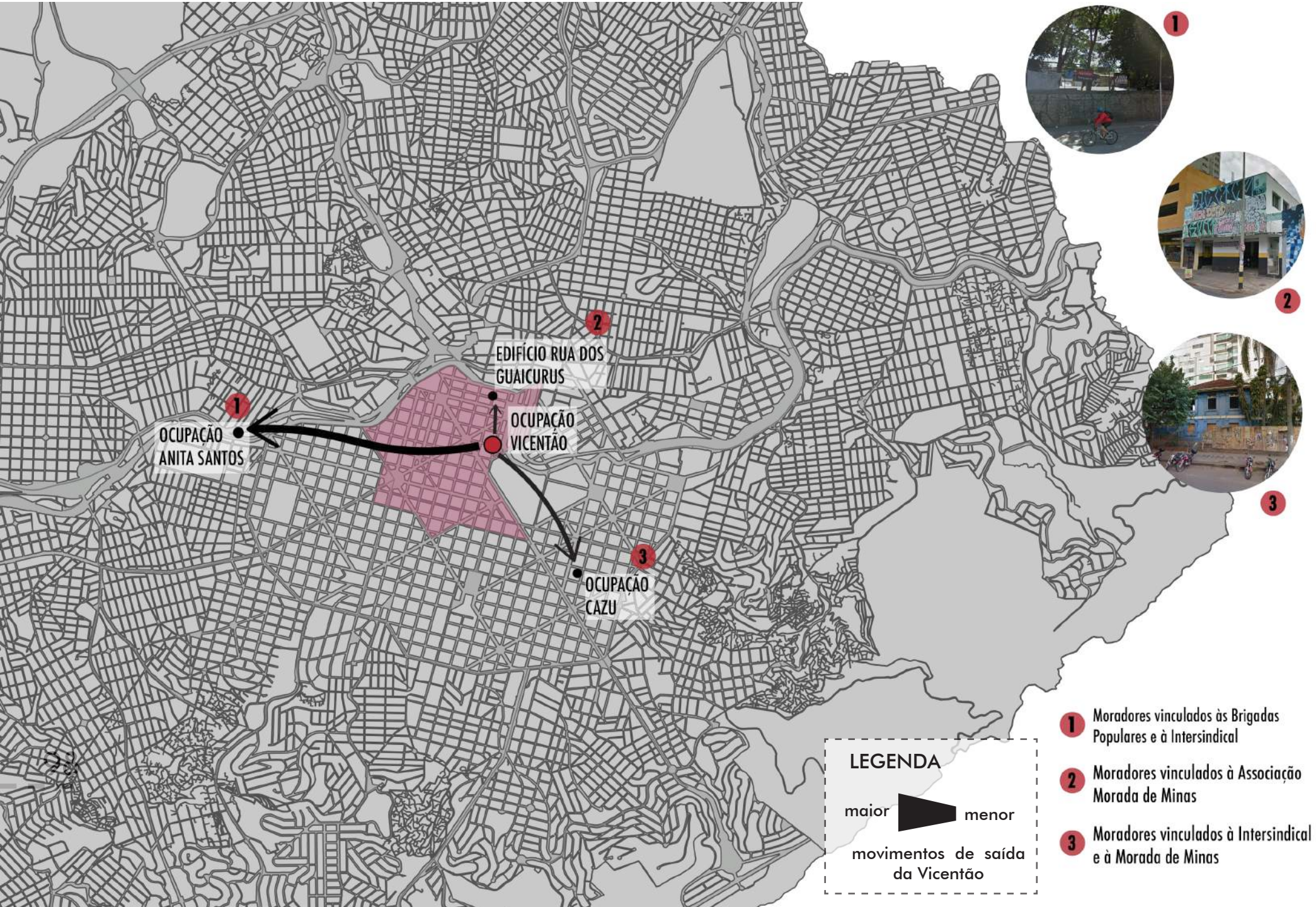
Tinha uma negociação, não tinha a necessidade de fazer, sabe? Daquele jeito, como se a gente tivesse despejado sabe? Numa pressão, num caos total. Sabe, foi muito triste ver. Pra mim, eu vi a luta acabar ali. Pra quem começou, pra eu que tava ali desde as quebras das correntes, ver a luta ter acabado naquilo. Quando eu quebrei, quando teve a quebra das correntes, aquela empolgação toda eu tinha outra imaginação do que isso, de como ia terminar isso sabe? Pra mim não foi digno, esse final essa mudança, essa transição. Foi muito triste, foi muito desesperador. Você pensar “Nó, e agora, pra onde eu vou?” (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Tava, aí eu comecei a estressar, falei que ia todo mundo pra casa dele. Falei: “Vai todo mundo pra sua casa, porque todo mundo aqui ó, conquistou nada no lixo, ninguém aqui é lixo pra poder dormir na rua, sendo que a gente tá numa ocupação porque a gente precisa, não porque a gente quer” (Moradora 4, 29 de março de 2019).

Quando conseguiram desocupar o prédio, nem todas as famílias se mudaram para a Anita. Algumas optaram por alugar casas individualmente e outra parte decidiu ir para outra ocupação, num casarão próximo à região hospitalar. A ocupação Cazu existia há cerca de dois anos em um casarão abandonado, que foi ocupado por pessoas em situação de rua. Durante dois anos, os moradores sofreram alguns despejos, orquestrados pela Polícia Militar, e depois ocupavam a casa novamente. Quando alguns ex-moradores da Vicentão decidiram ir para a Cazu, havia ocorrido um novo despejo, fazendo-os desistir de ir para lá.

No dia 31, eles queria que a gente saísse do prédio e deixasse nossa mudança lá. Que no outro dia a gente fosse buscar. E nisso a gente no desespero total. E a gente tava pra ir pra Cazu até eles alugarem o tal prédio né, pra continuar na unidade. E aí acabou que a Cazu... A polícia foi lá e pegou, reintegrou a posse da Cazu, nesse dia. Então a gente ficou sem ter pra onde ir (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

# Mudança das famílias da Vicentão: primeiros rumos



## Os caminhos dos moradores: da provisoriedade ao aluguel

O período que os moradores da Vicentão ficaram na Anita Santos foi bastante conturbado: as pessoas que já moravam lá não foram muito receptivas à chegada das novas famílias, ainda que fosse temporária, e começaram a emergir alguns desacordos violentos entre eles. Parte das pessoas ficaram num galpão onde era a Sede das Brigadas Populares. Um dia ocorreu uma chuva forte que alagou todo o galpão, molhando os móveis, eletrodomésticos e roupas dos moradores, que ficaram ainda mais irritados com a situação.

Com esses acontecimentos, a possibilidade de continuar dividindo o espaço da Anita com as famílias que já moravam lá começou a ficar insustentável. O prazo estabelecido pelas Brigadas estava terminando e, como não haviam conseguido obter respostas sobre o aluguel dos edifícios, decidiram convocar uma assembleia para discutir a situação. As famílias já estavam desgastadas com os últimos acontecimentos, acumulados a todos os conflitos da Vicentão e, com isso, decidiram que seria melhor cada um alugar um espaço para morar de forma individual. Com a permissão das Brigadas, cada um começou a procurar casas e barracões para alugar e, à medida que conseguiam fechar um acordo ou contrato com os proprietários, foram se mudando da Anita.



Figura 82: O espaço da Ocupação Anita.

Fonte: Tiago Castelo Branco.

Eu acho que é muita, aí juntou aquele monte de gente, uns com uns pensamentos diferentes e tal, aí muita gente num lugar faz barulho, não adianta. Você não consegue controlar tudo, aí toda hora um ia lá e me chamava. [...] Aí eu ia, descia, conversava, pedia pelo amor de Deus gente, não vamos caçar treta não. A gente tá ficando aqui, a gente caiu aqui de paraquedas no lugar deles, e já tava acostumado com o sossego deles, com o jeito que eles vivem e tal (Moradora 1, 27 de março de 2019).

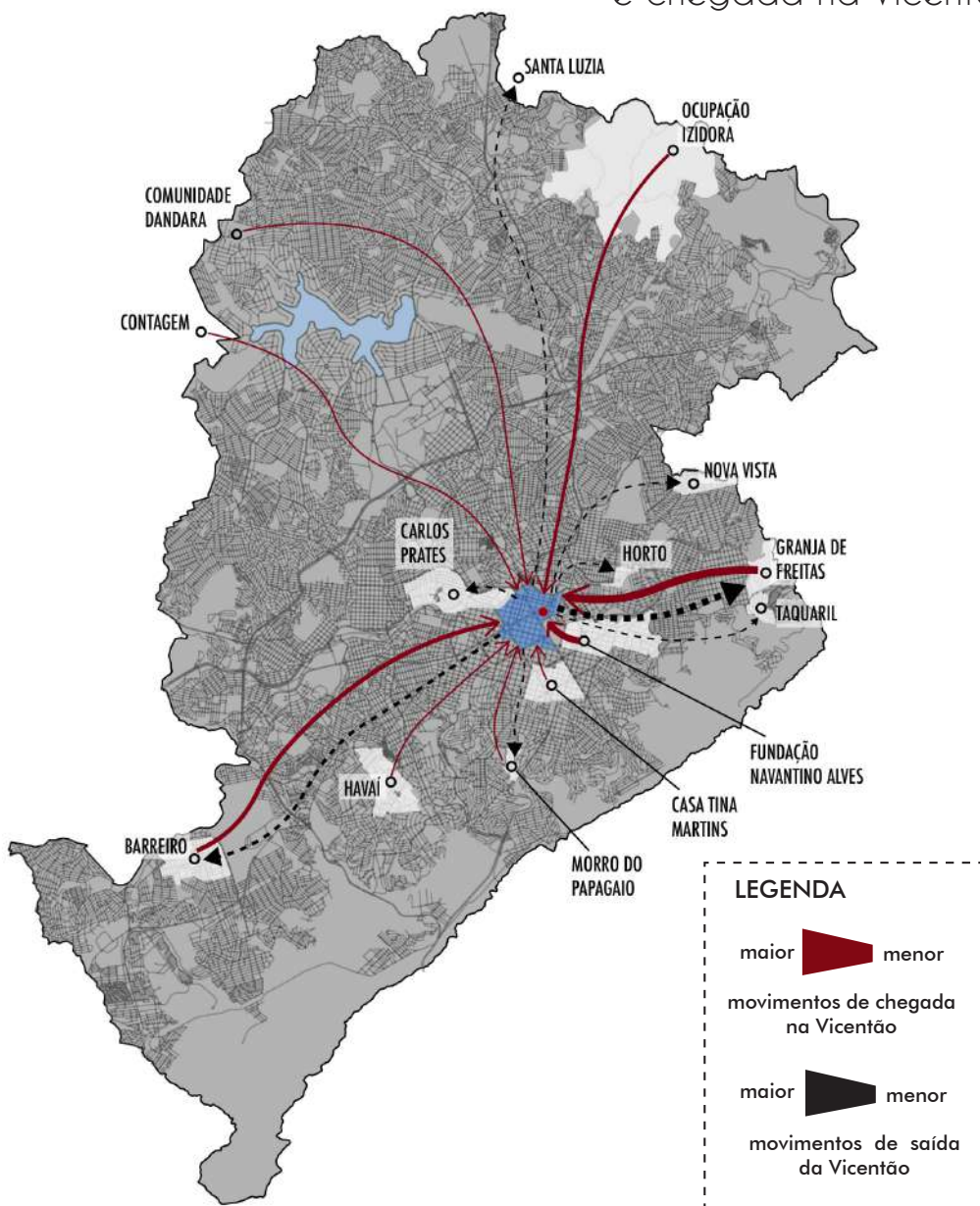
Aí começou uma chuva, nossa choveu demais nesse dia. E era de noite, e tava quase todo mundo lá em cima dormindo. A gente desceu com o rodo puxando água, e o povo xingando. Nossa senhora, ô gente, que noite terrível. Porque lá faltava um monte de cano, tinha uns canos de 100 que era de metal, aí os povo tinha arreventado tudo pra poder vender. E ficou aquele negócio sem cano, aí começou a chover e começou a sair água naqueles trem. [...] Molhou muita coisa, e o povo ficou bravo demais, e xingava (Moradora 1, 27 de março de 2019).

Lá não tem ventilação nenhuma! Lá quando choveu, alagou. Aquilo não era digno. Eu luto por moradia digna! Aquilo não é dignidade (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

A procura por casas, apartamentos ou barracões para alugar não foi fácil: algumas exigências, como a necessidade de ter um fiador e o pagamento de cheque caução, além de valores que ultrapassavam o que receberiam de bolsa aluguel, se tornaram empecilhos para esse processo. Alguns moradores conseguiram alugar casas em bairros próximos ao Centro da cidade, como o Carlos Prates e o Nova Vista, fazendo um contrato direto com os proprietários. Enquanto outros foram para bairros mais distantes, como o Barreiro, Granja de Freitas e até outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Santa Luzia e Ibirité. O mapa ao lado ilustra os fluxos de origem e destino de parte das pessoas que moraram na Vicentão. Ainda que seja um levantamento qualitativo, uma vez que não consegui obter informações sobre todos os moradores, é interessante analisar esses fluxos. Grande parte das pessoas que foram para a Vicentão moravam no Barreiro ou no Granja de Freitas e muitas delas voltaram a morar nesses bairros, muitas vezes porque já possuíam um vínculo ali, o que facilitava o processo de aluguel. Já outras optaram por morar em bairros próximos ao Centro, muitas vezes pela proximidade do trabalho, no caso dos trabalhadores ambulantes.

Esse termo fez com que a gente se distanciasse uns dos outros. [...] E fica um termo meio complicado se por acaso de repente precisar reunir todos que era morador da ocupação pra fazer uma mobilização ou até mesmo um ato na prefeitura ou na cidade administrativa ou na assembleia legislativa. Porque é difícil reunir todo mundo [...] (Morador 1, 16 de maio de 2019).

## Movimentos de saída e chegada na Vicentão



Parte das famílias vinculadas à Associação Morada de Minas se mudou para um edifício na rua dos Guaicurus, que abrigava um antigo hotel de prostituição. A construção fica em cima de um estacionamento e dispõe de cerca de 12 quartos, os quais abrigaram as famílias. Os banheiros e a cozinha eram utilizados de forma coletiva. Com isso, a organização das famílias era semelhante a da ocupação, com divisão de tarefas, espaços individuais pequenos etc. O imóvel estava bem conservado, mas as condições de iluminação e ventilação dos quartos não eram boas. Outro ponto negativo era o valor do aluguel, maior do que o auxílio que estavam recebendo.

Apesar é igual a gente tava falando: saiu da ocupação para viver uma vida individual, todo mundo né. Mas diz que lá tá querendo manter quase que o mesmo ritmo de ocupação, acho que lá são 12 famílias parece que tem lá, mas disse que lá tá querendo manter: a compra dos mantimentos é coletiva, a cozinha é coletiva, ou seja, as pessoas não tão tendo aquela liberdade que teria se tivesse numa casa individual (Morador 2, 16 de maio de 2019).



Figura 83: Aspectos do edifício na Rua dos Guaicurus.

Fonte: Acervo da autora.

Em fevereiro, alguns dos antigos moradores da ocupação Cazu reocuparam o casarão e, com isso, cerca de doze pessoas que estavam na Vicentão decidiram se mudar para lá. A ocupação começou de forma espontânea, mas com a chegada dos moradores da Vicentão, propuseram uma organização no espaço, com o apoio das Brigadas Populares. Em março, fizemos uma visita ao casarão, para conversar com os moradores e avaliar sua estrutura e estado de conservação. Nos primeiros momentos, os moradores da Vicentão fizeram uma limpeza na casa e começaram a pensar em possíveis intervenções para melhorar sua estrutura.

Apartir dessa conversa com os moradores, percebemos que seria interessante fazer uma parceria com a disciplina de Assentamentos Precários durante o primeiro semestre de 2019, para viabilizar essas intervenções e pensar em estratégias para preservar a casa enquanto um patrimônio da cidade, impedindo intervenções da especulação imobiliária.

Os moradores estavam motivados com a proposta e, com o início das aulas, os estudantes começaram a fazer um levantamento arquitetônico da casa, como primeira etapa do trabalho. No dia 20 de março, os moradores foram surpreendidos com uma ação de reintegração de posse sem uma notificação prévia, que levou a um despejo feito pela Polícia Militar, sem nenhum tipo de assistência. Tínhamos ciência de que esse despejo poderia ocorrer novamente, mas não imaginávamos que seria da maneira como ocorreu. Com isso, parte das famílias foram morar provisoriamente em um abrigo e outra parte conseguiu alugar casas com o dinheiro da bolsa aluguel.

A Cazu foi despejada, e foi um despejo bem. Assim, nem chegou ordem de despejo, já chegou despejando sabe? Porque já tava entrando em negociação no Ministério Público, mas eles nem esperaram. Já chegaram e já mandaram todo mundo embora, debaixo de chuva... (Moradora 1, 27 de março de 2019).

Após o despejo, as Brigadas Populares postou em sua página do Facebook uma nota de indignação e repúdio à ação:

Nós, das Brigadas Populares e das demais organizações que assinam esta nota, manifestamos aqui a nossa indignação e o nosso repúdio à ação de reintegração de posse levada a cabo ontem (20/03), contra a Ocupação Cazu, localizada no bairro Funcionários em Belo Horizonte (MG). Sem nenhum tipo de assistência, suporte ou até mesmo o diálogo, pessoas que ali lutavam por moradia digna foram jogadas na rua de modo irresponsável e covarde. Nenhuma reunião prévia foi agendada, e a assistência social nem chegou a ser convocada. A Polícia Militar mais uma vez demonstra ao povo mineiro o quão vazia se tornou a sua instituição, servindo de forma parcial e lamentável aos empresários e tirando de forma truculenta o povo pobre de suas casas, e debaixo da chuva. É uma injustiça que clama aos céus! [...]



Figura 84: Ocupação e despejo na Cazu.

Fonte: Acervo da disciplina

É importante ressaltar que, no início de 2019, no mandato do governador Romeu Zema, a mesa de negociação com o Estado foi suspensa com o pretexto de que seria reformulada. Com isso, aconteceram alguns despejos na cidade sem negociação prévia. No mês de abril ocorreu uma audiência pública com o intuito de cobrar a retomada da Mesa estadual de diálogo. A audiência contou com a presença de deputados e vereadores, representantes da COHAB Minas, da Mesa de diálogo e do governo atual, além da Promotoria e Defensoria públicas e lideranças dos movimentos de luta pela moradia. Moradores de diversas ocupações da cidade se organizaram para participar da audiência, sendo que foi aberta a fala ao público após cada representante se manifestar.

Durante a fala das lideranças dos movimentos, foi enfatizada a importância das ocupações urbanas e da permanência da Mesa de diálogo para mediar diversos conflitos, ainda que sua estrutura fosse passível de críticas. Em alguns casos, a mesa foi importante para notificar alguns grupos de que poderiam sofrer ações judiciais. Uma das representantes do governo se manifestou, afirmando que a mesa seria restabelecida e que estavam sendo feitos estudos para o seu aprimoramento. No entanto, ela foi questionada quanto à participação popular nesse processo de reestruturação. Apesar de apresentar alguns impasses, a Mesa era um espaço importante para a mediação de conflitos fundiários, possibilitando a participação de grupos de sem-casa, moradores de ocupações e movimentos sociais.

## Situação atual das famílias

A partir de março, todas as famílias, exceto algumas vinculadas à Morada de Minas, se dispersaram para o aluguel individual. No fim do ano, foi feito um cadastro com todas as famílias que receberiam o auxílio para o aluguel e, com isso, o valor passou a ser transferido para a conta de cada entidade, que repassa para as famílias. Neste ano, o auxílio está sendo pago pela massa falida do edifício e no ano seguinte será pago pela COHAB. Quanto ao valor do aluguel pago pelas famílias, algumas estão pagando um valor superior ao que recebem de auxílio. Uma das moradoras entrevistadas alugou um apartamento no bairro Granja de Freitas e está pagando 600 reais, além do valor das contas de água e luz.

Porque o dinheiro é quinhentos reais, tem gente que fala assim ó: “ah, mas quinhentos reais num é nada”. Mas quinhentos reais, pra quem num tem nada, é tudo! Porque quinhentos reais dá pra você, dá pra cuidar de uma criança muito bem. Porque eu consigo sobreviver com um salário mínimo e cinco meninos! Tem que dar uma rebolada, né? Mas a gente consegue (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

As Brigadas Populares e a Intersindical têm organizado reuniões mensais com as famílias para a assinatura dos recibos e o repasse de algumas informações. Em abril, participei de uma das reuniões no Centro de Referência da Juventude e nela foi reforçado a necessidade das famílias se manterem articuladas, uma vez que estavam numa situação provisória de aluguel e havia um receio de que o acordo não fosse cumprido até o fim. No entanto, não têm sido feitas ações concretas para essa mobilização e o fato das pessoas terem se dispersado por diferentes bairros da cidade também dificulta essa articulação.



Mantém, a gente tem reunião uma vez por mês pra poder assinar né os negócio e pra fazer os repasses. E tem o grupo também, que mantém o grupo das brigadas e da Intersindical. E quando eu fui lá no CRJ (Centro de Referência da Juventude), e é sempre no sábado. Aí a gente vai e os 3 falam o que tem que falar e a gente assina o recibo e vem embora. Mas tem o grupo no whatsapp, que eles tá sempre informando alguma coisa, tá sempre fazendo algum repasse (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

Então se a gente não manter a unidade o advogado sozinho não vai lá representar. O que vai fazer a diferença que eu falei é a luta, é a mobilização. Sem mobilização a gente pode dar por perdido (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

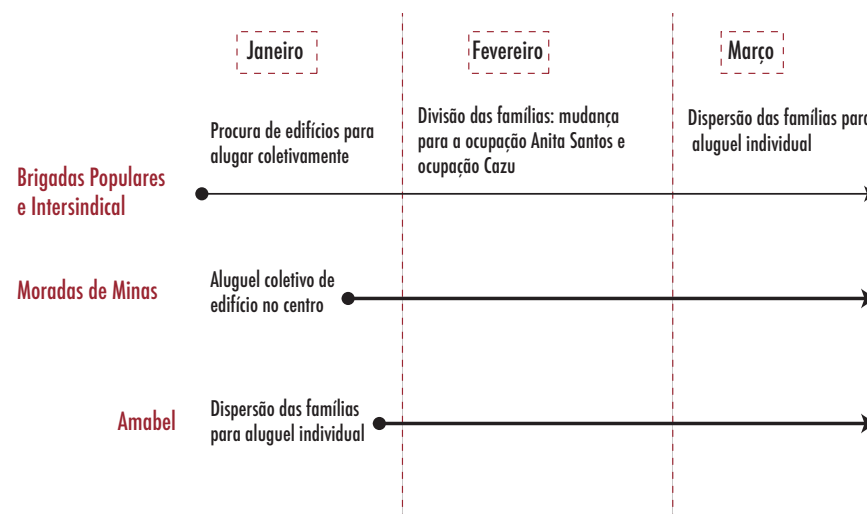
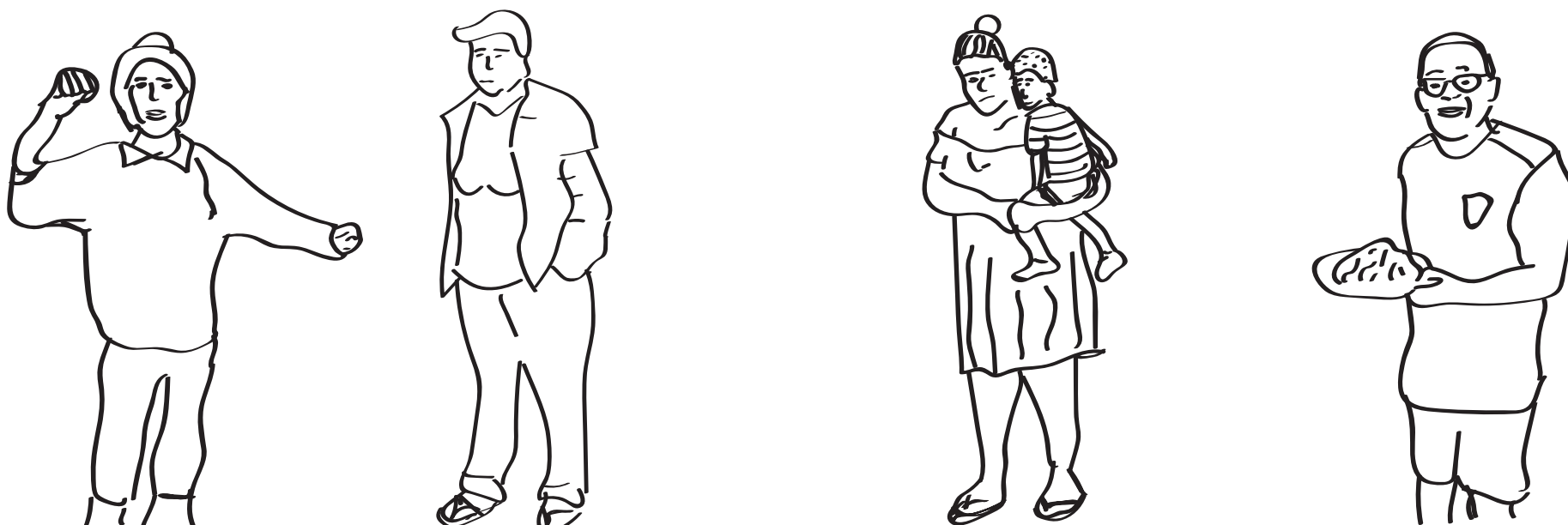


Figura 85: Linha do tempo com os rumos dos moradores.

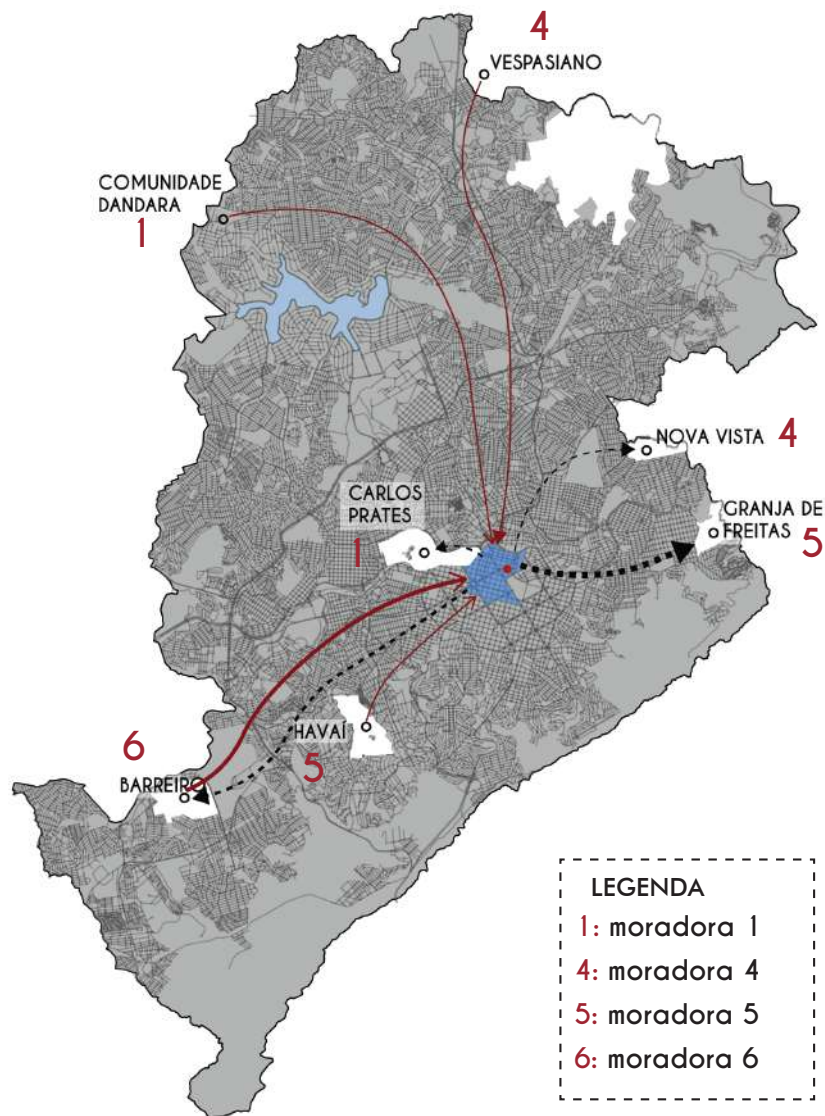
Fonte: Produzido pela autora.



## 10. O PROCESSO DA VICENTÃO: AS APRENDIZAGENS



## ORIGEM E DESTINO DOS MORADORES ENTREVISTADOS



Comunidade Dandara

↓  
 Ocupação Vicentão



Aluguel: R\$450



Bairro Carlos Prates

Vespasiano

↓  
 Ocupação Vicentão



Bairro Nova Vista

Figura 86: Aspectos da moradia - Moradora 1.

Figura 87: Aspectos da moradia - Moradora 4.

Fonte: Arquivo da autora.

Bairro Havai  
↓  
Ocupação Vicentão



Aluguel: R\$650

### Moradora 5



Granja de Freitas

Barreiro  
↓  
Ocupação Vicentão



Aluguel: R\$450

### Moradora 6



Barreiro

Com o intuito de discutir junto com os moradores sobre como foi o ano de ocupação na Vicentão, decidi prosseguir com as entrevistas e acompanhar os rumos de alguns deles. Desde o início do trabalho tive um contato maior com os moradores vinculados às Brigadas Populares e à Intersindical e, por conta disso, a maioria dos entrevistados pertenciam a esses movimentos. Penso que em outro momento seria interessante contrapor essas falas com as dos moradores pertencentes aos demais movimentos, mas no âmbito do trabalho não foi possível, uma vez que priorizei as pessoas com as quais já havia estabelecido uma relação e, após a saída das famílias do edifício, tornou-se difícil estabelecer contato com os moradores.

No mês de maio, apresentei junto com a Gisele parte desse processo no ENANPUR (Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), que aconteceu em Natal. Apresentamos o trabalho na sessão temática “Extensão universitária e direito à cidade”, na qual discutimos sobre os desafios e estratégias utilizadas ao longo da assessoria na Vicentão, assim como seu desfecho. Ao final das apresentações, algumas pessoas fizeram comentários e perguntas sobre os trabalhos. Um comentário que se destacou foi o da Luciana Lago<sup>9</sup>, que tem trabalhado em algumas ocupações no Rio de Janeiro, junto com movimentos sociais. Luciana comentou que a situação da Vicentão é semelhante a de muitas ocupações, em que a ideia do “coletivo” muitas vezes é imposta pelos movimentos sociais, mas não é incorporada no cotidiano dos moradores.

<sup>9</sup> Luciana Corrêa do Lago é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ.

Figura 88: Aspectos da moradia - Moradora 5.

Figura 89: Aspectos da moradia - Moradora 6.

Fonte: Acervo da autora.

Nesse sentido, seria interessante discutir a temática da economia solidária, incorporando ao conceito de direito à cidade o direito ao trabalho, como maneira de gerar renda na ocupação. Esse ponto de vista sobre o coletivo nas ocupações será aprofundado adiante. Outro ponto abordado por Luciana, que se alinha ao que tenho feito nesse último semestre, foi a importância de acompanhar as aprendizagens desse processo junto com os moradores, porque ainda que aparentemente tenha sido uma experiência que não deu certo, a partir dela podemos levantar diversas reflexões e questionamentos que levem a uma nova prática.

Durante esse um ano e meio acompanhando a Vicentão, discutindo nas orientações e com os moradores, foi possível refletir sobre alguns aspectos desse processo e suas contradições e, com isso, construir críticas e questionamentos. Uma ocupação urbana não representa um ato isolado, uma vez que está inserida numa rede complexa, na qual estão envolvidos diferentes sujeitos. No caso da Vicentão, estiveram envolvidos moradores e militantes de movimentos sociais, apoiadores externos, estudantes e professores, agentes do Estado e os proprietários do edifício. Com interesses distintos, cada um influenciou de alguma maneira a ocupação, inclusive para o seu desfecho.

Comecei o trabalho com o intuito de acompanhar o ritmo da Vicentão, sem a intenção de propor um produto final ou um projeto de reabilitação do edifício. Com o tempo, notamos que talvez apenas uma parte dos moradores pretendiam permanecer no edifício e que alguns estavam ali por outras motivações.

Quando foi firmado o acordo com a COHAB e a massa falida do edifício, assim como quando as famílias começaram a deixar o prédio, considerei que essa experiência tinha dado errado por diversos fatores e a partir das entrevistas e das observações que fizemos ao longo de 2018 e 2019, proponho aqui algumas reflexões e apontamentos sobre esse processo.

Em Belo Horizonte existem poucas iniciativas de reabilitação de edifícios vazios no Centro: um exemplo é a experiência da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, cujo edifício será reformado com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Com exceção desse caso, o Estado tem se isentado de promover políticas voltadas à destinação de imóveis vazios para habitação popular, dando preferência à construção de conjuntos habitacionais em bairros periféricos da cidade.

O poder judiciário também tem negligenciado alguns direitos previstos na Constituição, na medida em que privilegia o direito absoluto à propriedade em detrimento do direito à moradia. Diante disso, as ocupações verticais chamam a atenção, tanto do poder público, como da sociedade em geral, para a situação das pessoas sem-casa, bem como da existência de imóveis vazios na cidade que não estão cumprindo sua função social.

Olha quanto que aquele prédio ainda deve. Eles recuperaram o prédio, mas e a dívida deles? Foi paga, camarada? E pra essas famílias? Tão com bolsa-aluguel graças a Deus. É um passo. Mas não é uma vitória. Uma vitória é eles com a moradia deles. Pra pisar o pé e falar: “é meu” (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Nesse sentido, quando um acordo como o articulado para a ocupação Vicentão é firmado, o Estado está atuando de maneira tímida na questão da moradia, visto que propõe uma solução temporária para as famílias. Tal acordo de auxílio aluguel, articulado por parte dos núcleos de moradia com o então presidente da COHAB, não era almejado pelos demais núcleos, que tinham como objetivo permanecer resistindo no prédio ou em outro edifício no Centro da cidade, mantendo assim as famílias reunidas. Além disso, a manutenção do acordo é incerta, bem como o assentamento das famílias nos terrenos da regularização fundiária. Essa situação de incerteza quanto ao assentamento das famílias é mencionada por um dos entrevistados:

Para você fazer um lugar mais ou menos para você morar leva um certo tempo. Por exemplo, se daqui um ano, sei lá, um ano e seis meses de aluguel social decidir o lugar pra gente ficar. A gente vai ter mais seis meses de aluguel ainda, pago pelo Estado, para que a gente possa no lugar que vai ser reassentado, construir um lugar para gente sair do aluguel e já ir direto para lá. Porque assim, venceu os dois anos, aí vai esperar sair o terreno, aí como que você vai sair de onde você tava morando, que aí vai vencer os dois anos e você ter que pagar o aluguel do seu bolso e ter que construir ainda, pra depois ir morar? É meio complicado (Morador 2, 16 de maio de 2019).

O acordo foi assinado em dezembro pelo presidente da COHAB e, com isso, a partir de janeiro, as famílias começaram a sair do edifício, sendo que a maioria alugou casas individualmente. Na prática, essa mudança representou um despejo dessas famílias do Centro da cidade e uma desarticulação dessas enquanto um grupo organizado, indo contra as reivindicações da Vicentão, do direito à moradia associado ao direito ao trabalho e à cidade.

Eu sinto agora mesmo com essa bolsa aluguel, que foi uma forma diferente de despejar a gente sabe? De tirar a gente do centro assim. A gente ficou tentando alugar outro prédio, mas a gente não conseguiu, acabou que dispersou, cada um foi pra um lugar diferente, acabou que foi um despejo mesmo. Agora até conseguir reunir todo mundo de novo, acho meio difícil, meio impossível assim (Moradora 1, 27 de março de 2019).

No entanto, existem algumas contradições no acordo, que foram expressas durante as entrevistas. Se por um lado o valor do auxílio não era suficiente para o aluguel de imóveis na região central, por outro, muitas das famílias não tinham a intenção de morar no Centro. Isso foi mencionado por algumas moradoras, que voltaram a morar nos bairros de origem, seja pela facilidade de alugar uma casa ou pelos vínculos estabelecidos com a vizinhança. No entanto, essa mudança do Centro para a periferia implicou na demissão de uma das moradoras, que antes trabalhava ao lado da Vicentão.

“Cês tem que dá opção pra pessoa. Você quer ficar no centro, então fica. Boa sorte procê.” Igual falava lá: “não, a gente quer ficar no centro!”. Eu falei assim, ó: “eu não sou camelô, eu num quero ficar no centro. Vou ficar no centro fazendo o quê? Ficar presa dentro de casa, com esse barulho de ônibus na minha cabeça? [...] eu quero ir pra bairro, eu quero ir pra outro lugar, menos o centro”. Aí as menina, assim: “não, mas o centro é mais confortável, que num sei o que, você nem precisa pagar passagem pra sair de casa”. Falei assim: “é, mas em compensação, se você for visitar seus parente lá, você precisa pagar passagem. Dá a mesma coisa”. Então, falei com ela assim: “tem bairro também que você nem precisa ir no centro, que o bairro já é um centro, né?” (Moradora 5, 09 de abril de 2019).

## Desafios de uma ocupação vertical

Uma ocupação vertical se distingue de uma ocupação horizontal em alguns aspectos, o que exige diferentes estratégias para se pensar na moradia. Uma das moradoras entrevistadas morou na ocupação Dandara<sup>10</sup> durante nove anos e depois se mudou para a Vicentão. Nas entrevistas, ela faz uma comparação entre os dois tipos de ocupação, expondo alguns elementos importantes para a discussão. Numa ocupação horizontal, inicialmente, as pessoas passam um tempo morando sem infraestrutura básica: vivem em barracas provisórias de lona, sem acesso à água e energia elétrica, até que começam a construir suas casas. Geralmente as pessoas se mantêm mobilizadas até o momento em que terminam essa construção e, com isso, a possibilidade de acontecer um despejo é reduzida, ainda que tenha ocorrido em alguns casos. Já nas ocupações verticais, dado que os edifícios dispõem dessa infraestrutura básica, há uma hipótese de que as pessoas têm uma disposição menor para resistir à uma repressão ou despejo, porque a princípio não investem muito na construção do espaço (LOURENÇO, 2014, p. 28).

---

<sup>10</sup> A ocupação Dandara surgiu em 2009, quando cerca de mil famílias, organizadas pelas Brigadas Populares, ocuparam um terreno improdutivo no bairro Céu Azul, em Belo Horizonte.

Na Dandara nós ficamos na barraca um tempão. Nossa foi muito tempo, tipo um ano. Porque lá foi muito complicado pra construir no começo. No começo o pessoal ia num depósito, comprava um tijolo, enfiava dentro da bolsa e ia carregando o tijolo assim porque a polícia não deixava entrar. [...] Foi bem tenso assim. E quando chovia, barraca, nossa. Inundava de lama. E o frio, pelo amor de deus. Era difícil você conseguir pegar água para você beber, pra você cozinhar, banheiro. Aqui não, já tem uma estrutura toda (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).

Se fosse uma ocupação de terreno eu acho que as pessoas teriam se empenhado mais. Pelo fato de dizer o seguinte: terreno é um espaço livre. Você tem que construir parede, teto e um piso. O cara chegou lá dentro da ocupação, e já encontrou paredes, teto e piso pronto, ele vai acomodar. De uma certa forma sim, e aí muitos não interessou de: “não, vamo fazer isso aqui valer e efetivar uma moradia disso aqui.” Se bem que o prédio tinha alguns trem que era meio que complicado, mesmo vocês sendo arquiteto [...] Mas muita gente assim, não acreditava tanto igual alguns acreditava (Morador 2, 16 de maio de 2019).

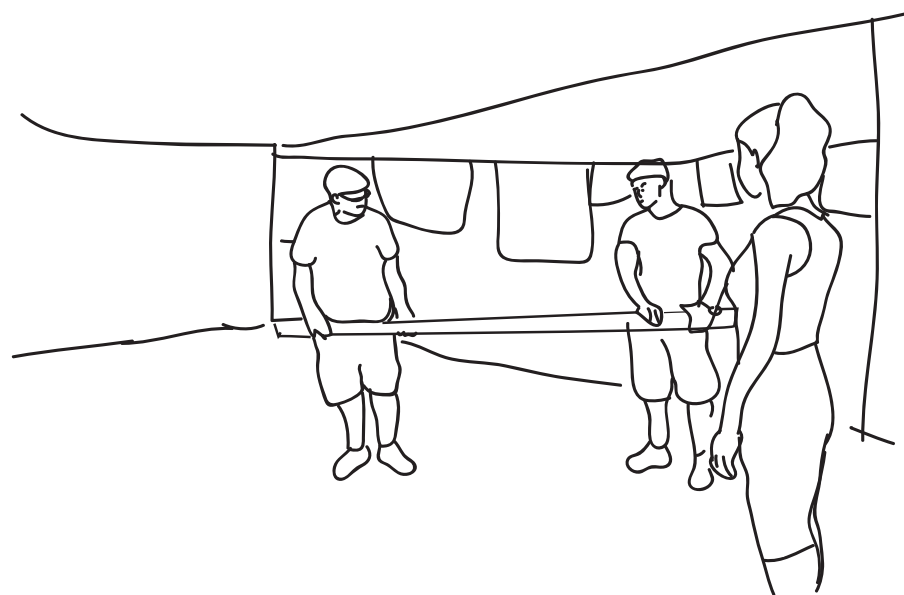
Outro ponto abordado é que apesar de existir uma precariedade nas ocupações em terrenos, à medida que as casas são construídas, as pessoas passam a ter maior privacidade na moradia, ainda que em alguns momentos a organização continue sendo coletiva. Já no caso dos edifícios ocupados, como destacado por uma moradora, as pessoas vivem de maneira coletiva por um tempo maior e os conflitos ficam mais expostos.

Isso é positivo no caso de alguma mulher ser agredida, por exemplo, visto que a punição é mais rápida, no entanto, nesse espaço os moradores não têm suas individualidades garantidas.

Um exemplo disto pode ser observado no espaço da Vicentão: as ações dos moradores, como conversas e discussões, eram compartilhadas nos andares, uma vez que as divisórias eram construídas com materiais provisórios, de menor espessura, sem um isolamento acústico adequado. Os banheiros e a cozinha também seriam compartilhados durante um tempo maior. Após a saída do edifício, durante as entrevistas alguns moradores comentaram que um ponto positivo dessa mudança foi o fato de recuperarem essa individualidade nas casas alugadas. Essas falas comunicam o que foi discutido acima:

Ai, tipo assim. Foi minha primeira vez numa ocupação vertical né? De prédio. Eu acho que dá mais conflito do que ocupação urbana. Acho que dá mais conflito, você convive muito mais com as pessoas, e aí aquilo dá muito mais pressão sabe? Ainda mais quem ficou como coordenador, você fica muito sugado, sobrecarregado das coisas. Fora as coisas da sua vida, e tem as coisas da ocupação também. Que toda hora um tá batendo na sua porta, por causa de briga, e uma coisa pequena vira uma coisa enorme e o povo não consegue conversar e se entender (Moradora 1, 27 de março de 2019).

E o ruim também que eu acho é muito barulho. Porque ainda não tem parede, pelo menos para abafar um pouco do som. [...] Eu acho que aqui no centro também, só pelo fato de você estar no centro, já é bem barulhento. Outra coisa que eu acho bom de ser prédio é que a gente já tem um teto, já tem um chão, você não tem que fazer barraca. Você tem mais acesso a água e luz (Moradora 1, 26 de setembro de 2018).





## Os discursos e contradições dos movimentos sociais

A atuação dos movimentos sociais não necessariamente contribui para a autonomia das famílias e isso foi observado no cotidiano da Vicentão, a partir de conversas com os moradores e da troca de experiências com estudantes que estão trabalhando em outras ocupações, como a Pátria Livre e a Carolina Maria de Jesus. É possível perceber que existem contradições entre o discurso dos militantes e a sua atuação prática. Nesse discurso é enfatizada a necessidade de construir uma resistência coletiva, que muitas vezes não é incorporada no espaço cotidiano, uma vez que há uma valorização da luta política externa, expressa em manifestações, negociações com o Estado etc. Lourenço (2014) explicita sobre essa contradição em sua dissertação:

Também os movimentos sociais priorizam a militância em fóruns externos, na perspectiva de que gerará efeitos mais abrangentes para as lutas políticas populares. Com isso, eles se mantêm distantes dos problemas cotidianos dos moradores e raramente percebem o quanto seus objetivos divergem dos anseios dessa população ou o quanto o compasso da militância diverge do tempo do cotidiano, com suas lentas mudanças (p. 86).

No caso da Vicentão, isso foi agravado a partir de uma divergência de atuação entre os núcleos de moradia, sendo que o discurso do trabalho coletivo não foi incorporado na mesma intensidade por todos os moradores. Essa divergência provém em parte da trajetória de cada movimento, que se relaciona com o projeto político proposto.

A AMABEL e a Moradas de Minas são núcleos de moradia que atuam em Belo Horizonte há cerca de 30 anos e, apesar de nos últimos anos terem participado da organização de algumas ocupações, ainda valorizam a conquista da moradia a partir de negociações com o poder público. A AMABEL atuou na produção de loteamentos populares associativos na década de 1980, quando pressionava a Prefeitura para desapropriar alguns terrenos e conseguia recursos federais e municipais, possibilitando a doação dos lotes aos moradores, bem como a compra dos materiais para construir as casas no regime de autoconstrução (CAMPOS, 2013, p. 30). Segundo Rebekah Campos (2013, p. 32), “a principal estratégia da associação era o acesso à moradia por meio da compra de terra (não por invasão ou por ocupação), em grandes glebas, para atender a muitas famílias em um mesmo empreendimento”. Durante a entrevista com um militante das Brigadas Populares, ele comenta sobre essa divergência entre os núcleos e as Brigadas:

Porque os núcleos também entraram numa lógica institucional, da disputa da política institucional. Desde a criação ali da política de habitação na década de 90. E aí pararam de fazer luta direta, ação direta. Então a gente sempre teve esse confronto entre os núcleos e as Brigadas, que meio que restaurou o ciclo de ocupações na cidade. E aí quando a gente começou a ocupar eles falaram isso: “ah não, vocês tão furando a fila da moradia, a fila da habitação.” E a prefeitura meio que se apropriava desse conflito e jogava povo contra povo: “Ó, a ocupação não é legítima, os núcleos é que são a política legítima”, e aí essa tensão tava dada (Militante 1, 23 de novembro de 2018).

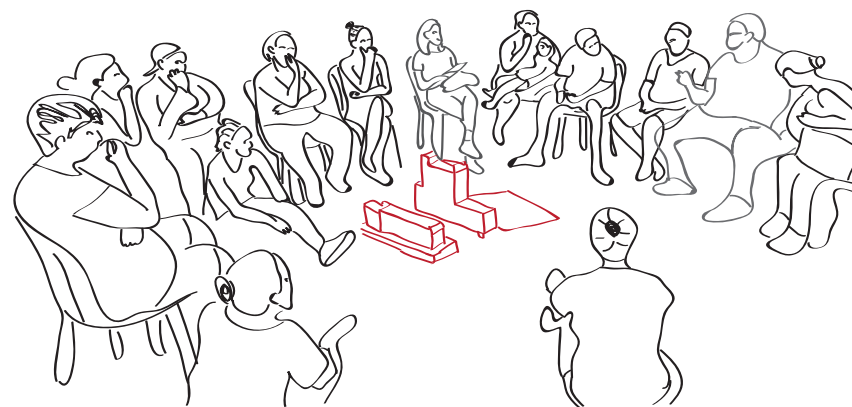
No contexto da Vicentão, esses núcleos não apresentavam uma contribuição significativa para a consolidação da moradia no prédio e isso ficou explícito nos últimos meses da ocupação, quando articularam o acordo com a COHAB, sem que fosse discutido com os demais movimentos. Essa situação revela que uma possível motivação para ocupar o prédio seria a possibilidade de negociar com o poder público, o que contrapõe o objetivo de promover uma resistência prolongada no edifício, em que muitas vezes se opera contra o Estado.

Cada movimento tinha seu jeito, tinha suas regras. [...] Então acho que ali começou a se perder, né? E foi se perdendo ali, por causa de quebras de acordo, né? E por fim algumas organizações, que eu vejo como no caso, as Brigadas, foi perdendo força, foi perdendo voz... Sabe? Porque não tava já nas mãos deles, assim, as coisas começaram a sair da linha quando essas, essas, forças passaram a ter objetivos diferentes, ou querer ser mais que o outro (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

A Intersindical não representa um movimento de luta por moradia, entretanto, no momento em que houve uma tentativa de expulsão dos trabalhadores ambulantes do Centro da cidade, o movimento se uniu às Brigadas, para incorporar a pauta dos ambulantes à ocupação. As Brigadas Populares têm uma atuação voltada para a consolidação da moradia no prédio e para isso buscam construir uma rede de apoio, composta por arquitetos, advogados, psicólogos, entre outros profissionais. Também promoveram eventos na Vicentão, como festas, aulas públicas, oficinas, entre outros. No entanto, essa atuação pode ser considerada contraditória também, por não se atentar às relações cotidianas da ocupação.

A partir das entrevistas, da observação do cotidiano na Vicentão e da participação em algumas assembleias, identificamos que tal contradição estava presente na atuação dos quatro movimentos.

Os militantes dos movimentos enfatizam com frequência a necessidade de uma organização coletiva nas ocupações, apesar de não articularem esse aspecto com os moradores. No caso da Vicentão, essa ideia do coletivo era expressa na participação em assembleias e manifestações políticas, bem como no cumprimento das escalas nas comissões definidas: cozinha coletiva, limpeza, creche, infraestrutura e segurança. Com o tempo, essa estrutura comunitária foi enfraquecida por diversas razões. Como exemplo, a cozinha coletiva que inicialmente funcionava no térreo foi implantada nos andares. Esse fator pode ser atribuído às necessidades individuais de cada família e à colaboração desigual nas tarefas pelos moradores.



Assim, porque teve coisa que eles colocavam que ficava muito pesado né? Igual, depois que a cozinha saiu do coletivo total de todo mundo, foi por andar assim e ficou muito puxado, porque cobrava bastante do gás, fora alimentação né? Aí tinha os que davam, tinha os que não davam. Aí ficava puxado pra quem não dava, que a gente tinha que dar mais. Aí com isso foi desgastando, as pessoas já não foi mais querendo participar, foi comprando as panelas elétricas. Igual eu fui a primeira a comprar panela elétrica para poder cozinhar minha própria comida. Aí foi desgastando, e aí com isso foi acabando, igual no coletivo geral. As coisas foi dando briga, gerando intriga, por uns fazer e outros não fazer. Uns ajudar e outros não ajudar, na compra dos alimentos, aí foi desgastando até acabar. Aí que acabou tudo. Aí o pessoal começou a sentir falta depois que acabou com os coletivo, e aí: ah, podia voltar como era antes, coletivão, todo mundo era mais unido” (Moradora 4, 29 de março de 2019).

Diante dessa situação, é importante discutir acerca da existência de individualidades entre esses grupos, o que não exclui a lógica da organização coletiva, na medida em que esses aspectos se relacionam de forma dialética e estão sempre em construção. No espaço da ocupação, a coletividade era estabelecida muitas vezes sem considerar as individualidades dos moradores e isso foi evidenciado com os conflitos que surgiram ao longo do tempo. Um caminho possível seria o balanceamento entre esses dois aspectos, ou seja, garantir a individualidade dos moradores, sem restringir o coletivo.

Porque viver em comunidade meu filho, em comunidade não, assim, todo mundo junto ali, né? É difícil. Em terreno lá eu acredito que seja mais fácil porque cada um se espalha, no seu pedacinho e se isola. Não é que se isola, mas que tem sua liberdade ali. Ali a gente vivia muito... como eu vou dizer? Privado de tudo, então, era tudo assim muito junto sabe? Sua parede era junto com a minha, isso quando tinha parede (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

As assembleias se constituem como espaços de discussão entre as lideranças e os moradores, a partir da exposição de conflitos, demandas cotidianas e da proposição de atividades, entre outros elementos importantes para a ocupação. O intuito das assembleias é garantir a participação de todos de maneira horizontal. Entretanto, isso não é observado na prática, uma vez que as reuniões são conduzidas pelas lideranças e os moradores não participam efetivamente de todas as discussões. Nessas assembleias, ao se levantarem questões, como no caso do acordo de bolsa aluguel, os movimentos comumente utilizam a lógica da votação como tentativa de solucionar as discordâncias. No entanto, apesar de resolver o problema momentaneamente, essa estratégia não conduz a uma discussão efetiva entre os moradores.

Outro indício de que os movimentos não se atentavam ao cotidiano da ocupação foi quando houve uma pressão por parte dos moradores para ocupar os demais andares e as lideranças se mostraram resistentes a essa mudança. Somado a essa situação, não havia uma definição da quantidade de famílias que iriam morar no prédio e, com o tempo, foram chegando mais famílias.

Nessa lógica, abrigar muitas famílias no prédio significaria impor maior pressão sobre o Estado, contudo, não garantia condições adequadas para a moradia, desconsiderando as demandas dos moradores. Diante desse conflito, vale lembrar que as lideranças não enfrentavam as dificuldades cotidianas daquele espaço e, dessa forma, era necessário considerar o que estava sendo expresso pelas famílias.

Numa ocupação você não tem o conforto da sua casa. Quando é em prédio você não pode ir lá construir o seu barraco e só, acabou. O banheiro era compartilhado, entendeu? Então não tinha descarga, então você tem que jogar água. [...] Mas você todo dia sentir aquilo, tá naquilo desgasta sabe? Acho que aconteceu isso também, é desgastante, é meu vizinho, é a criança que briga com o outro, aquela criança fez barulho, o vizinho achou ruim e veio falar e tal sabe? Então aquilo tudo vai sabe? Desgastando, e a gente ficou um ano sabe? (Moradora 6, 02 de abril de 2019).

Seguindo a lógica institucional, a garantia da moradia por meio da propriedade privada representa uma estratégia dos movimentos sociais para manter as famílias resistindo nas ocupações (LOURENÇO, 2014, p. 82). Na medida em que ela passa a ser priorizada, perde-se a oportunidade de pensar em outras lógicas de organização do espaço. Diante disso, um desafio seria ampliar o sentido da moradia a partir da esfera do cotidiano, pensando em modos para a auto-organização das pessoas.

Uma possibilidade para construir essa organização coletiva seria a partir da articulação da produção da moradia com o trabalho. No artigo publicado na edição brasileira do jornal *Le Monde Diplomatique*, Luciana Lago (2016) discute sobre algumas experiências dos movimentos sociais no campo da autogestão e do trabalho, a partir da formação de cooperativas de trabalho em setores como construção civil e gastronomia. A partir dessas estratégias, é possível garantir uma sustentabilidade financeira às famílias após a reabilitação dos edifícios. Ainda que essas experiências sejam exceções no campo das ocupações, servem como exemplo para se pensar na associação da luta pelo direito à cidade e a luta pelo direito ao trabalho digno e, com isso, segundo Lago (2016), “unir as esferas do trabalho e da reprodução da vida por meio das práticas cotidianas”. As Brigadas e a Intersindical traziam essa proposta quando falavam da luta dos trabalhadores ambulantes, mas isso não foi incorporado na Vicentão.

Além disso, a experiência prática do trabalho associado e dos princípios da autogestão é também uma experiência de politização, de tomada de consciência das formas de dominação na sociedade capitalista e das alternativas para a emancipação e para a elevação das condições de bem-estar urbano de todos os trabalhadores e suas famílias, de acordo com seus projetos e desejos (LAGO, 2016).

## As motivações para ocupar o edifício

É importante ressaltar que havia diferentes motivações para ocupar o edifício, expressas tanto pelos movimentos sociais, como pelos moradores que produziram o espaço da ocupação. Algumas perspectivas dos movimentos sociais foram abordadas no subcapítulo anterior. Quanto aos moradores, alguns incorporaram esses discursos, outros não, revelando alguns objetivos que se contrapunham com os desses movimentos. Sobre isso, Lourenço (2014) aponta:

Importa acentuar que, ao contrário do que as notícias na mídia ou uma observação à distância fazem parecer, as motivações para transformar a cidade mediante ocupações urbanas organizadas não provêm dos moradores dessas ocupações. Elas são fomentadas e postas em prática por sujeitos cuja posição social não é a mesma dos moradores. A distinção entre aquilo que move uns e outros é necessária para se analisar os conflitos nesse processo que é, ao mesmo tempo, cotidiano e político (p. 82).

A reflexão que proponho aqui parte de nossas observações durante as visitas na Vicentão e em outras ocupações centrais, como a Anita Santos e a Cazu, e para aprofundá-la seria interessante observar esse cotidiano a partir dessas diferentes trajetórias e entrevistar outros moradores também. A partir dessas vivências e das experiências acumuladas em outras ocupações na cidade, observamos que existe uma distinção entre as pessoas que participam de ocupações em terrenos na periferia e as que decidem ocupar um edifício no Centro da cidade.

Os moradores das ocupações horizontais têm uma concepção mais consolidada da moradia, tal como definida pelos técnicos, sendo esse pensamento semelhante, em certa medida, ao dos arquitetos. Essa concepção é incorporada por parte dos moradores das ocupações verticais, mas outra parte compreende e lida com a moradia de uma maneira diferente, o que foi sendo observado no cotidiano da Vicentão. Dessa forma, é possível afirmar que as pessoas que moravam no edifício não se constituíam enquanto um grupo homogêneo, visto que tinham diferentes trajetórias e experiências com a moradia.

Na Vicentão, parte dos moradores vieram de bairros periféricos da cidade, como o Barreiro, Granja de Freitas e até de outras ocupações, como a Dandara e a Izidora. Ainda que tenham algumas motivações para buscar a moradia no Centro, eles se assemelham aos moradores das ocupações horizontais. Desses moradores, alguns já tinham uma trajetória de luta pela moradia e outros passaram a ser militantes das Brigadas na Vicentão, assim, foram se formando a partir desses princípios e incorporando o discurso desses movimentos. Essas pessoas geralmente estavam engajadas nas atividades da ocupação, assim como da disciplina.

Outro público significativo nas ocupações centrais são as pessoas que têm uma relação mais próxima com a rua, seja a partir do trabalho, como os vendedores ambulantes e lavadores de carro, ou pela moradia, no caso das que estavam em situação de rua antes de ocuparem o prédio. A partir da experiência na Vicentão, observamos que esses moradores tinham uma relação diferente com a moradia, que pode ser investigada a partir da maneira que conviviam com rua, na medida em que ela passa a ser um espaço de permanência.

No cotidiano, os ambulantes passavam uma parte considerável do dia nas ruas do Centro e muitas vezes intercalavam o trabalho com momentos de descanso na ocupação. Alguns deles já moraram na rua e passaram por muitas situações de provisoriedade na moradia. Também observamos esse perfil na ocupação Cazu que, no caso, abrigava uma quantidade maior de pessoas em situação de rua e que muitas vezes revezavam entre dormir na ocupação e na rua.

Em conversa informal com uma moradora que vivia na periferia antes de ir para a Vicentão, ela comentou que parte dos moradores não pretendiam morar no edifício definitivamente e que o ideal seria conseguir um terreno ou um edifício já adaptado para habitação. Ao longo dos meses, alguns se articularam para fazer adaptações no edifício, como nas instalações elétricas, a execução dos furos na laje para passar o esgoto dos andares, a retirada do carpete, entre outras ações. Ao mesmo tempo, dividiram os andares a partir de espaços pequenos, deixando os corredores largos, para convivência com os vizinhos. Essa situação de provisoriedade na moradia não parecia ser um problema para parte dos moradores e isso foi expresso nas últimas reuniões que fizemos para discutir os apartamentos protótipos, visto que alguns não expressaram vontade de ampliar o espaço da moradia. O desmembramento da ocupação também revela que a moradia tinha um valor diferente do que tem para os arquitetos, na medida em que as lideranças, assim como os moradores, abriram mão do edifício de maneira rápida, sem se opor ao acordo, e se desvincularam dos espaços que haviam construído no edifício durante um ano.

A partir dessa discussão, podemos abordar alguns aspectos e contradições da assessoria técnica desenvolvida na Vicentão. É importante pensar em estratégias para lidar com grupos distintos na assessoria. Penso que não consideramos tanto essas diferenças no processo, dando ênfase àqueles que se assemelhavam ao nosso modo de pensar, como os moradores provenientes da periferia e os militantes. Entretanto, é necessário assumir e compreender essas distinções e considerar as diferentes concepções da moradia e, com isso, propor táticas mais adequadas a essa realidade, diferentes das utilizadas nas ocupações horizontais.



## O edifício da Vicentão

O edifício da Vicentão foi indicado no Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte<sup>11</sup> como um vazio possível de ser adaptado para habitação de interesse social. No entanto, ao analisar suas características, observamos que essa adaptação não seria fácil e, inclusive, representou um desafio para consolidar a moradia no prédio. O edifício não apresentava uma configuração favorável, dispo de andares extensos, sem aberturas nas fachadas laterais, o que comprometia a ventilação e iluminação desses. Além disso, seria necessário refazer parte das instalações hidráulicas e elétricas, para a implantação dos banheiros e cozinhas nas unidades habitacionais.

Nesse sentido, a transformação do edifício era complexa e se estenderia por muitos anos, demandando um aporte financeiro que os movimentos não dispunham no momento, visto não poderiam contar, a princípio, com o apoio do poder público para o financiamento de um projeto de reforma do prédio. Para essa adaptação também seria necessário o acompanhamento técnico de profissionais de diferentes áreas de atuação, como engenheiros civis e outros. Isso fez com que fossem tomadas decisões conservadoras em relação à estrutura do prédio, de forma que não colocassem em risco as pessoas que ali viviam. Entretanto, o processo de adaptação do prédio se deu por meio da autoconstrução, com poucos recursos disponíveis: os moradores foram construindo as divisórias utilizando os materiais disponíveis no prédio e restauraram parte das instalações elétricas e hidráulicas, entre outras modificações para melhorar a qualidade da moradia no edifício.

---

<sup>11</sup> O Plano de Reabilitação do Hipercentro foi desenvolvido em 2007 pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e com consultoria da empresa Práxis, com o intuito de apresentar propostas de planejamento, desenho urbano e paisagismo para a região.

## Os desafios e contradições da assessoria técnica

Em Belo Horizonte, a experiência de assessoria técnica nas ocupações verticais é recente e demanda uma atuação distinta da que ocorre nas ocupações horizontais, diante do desafio de ocupar um edifício e mobilizar os sujeitos envolvidos no processo. Desse modo, é importante discutir as estratégias utilizadas pela assessoria na Vicentão, bem como algumas contradições e desafios que enfrentamos ao longo desse processo, para se pensar em possibilidades para a atuação em ocupações futuras.

Ao longo do ano, as ações da assessoria ocorreram de modo a atender diferentes interesses e demandas, algumas provenientes dos movimentos sociais, outras dos moradores e das atividades acadêmicas também. Dessa forma, um dos principais desafios do processo foi lidar com o tempo e os diferentes interesses dos sujeitos envolvidos na ocupação.

No caso da Vicentão, a assessoria esteve diretamente ligada às atividades da disciplina de Assentamentos Precários, o que apresentou algumas limitações, na medida em que demanda um cronograma definido com atividades que nem sempre se alinham com o tempo da ocupação, mas que provocam impactos no espaço ocupado.

Na medida em que a disciplina é concluída, é necessário pensar em estratégias para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, acompanhando o processo da ocupação. Um exemplo dessa continuidade aconteceu durante o segundo semestre, quando os levantamentos foram feitos com base no material produzido pela turma do primeiro semestre e dessa forma foi possível aprofundar em outros aspectos do edifício, assim como nas estratégias utilizadas pelos moradores na apropriação dos andares.

Um exemplo dessa continuidade aconteceu durante o segundo semestre, quando os levantamentos foram feitos com base no material produzido pela turma do primeiro semestre e dessa forma foi possível aprofundar em outros aspectos do edifício, assim como nas estratégias utilizadas pelos moradores na apropriação dos andares. Para além da disciplina, seria importante ampliar a assessoria para acompanhar alguns elementos importantes do edifício, como os de sua mesoestrutura<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O professor Edézio Teixeira de Carvalho aborda no livro *Geologia Urbana para Todos* o conceito da cidade geossuportada, compreendendo-a por meio da interação entre três sistemas urbanos: infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura. Nesse sentido, a mesoestrutura corresponde ao conjunto de sistemas que proporciona condições de funcionamento à superestrutura (CARVALHO, 2001, p. 19).

## A produção do espaço: entre o projeto e os processos

No cotidiano das ocupações, existe uma precariedade tanto no espaço construído como nas condições de vida dos moradores que, em meio à luta pela moradia, enfrentam outros desafios. Com isso, é necessário, na assessoria, lidar com imprevistos que surgirão com o tempo, bem como com as demandas urgentes, que se sobrepõem às outras. Na Vicentão, essas demandas eram expostas pelos moradores no cotidiano, como a busca por um trabalho ou para permanecer trabalhando na rua, a preocupação com o sustento dos filhos, entre outras demandas.

O projeto é valorizado no campo da arquitetura, mas nem sempre é essencial no espaço produzido cotidianamente, na medida em que as pessoas não estão acostumadas a construir nessa lógica de possibilidades abstratas mas, ao contrário, o processo de construção se entende por muito tempo e ocorre gradativamente, sendo pautado por necessidades e urgências. SOUZA (2011, p.129, apud LOURENÇO, 2014, p.157) Diante da diversidade dos moradores da Vicentão, poderíamos repensar as estratégias utilizadas nas oficinas com os moradores: enquanto nos preocupamos em projetar e definir os espaços de cada andar, os moradores estavam se apropriando dos andares com uma lógica diferente, incorporando alguns elementos do cotidiano, como a rua. Dessa forma, seria importante avaliar essas concepções, que se distinguem da lógica do projeto, e incorporá-las nas discussões com os moradores.



Mas um problema ainda mais fundamental está na própria decisão de pensar as ocupações urbanas como projetos. A lógica de projeto passa pelo desenho do espaço e não pela sua experiência, numa perspectiva de planejar para depois ocupar; a lógica do uso do espaço, pelo contrário, se dá por eventos, numa dinâmica de que nenhum projeto dá conta (Baltazar dos Santos, 2009, p. 19-26). Como a concepção do projeto não parte da experiência, mas de um objeto pronto para ser consumido, ela necessariamente restringe as possibilidades dessa experiência. Ao criar determinadas soluções, criamos também obstáculos a outras que pudessem ocorrer ali (LOURENÇO, 2014, p. 156).

Em vista disso, penso que a crítica feita aos movimentos sociais, de que não se atentam ao cotidiano dos moradores, se aplica também à assessoria técnica, visto que não nos aproximamos desse cotidiano e trabalhamos em certo momento com a lógica das instituições. É importante considerar que não moraríamos no prédio e, portanto, seria mais interessante mediar as discussões sobre o espaço, incentivando o surgimento de dissensos, de forma que os moradores tivessem autonomia para decidir sobre o espaço. Outro ponto essencial é assumir que temos trajetórias distintas dos moradores.

Heteronomia semelhante está também no fato de os projetos serem concebidos por pessoas que não irão habitar o espaço projetado e nem construí-los. Aqueles que o farão são tratados pela tradição do campo arquitetônico como usuários, não como sujeitos ativos na produção do espaço. Supostamente projetados para eles, tais espaços proporcionam poucas possibilidades de apropriação (LOURENÇO, 2014, p. 35).

No caso da Vicentão, se os moradores estavam propondo uma organização dos andares distinta dos projetos resultantes das oficinas, como poderíamos contribuir com o nosso conhecimento, para além das atividades da disciplina? Uma possibilidade seria ampliar o repertório de soluções construtivas para as divisórias e para as aberturas nas fachadas. Além disso, uma abordagem mais técnica poderia ser interessante, pensando em possibilidades para restabelecer a rede de esgoto e água, por exemplo.

Retomando a discussão sobre as oficinas, para além das plantas que foram geradas, podemos refletir sobre os dispositivos que utilizamos também. A maquete manipulável, se fosse incorporada nas primeiras oficinas, nas quais parte dos moradores estavam interessados em discutir sobre os andares, poderiam ter tido um uso diferente. Do contrário, observamos que ela não foi muito utilizada pelos moradores: foi manipulada em alguns momentos por moradores do segundo, quarto e sétimo andares e nas reuniões dos estudantes junto com os moradores. Penso que mesmo apresentando elementos como os móveis tridimensionais, que davam noção do tamanho dos espaços, essa maneira de representar o espaço ainda era muito abstrata para muitos, e ainda está associada à lógica dos arquitetos.

Outra possibilidade seria uma assessoria técnica que reconhece o potencial do grupo e tenta encontrar meios para apoiar e ampliar as iniciativas, trazer os conflitos à tona, facilitar negociações, prover informações técnicas, fomentar a melhor compreensão dos efeitos das diversas mudanças imaginadas. Se o grupo chegar à conclusão de que precisa de projetos para resolver certas questões, a assessoria os fará com a devida expertise. Entretanto, sua principal tarefa não é desenhar [...] e sim criar interfaces para que o grupo continue produzindo o espaço que o constitui como grupo e para que seja capaz de fazer isso melhor que antes. A meta não é um objeto arquitetônico íntegro e sim um grupo sócio-espacial ativo (KAPP, 2018, p. 233).

Ao longo das atividades da disciplina, observamos que os moradores não se engajaram tanto nas discussões: nas primeiras oficinas apenas algumas pessoas expunham suas opiniões, e geralmente estas eram lideranças ou moradores que já tinham o costume de se expressar. A partir das entrevistas, percebi que uma parte das pessoas que habitavam o edifício não acreditavam que seria possível consolidar a moradia ali ou não pretendiam morar no edifício. Por outro lado, alguns moradores participaram de todas as discussões e, no caso do 5º andar, algumas moradoras realizaram pesquisas sobre materiais alternativos para as divisórias, como o uso do bloco Sical. Houve ainda um morador que avaliou a possibilidade de utilização de uma estrutura de paletes para a construção do mezanino.

Diante dessa situação, na qual um grupo muitas vezes tomava decisões por todos, podemos pensar em algumas estratégias de mobilização sócio-espacial que poderiam ir além do projeto, de forma a fortalecer as relações entre os grupos envolvidos com a ocupação, bem como evitar criar relações de dependência.

## Algumas considerações

Este trabalho é fruto do acompanhamento e participação das ações da assessoria técnica na ocupação Vicentão, bem como do seu cotidiano, a partir de visitas e entrevistas exploratórias com alguns moradores. Com isso, durante esse tempo foi possível observar as diferentes fases desse processo na ocupação: no início, quando os moradores ocupavam somente os primeiros andares e havia maior mobilização coletiva; no meio do ano, quando começaram a dividir os andares, e alguns espaços de uso comum deixaram de funcionar; e o fim da ocupação, a partir da articulação de um acordo junto ao Governo Estadual.

A partir desses acontecimentos, busquei sistematizar esse processo, relatando as ações da assessoria técnica, vinculada à disciplina de Assentamentos Precários, e a produção do espaço ocupado no cotidiano, apresentando os desafios enfrentados, assim como os conflitos que surgiram ao longo do tempo. As entrevistas que fiz durante os dois momentos da ocupação foram essenciais para essa narrativa, na medida em que revelaram diferentes aspectos da ocupação, na perspectiva dos moradores. Diante da possibilidade de analisar as entrevistas a partir de diferentes temáticas, resolvi dar uma destaque àquelas relacionadas às transformações do espaço da ocupação e os conflitos que foram surgindo, assim como as contradições desse processo. Portanto, a escrita deste relato foi desafiadora, dada a complexidade da ocupação, que envolve grupos com trajetórias e pensamentos distintos, que se contrapõem no espaço ocupado.

Dessa forma, não pretendo propor uma conclusão para esse processo, visto que ele ainda está em construção, apesar do desfecho da Vicentão. Penso que o entendimento de alguns aspectos dessa experiência ocorre com o tempo, a partir de novas discussões e da incorporação de outros elementos, tanto a partir da nossa perspectiva, enquanto estudantes e arquitetos, como dos moradores e dos movimentos sociais. Nesse sentido, importa mais levantar algumas questões desse processo, que se dá tanto dentro da esfera cotidiana, como da esfera política.

Ao avaliar essa experiência na Vicentão, observamos que existe uma contradição na atuação dos movimentos sociais e dos arquitetos, que se contrapõe no discurso e na prática. Essa atuação se assemelha na medida em que os dois grupos se mantêm distantes do cotidiano das ocupações, passando a valorizar a conquista de direitos a partir de instituições como o Estado. No entanto, quanto aos arquitetos, ao mesmo tempo em que se mantêm distantes desse cotidiano, acabam por influenciá-lo a partir de algumas práticas. Diferente de profissionais de outras áreas do conhecimento, que também atuam nas ocupações, a prática dos arquitetos implica em impactos concretos no espaço. Exemplo disso foi a apropriação dos andares para moradia no edifício da Vicentão, que foi influenciada por nós, após algumas ações da disciplina, como os mutirões e as oficinas para pensar nas unidades habitacionais. No caso das oficinas, ainda que os moradores não tenham dividido os andares conforme o que havia sido expresso nas discussões, observamos que incorporaram alguns elementos dos projetos, como a configuração dos andares a partir do corredor central. Com isso, de certa maneira determinamos como o espaço seria produzido, o que pode ter inibido o surgimento de outras possibilidades para organizá-lo.

Diante disso, seria interessante subverter essa lógica, que confere aos arquitetos a tomada de decisão sobre o espaço, e propor um desvio do projeto, a partir de outras práticas que valorizem mais o processo.

A figura do arquiteto, assim, passa a mediar as discussões sobre o espaço, pensando em estratégias para mobilizar os grupos envolvidos, e na proposição de dispositivos para a discussão. Nesse sentido, é importante que, para além dessas práticas, os indivíduos consigam se auto-organizar e articular suas demandas, tanto coletivas como individuais, de maneira equilibrada.

Um caminho possível para avançar em algumas das contradições de nossa prática, seria assumir as diferenças dos grupos envolvidos na produção do espaço, uma vez que possuem motivações, trajetórias e tempos distintos. Na experiência da Vicentão, além de assumir essa diferença, é importante aprofundar na diversidade entre os moradores, que tiveram experiências distintas de moradia anteriores à ocupação do edifício.

A partir da construção deste trabalho, penso que seria interessante propor uma discussão com os moradores e militantes dos movimentos sociais, para avaliar esse processo da ocupação e suas contradições, bem como os impactos do acordo articulado junto ao Estado, uma vez que a possibilidade de assentamento das famílias em terrenos é incerta. Durante as entrevistas, um dos moradores se interessou em propor essa conversa com algumas famílias, e a partir disso tentei articular um encontro com famílias do mesmo bairro, como o Barreiro ou o Granja de Freitas. No entanto, não foi possível fazê-lo antes de finalizar este trabalho, visto que ainda não conseguimos conciliar um dia para isso, e as famílias apresentam outras demandas ao longo da semana. Tendo em vista a situação atual das famílias e os desdobramentos desse acordo daqui a dois anos, iniciar essas conversas pode ser um caminho para mobilizar esses grupos, a fim de que consigam se articular e reivindicar o acesso à moradia, por exemplo.

### 13. Referências Bibliográficas

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. v. 1.

BASTOS, Camila Diniz et al. Entre o Espaço abstrato e o Espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 19, n. 2, p. 251-266, 2017. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513954272004.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BITTENCOURT, Rafael Reis. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

BRIGADAS POPULARES. Brigadas Populares. 2018. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

CAMPOS, Rebekah. O Outro Loteador Popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggli Bernareggi. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. 194 f.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. Geologia Urbana para Todos: uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999. 176 p.

FUJII, Nicolý. Ocupando vazios urbanos: a Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 208 f.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil - 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

INTERSINDICAL. Intersindical - Central da Classe Trabalhadora. 2018. Disponível em: <<https://www.intersindicalcentral.com.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas. Tradução do Grupo MOM. Field: a free journal for architecture, v. 2, n. 1, 2008, p. 7-30.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 2, 2018.

LAGO, Luciana. Autogestão habitacional e a politização das práticas econômicas populares. Le Monde diplomatique Brasil, 2016. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/autogestao-habitacional-e-a-politizacao-das-praticas-economicas-populares/>>. Acesso em: jun. 2019.

LAGO, Luciana. Entrevista ao Seminário Internacional Terra Comum. Belo Horizonte, mai. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1J-QKL-AmTXo>>. Acesso em: jun. 2019.

LOURENÇO, Tiago. Ocupações Urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35, 2017

LOURENÇO, Tiago. Cidade Ocupada. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MACHADO, Gisele; BARRETO, Isabela; SILVA, Margarete; LOURENÇO, Tiago. "No meio do caminho tinha uma pedra..." A assessoria técnica e o direito à cidade na Ocupação Vicentão em Belo Horizonte/MG. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal, 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MOREIRA, Gilvander. Nasce a ocupação Vicentão no coração de Belo Horizonte! Disponível em: <<http://gilvander.org.br/site/nasce-a-ocupacao-vicentao-no-coracao-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 35, 2016, p. 145-164.

SOUZA, André; SINGER, Paul. A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, v. 7, n. 11, 2010.

VALE, João Henrique do. Após corte de água, pessoas que ocupam prédio na Alfredo Balena pedem diálogo. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/04/interna\\_gerais,837131/apos-corte-de-agua-pessoas-que-ocupam-predio-na-alfredo-balena-pede.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/04/interna_gerais,837131/apos-corte-de-agua-pessoas-que-ocupam-predio-na-alfredo-balena-pede.shtml)>. Acesso em: 02 nov. 2018.

## Entrevistas

Entrevista Morador 1. 13 set. 2018. Entrevista concedida a Gisele Marques Carraro Machado e Isabela Resende Barreto.

Entrevista Morador 2. 19 set. 2018. Entrevista concedida a Isabela Resende Barreto e Luna Esmeraldo Gama Lyra.

Entrevista Morador 2. 16 mai. 2019. Entrevista concedida a Isabela Resende Barreto.

Entrevista Moradora 1. 26 set. 2018. Entrevista concedida a Gisele Marques Carraro Machado, Isabela Resende Barreto e Luna Esmeraldo Gama Lyra.

Entrevista Moradora 1. 27 mar. 2019. Entrevista concedida a Isabela Resende Barreto.

Entrevista Militante 1. 23 nov. 2018. Entrevista concedida a Isabela Resende Barreto e Luna Esmeraldo Gama Lyra.

Entrevista Moradora 2. 12 de set. 2018. Entrevista concedida a Luna Esmeraldo Gama Lyra.

Entrevista Moradora 3. 12 de set. 2018. Entrevista concedida a Luna Esmeraldo Gama Lyra.

